

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL

ALIETI TORRES GONÇALVES

**A CONSERVAÇÃO E A PRESERVAÇÃO DE SEMENTES TRADICIONAIS
NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) NO
PLANALTO NORTE CATARINENSE**

Maringá – PR

2025

ALIETI TORRES GONÇALVES

**A CONSERVAÇÃO E A PRESERVAÇÃO DE SEMENTES TRADICIONAIS
NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) NO
PLANALTO NORTE CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Mestrado Profissional, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agroecologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kátia Regina F. S. Estrada

Coorientador: Prof. Dr. Marcelo Negri Soares

Maringá – PR

2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central Maria Grazia Zolet - UEM, Maringá - PR, Brasil)

G635c Gonçalves, Alieti Torres
A conservação e a preservação de sementes tradicionais no contexto do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no planalto norte catarinense / Alieti Torres Gonçalves. -- Maringá, PR, 2025.
152 f. : il. color., figs., mapas

Orientadora: Profa. Dra. Katia Regina Freitas Schwan Estrada.
Coorientador: Prof. Dr. Marcelo Negri Soares.
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Ciências Agronômicas, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia - Mestrado Profissional, 2025.

1. Agroecologia. 2. Movimento Mulheres Camponesas (MMC). 3. Sementes tradicionais - Conservação e preservação. 4. Sementes crioulas - Conservação e preservação. 5. Soberania alimentar. I. Estrada, Katia Regina Freitas Schwan, orient. II. Soares, Marcelo Negri, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Agrárias. Departamento de Ciências Agronômicas. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia - Mestrado Profissional. IV. Título.

CDD 23.ed. 577.55



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL



ALIETI TORRES GONÇALVES

“A Conservação e a Preservação de Sementes Tradicionais no Contexto do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) no Planalto Norte Catarinense”

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Agronomia para o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia Mestrado Profissional, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kátia Regina Freitas Schwan Estrada.

APROVADO em 08 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **MARCELO NEGRI SOARES**
Data: 19/05/2026 13:42:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcelo Negri Soares
UEM – PROFAGROEC/UNICESUMAR

Documento assinado digitalmente
 **EUDES VITOR BEZERRA**
Data: 19/05/2026 13:46:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Eudes Vitor Bezerra
UFMA

Documento assinado digitalmente
 **MARIA CRISTINA ZAINAGHI**
Data: 20/05/2026 15:26:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Zainaghi
UNIFIEO

Documento assinado digitalmente
 **KATIA REGINA FREITAS SCHWAN ESTRADA**
Data: 22/05/2026 23:07:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Kátia Regina Freitas
Schwan Estrada
UEM – Orientadora

Dedico esse trabalho a todas as mulheres agricultoras camponesas que lutam pela vida, pela justiça e por dias melhores no campo, e ao Programa de Pós Graduação em Agroecologia.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos não faltam a quem me possibilitou chegar até aqui. Primeiramente, agradeço a Deus, que, por meio de sua infinita bondade, colocou em meu caminho pessoas especiais que não mediram esforços para que essa etapa fosse concluída. Agradeço à UEM e ao Programa de Mestrado, que, juntamente com a minha orientadora, Professora Dr.^a Kátia Regina Freitas Schwan Estrada, e o meu coorientador, Professor Dr. Marcelo Negri Soares, me inspiraram a prosseguir nesse curso, motivada pela paixão pelo meio ambiente, e me mostraram o quanto se faz necessário cuidar e preservar os recursos do nosso planeta.

De igual maneira, agradeço ao Professor Dr. José Ozinaldo Alves de Sena, que prontamente me direcionou para a escrita desse tema, com foco nas sementes tradicionais ou crioulas e na valorização do Movimento de Mulheres Camponesas.

Aos colegas e amigos que, ao longo do caminho, dividiram comigo momentos de dúvidas, angústias e conquistas. Ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Planalto Norte Catarinense, que, através de mulheres maravilhosas e companheiras, tive o prazer de conhecer e partilhar experiências únicas na pesquisa de campo. Em especial, as companheiras Marilda Tereza Gelbeck, Jandira Veiga Kruger, Tereza Auersvaldt e Elizete Nielsen, pela acolhida, pelo carinho, pelo cuidado e pela atenção, dispondo do seu tempo e conhecimento em prol desta pesquisa.

Quero agradecer a paciência e o amor do meu marido, Fernando César Gonçalves, que aceitou minha ausência em muitas noites e finais de semana para que eu pudesse me dedicar aos estudos. Por seu companheirismo, ao me acompanhar e participar das reuniões do MMC do Planalto Norte Catarinense, seu apoio e amor me emocionam.

Aos meus filhos, Ana Carolina Torres Gonçalves e Luís Fernando Torres Gonçalves, agradeço o apoio, a solidariedade e a força que vocês me deram, seja pelo exemplo, pela oração, pelas conversas ou pela confiança. Sei que nunca é tarde para aprender; por isso, dedico esta conquista a vocês, pois aprendo muito a cada dia com suas ações.

Agradeço a minha mãezinha e aos meus irmãos pela alegria de tê-los ao meu lado, obrigada pela confiança e pela força que me desafiaram a seguir em frente. Aos meus amigos que, de uma forma ou outra, contribuíram para que eu chegasse até aqui, muito obrigada!

A libertação há de chegar pela luta. Pela nossa esperança. Esta esperança é partilhada. Quando nos reunimos. Quando conversamos e vemos que os problemas são os mesmos. As saídas devem ser buscadas em conjunto e em harmonia. Esta harmonia que reconstruirá o mundo e apontará uma nova mulher.

(Autora desconhecida)

RESUMO

Sementes tradicionais ou crioulas, conhecidas por esse termo no Sul do Brasil, são ricas em história e tradição em todo o país. Também são conhecidas como sementes da paixão (Paraíba), sementes da resistência (Alagoas/PI) e sementes pretas (Minas Gerais), por exemplo. Esses termos expressam a estreita relação entre a agricultura familiar campesina e a importância dos conhecimentos tradicionais para a continuidade e preservação dos tipos e variedades de sementes tradicionais ou crioulas, bem como da riqueza cultural dessas sementes. Essa relação com as sementes demonstra como as mulheres têm influenciado grandemente a conservação e a preservação genética das mesmas. Sendo assim, esta pesquisa tem grande relevância para as mulheres camponesas do MMC/SC, pois possibilita a preservação da agrobiodiversidade e a autonomia na produção agroecológica. A finalidade deste trabalho é a análise de um grupo de mulheres agricultoras camponesas, que fazem parte da militância do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e são residentes no Planalto Norte Catarinense, com o objetivo de investigar o impacto e o significado das práticas do MMC na coleta, conservação, preservação e produção de sementes tradicionais ou crioulas, bem como na promoção da agroecologia e da soberania alimentar. Inspiradas na visão da agroecologia, essas mulheres camponesas produzem alimentos com as sementes que armazenam, promovendo a saúde e a soberania alimentar. O estudo se dedica a contribuir para a manutenção da autonomia das mulheres camponesas em sua produção de alimentos, dada a importância de preservar e proteger tanto as suas produções domésticas quanto o seu patrimônio cultural. A metodologia foi dividida em duas etapas: a primeira dedicada ao levantamento e a identificação de artigos, trabalhos acadêmicos, livros, periódicos, dissertações e teses sobre o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A segunda etapa envolveu pesquisa de campo, aplicação de um questionário, entrevistas e depoimentos *in loco*. A amostra da pesquisa é de 06 mulheres camponesas participantes do MMC/SC e a aplicação do questionário se deu de forma fechada e aberta, por meio de declarações e entrevistas, com a finalidade de sanar a problemática da pesquisa. Os dados foram tabulados e sistematizados em uma planilha do Excel. A análise dos resultados permitiu constatar que o Movimento de Mulheres Camponesas no Planalto Norte Catarinense possui uma célula de mulheres que se preocupam com o alimento livre de agrotóxicos, mantendo uma agricultura agroecológica e proporcionando a elas e as suas famílias a soberania alimentar por meio da coleta, conservação, preservação e plantio de sementes tradicionais ou crioulas.

Palavras-chave: Agroecologia; Mulheres Camponesas; Sementes Tradicionais ou crioulas; Soberania Alimentar.

ABSTRACT

Traditional or creole seeds, known by this term in Southern Brazil, are rich in history and tradition throughout the country. They are also referred to as “seeds of passion” (Paraíba), “seeds of resistance” (Alagoas/PI), and “black seeds” (Minas Gerais), among other names. These terms express the close relationship between peasant family farming and the importance of traditional knowledge for the continuity and preservation of types and varieties of traditional or creole seeds, as well as the cultural richness associated with them. This relationship with seeds demonstrates how women have greatly influenced their conservation and genetic preservation. Therefore, this research is highly relevant for peasant women of the MMC/SC, as it enables the preservation of agrobiodiversity and autonomy in agroecological production. The purpose of this study is to analyze a group of peasant women farmers who are active members of the Peasant Women’s Movement (MMC) and residents of the Northern Plateau of Santa Catarina, aiming to investigate the impact and significance of MMC practices in the collection, conservation, preservation, and production of traditional or creole seeds, as well as in the promotion of agroecology and food sovereignty. Inspired by the principles of agroecology, these peasant women produce food using the seeds they store, promoting health and food sovereignty. The study seeks to contribute to maintaining the autonomy of peasant women in food production, given the importance of preserving and protecting both their domestic production and their cultural heritage. The methodology was divided into two stages: the first involved a survey and identification of articles, academic works, books, journals, dissertations, and theses related to the Peasant Women’s Movement (MMC). The second stage consisted of field research, including the application of questionnaires, interviews, and on-site testimonies. The research sample consisted of six peasant women participating in the MMC/SC, and the questionnaires included both closed and open questions, conducted through statements and interviews in order to address the research problem. The data were tabulated and systematized in an Excel spreadsheet. The analysis of the results showed that the Peasant Women’s Movement in the Northern Plateau of Santa Catarina has a group of women committed to producing food free from pesticides, maintaining agroecological agriculture and ensuring food sovereignty for themselves and their families through the collection, conservation, preservation, and cultivation of traditional or creole seeds.

Keywords: Agroecology; Peasant Women; Traditional or *Crioulas* Seeds; Food Sovereignty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estufa de produção de hortaliças e produção de adubos e caldas	18
Figura 2 – Plantação de mudas advindas das sementes tradicionais ou crioulas	19
Figura 3 – Sementes coletadas e armazenadas pelas mulheres do MMC	21
Figura 4 – Mulher do MMC em protesto contra o agronegócio	24
Figura 5 – Bandeira do MMC	36
Figura 6 – Mapa da localização de Itaiópolis no Planalto Norte Catarinense	70
Figura 7 – Colonização de Itaiópolis no Planalto Norte Catarinense	71
Figura 8 – Unidade de produção no sistema agroecológico e orgânico	79
Figura 9 – Campanha da Fraternidade 2025	86
Figura 10 – Unidade de produção da Entrevistada 4 com herbanário no sistema agroecológico	87
Figura 11 – Unidade de produção da Entrevistada 6 no sistema agroecológico	89
Figura 12 – Alface crioula	89
Figura 13 – Plantação do arroz do seco e do trigo antigo	92
Figura 14 – Variedades de milho provenientes das sementes tradicionais ou crioulas	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Alimentação Saudável.....	25
Quadro 2 – Regionais e municípios organizados no MMC (SC).	72
Quadro 3 – Perfil das entrevistadas	78
Quadro 4 – Práticas Agroecológicas	81
Quadro 5 – Questões abertas da pesquisa	82
Quadro 6 – Coleta de sementes tradicionais ou crioulas antes do MMC	88
Quadro 7 – Destinação os produtos da unidade de produção	91
Quadro 8 – Questões exploratórias sobre gênero, comunidade e autonomia	96
Quadro 9 – Economia doméstica	103

LISTA DE ABREVIATÖES

AMA – Associação das Mulheres Agricultoras
AIMTR – Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais
AMHO – Associação das Mulheres
ASA – Articulação do Semiárido do Brasil
CDB – Convenção sobre Biodiversidade Biológica
CEB’S – Comunidades Eclesiais de Base
CGEN – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
CIAPO – Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CLOC – Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo
CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNODS – Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CTNBio – Conselho Nacional de Biossegurança
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária
MMA – Movimento das Mulheres Agricultoras
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMC/RS – Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul
MMC/SC – Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MS – Ministério da Saúde
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OGM – Organismos Geneticamente Modificados

OMA – Organização de Mulheres Agricultoras

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PROFAGROEC – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia

RENASEM – Registro Nacional de Sementes e Mudas

RNC – Registro Nacional de Culturas

RNV – Relatório Nacional Voluntário

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SISGEN – Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético

SNSM – Sistema Nacional de Sementes e Mudas

STF – Superior Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TL – Teologia da Libertação

TRIPs – Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual
Relacionados ao Comércio

UEM – Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
1.1.	Objetivo geral	16
1.2.	Objetivos específicos.....	16
2.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
2.1.	Agroecologia.....	17
2.2.	Conservação e preservação de sementes tradicionais ou crioulas	20
2.3.	Soberania alimentar e segurança alimentar	22
2.4.	Alimentação saudável	24
2.5.	O Movimento de Mulheres Camponesas: o início das conquistas	26
2.5.1.	Os Movimentos Sociais e o impulso para criação do MMC	27
2.5.2.	Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas fases	31
2.5.3.	As mulheres camponesas e o feminismo dentro do movimento	33
2.5.4.	Movimento Camponês Ecofeminista.....	39
2.5.5.	Camponesa por orgulho: o resgate da identidade rural pelo MMC	41
2.5.6.	Sementes tradicionais ou crioulas e a subsistência no campo por meio das sementes.....	45
2.6.	A importância dos movimentos e as demandas na conservação e preservação das sementes tradicionais ou crioulas.....	47
2.6.1.	As sementes e a problemática do tema no Brasil	53
2.6.2.	As legislações e as políticas de proteção às sementes tradicionais ou crioulas	56
2.6.3.	As demandas judiciais em relação às sementes tradicionais ou crioulas	61
2.6.4.	A contaminação cruzada de cultivares e as sementes tradicionais ou crioulas	65
3.	MATERIAL E MÉTODOS	70
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	76

4.1. Composição familiar	77
4.2. Análise das práticas produtivas e relação com a agroecologia	80
4.3. Participação no MMC e o papel como guardiã de sementes tradicionais ou crioulas	82
4.3.1. A participação no MMC	83
4.3.2. Guardiãs de sementes tradicionais ou crioulas	86
4.3.3. Tipos de sementes que as mulheres do movimento mais manipulam e produzem	90
4.3.4. Produtos adquiridos fora da unidade de produção	93
4.3.5. Legado para as gerações futuras	94
4.3.6. Percepções sobre gênero, comunidade e autonomia	95
4.3.7. Diferença do seu trabalho para a forma como suas filhas fazem hoje	97
4.3.8. Visibilidade e valorização do trabalho feminino na agricultura e no MMC ..	98
4.3.9. Melhorias para que as mulheres possam ser mais valorizadas no campo	100
4.3.10. Dificuldades que enfrenta como mulher do campo	101
4.3.11. Economia doméstica e consumo	103
5. CONCLUSÕES	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
APÊNDICE A – Questionário utilizado na pesquisa de campo no movimento de mulheres camponesas do planalto norte catarinense	117
APÊNDICE B – Relatório do Guia dos direitos e práticas para as Guardiãs do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	123
APÊNDICE C – Guia de Direitos e Práticas para Guardiãs do MMC	138

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciar este estudo, a pesquisadora pode resgatar suas origens, nascida e criada no campo até os dez anos de idade, rodeada de lavouras, pastos verdejantes e hortas cheias de frutas e ervas medicinais, onde tudo era fresquinho e à disposição da família, dos vizinhos e de quem mais precisasse. Memorando o tempo já ido, pertinente informar que, por influência das tradições italianas, as famílias eram grandes, uma vez que ter muitos filhos era sinal de uma família próspera e de ajudantes na empreitada. Na família desta autora, por exemplo, a avó paterna teve 14 filhos e minha mãe, 8, dos quais, a que vos apresenta esta pesquisa é a quinta filha.

O estudo do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) carrega um significado pessoal, pois permite a reconexão à história de figuras como avós, tias e mãe, personalidades fortes e determinadas que conciliavam o trabalho na roça, o cuidado com a família e o cultivo de hortas e herbanários para o sustento e a saúde da família. É nesse contexto que se resgata a imagem da mulher camponesa: dedicada, resiliente e constantemente invisibilizada em seu trabalho no campo. Atualmente, essas mulheres são as protagonistas e incentivadoras da agricultura familiar e agroecológica, e o MMC é um coletivo essencial para a construção e a consolidação desse projeto popular. O amor pela agricultura, pela conservação e pela preservação constitui uma motivação diária que se traduz em lutas políticas e experiências concretas em prol da transformação social.

Dentro deste contexto, o Movimento de Mulheres Camponesas carrega a bandeira de luta e de reconhecimento das mulheres na construção de uma agricultura limpa, o que facilita a preservação da biodiversidade, a saúde dos ecossistemas e a justiça social. Sob esse viés, desde 2001, o MMC desenvolve o “Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Tradicionais ou Crioulas”. O intuito deste programa é reconhecer a importância dessas sementes para o aprimoramento da produção de alimentos sustentáveis, impactando diretamente as práticas de cultivo vinculadas à produção orgânica e valorizando tradições e conhecimentos transmitidos de geração em geração.

A pesquisa abordará como a atuação dessas mulheres, por meio da guarda e da reprodução de sementes tradicionais ou crioulas, se estabelece como uma estratégia essencial para a transformação de suas realidades no combate à

insegurança alimentar, em contraste direto com o modelo de agricultura predatória, que inclui o cultivo e a comercialização de sementes modificadas e transgênicas.

Para contextualização da pesquisa, inicialmente será realizada uma revisão sobre a agroecologia, a conservação e preservação de sementes tradicionais ou crioulas e a soberania e a segurança alimentar. No segundo momento, será apresentada a história do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), retratando sua sistemática e organização, bem como suas fases e lutas. Nessa etapa, serão abordadas a relação das mulheres camponesas com o feminismo, a evolução do movimento ecofeminista e como as práticas promovidas pelo movimento ajudaram essas mulheres a conquistarem espaços e direitos femininos no campo.

Posteriormente, será analisado o eixo jurídico que ampara as sementes, mudas e cultivares, a partir das legislações e políticas públicas implementadas, averiguando como o judiciário e os órgãos fiscalizadores têm tratado as demandas que chegam ao judiciário impulsionadas pela problemática das cultivares transgênicas e modificadas geneticamente.

Em seguida, será retratado como os movimentos sociais contribuem para a formação de legislações que visam proteger as sementes tradicionais ou crioulas, as demandas judiciais exigidas para enfrentar a problemática em relação ao comércio de sementes, procurando preservar e garantir direitos com os instrumentos jurídicos nacionais e internacionais que regulamentam o patrimônio genético e a propriedade intelectual. Sendo assim, a pergunta a ser respondida no final da pesquisa é: como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) influencia a vida das mulheres camponesas, a conservação e a preservação de sementes tradicionais ou crioulas e a conquista de direitos e legislações apropriadas?

A pesquisa será desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa, centrada na investigação das ações e rotinas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Planalto Norte Catarinense. A coleta de dados envolverá a realização de entrevistas com mulheres ativas do movimento, a fim de obter relatos e diálogos sobre sua vivência na produção agroecológica. Também será utilizado um questionário para o estudo, além da participação em reuniões e debates com os grupos de mulheres, da observação em feiras de troca de sementes e de visitas às unidades de produção orgânica. Tais procedimentos visam compreender as necessidades individuais e coletivas do MMC e, com isso, verificar onde devemos centralizar o desenvolvimento da cartilha técnica e quais são as demandas relevantes

e essenciais para informação no guia. A seguir, serão detalhados os objetivos da pesquisa.

1.1. Objetivo geral

O objetivo deste trabalho é investigar o impacto e o significado das práticas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Planalto Norte Catarinense, inseridas no projeto de coleta, conservação e preservação de sementes tradicionais ou crioulas, promovendo, assim, a valorização das mulheres camponesas em sua atuação na promoção da agroecologia, da soberania alimentar e dos direitos sociais.

1.2. Objetivos específicos

1. Mapear as lutas e conquistas históricas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC) que subsidiam a valorização das mulheres trabalhadoras como agentes no cultivo, na conservação e na preservação das sementes tradicionais ou crioulas.
2. Identificar e documentar os impactos socioeconômicos das práticas desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Planalto Norte de Santa Catarina.
3. Sistematizar as práticas de coleta, conservação e preservação de sementes tradicionais ou crioulas das mulheres do MMC/SC, visando a agrobiodiversidade e o autoconsumo.
4. Propor um produto técnico-operacional (manual, guia, cartilha) que utilize a experiência das guardiãs de semente do Planalto Norte Catarinense para fortalecer a autonomia na produção agroecológica e a soberania alimentar, bem como os direitos sociais.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Entender o MMC/SC e, principalmente, as práticas exercidas dentro do movimento consiste em um embasamento teórico de alguns conceitos essenciais, como agroecologia, conservação e preservação de sementes tradicionais ou crioulas, soberania alimentar, alimentação saudável, história do Movimento de Mulheres

Camponesas, ecofeminismo e, ao fim deste capítulo, serão apresentadas demandas judiciais e legislações relacionadas ao tema. Esses conceitos serão utilizados no desenvolvimento da pesquisa, com o intuito de atingir os objetivos propostos.

2.1. Agroecologia

O termo agroecologia surgiu nos anos 70, tendo como precursores e pioneiros Miguel Altieri e Stephen Gliessman, idealizadores que escreveram diversos livros e artigos, enfatizando a agroecologia e disseminando-a entre estudiosos do assunto e pesquisadores do mundo todo. Desde então, a agroecologia vem se destacando na sustentabilidade do campo, pois, de acordo com Stephen Gliessman (2000, p. 56), essa forma de cultivo “é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que precisam ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável”. A agroecologia se torna uma alternativa viável para abordar questões relacionadas à sustentabilidade da agricultura, inserindo no cotidiano temas como bem-estar, qualidade de vida, alimentação saudável e cuidado com o meio ambiente. Em outras palavras, trata-se de ter responsabilidade e de cuidado com todos os seres vivos.

O autor Francisco Caporal (2009, p. 250) explica que a agroecologia é muito mais que um simples conceito, pois ela tem um

[...] enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agriculturas convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas mais sustentáveis. Portanto, quando se está trabalhando a partir dos princípios da Agroecologia, aparece como central o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, aproximando esses dos sistemas naturais onde estão inseridos.

A Entrevistada 1, militante e agricultora do MMC, ilustra essa transição. Aos 54 anos, viúva e ex-produtora de tabaco, realizou a transição da agricultura convencional para o modelo orgânico e agroecológico em sua pequena unidade produtiva. Atualmente, ela é uma das três agricultoras do município com certificação orgânica. Na Figura 1, observa-se a estufa com hortaliças, utilizando sementes tradicionais ou crioulas em sua produção, o que valida a seguinte explicação de Francisco Caporal (2009, p. 25): por meio da agroecologia, é possível obter produção de qualidade,

substituindo os agrotóxicos, por exemplo, por alternativas limpas e sustentáveis, como armadilhas, barreiras e caldas.

Figura 1 – Estufa de produção de hortaliças e produção de adubos e caldas



Fonte: Fotografias do autor.

Complementando o entendimento, Miguel Altieri (2009, p. 26-27) destaca, em seu trabalho, que a agroecologia defende a importância de ouvir grupos locais, valorizando o conhecimento detalhado e específico que esses grupos possuem e oferecendo as metodologias essenciais para que a participação comunitária se torne a força necessária para desenvolver ações sustentáveis. Já os autores Alexander Wezel et al. (2009, p. 3-5) afirmam que a agroecologia, enquanto ciência, possui um foco mais abrangente que transcende a mera visão de campo e dos agroecossistemas, englobando a produção, a distribuição e o consumo de alimentos.

Esses diversos conhecimentos e experiências individuais contribuem, de forma colaborativa, para a valorização das perspectivas mútuas, elevando os níveis de compreensão e de experiência de cada indivíduo. Como movimento e prática social, a agroecologia se consolidou, desde o início da década de 1980, tanto na esfera da proteção ambiental e quanto na opinião pública sobre o tema.

Conforme destaca Susanna Hecht (2002, p. 22), o modelo agroecológico que se propõe atualmente nada mais é do que um retorno às práticas agrícolas tradicionais dos nossos antepassados, que foram sendo destruídas pela agricultura moderna e pelas ciências agronômicas, desrespeitando e desprezando os conhecimentos das pessoas que produziam e repassavam essa herança agrícola.

Os projetos agroecológicos incluem atividades sustentáveis que asseguram a produção de alimentos que atendem tanto à demanda de quantidade quanto à de

qualidade, visando também a segurança alimentar e a nutrição sustentável. Jan Douwe Van Der Ploeg (2008, p. 22-25) relata que, por meio da otimização dos recursos naturais e da produção ecológica, a agricultura camponesa busca a autonomia alimentar.

Apesar das críticas relacionadas ao sistema de produção agroecológica, a mulher camponesa sempre esteve inserida nas lutas vinculadas à alimentação familiar saudável, e em busca desse objetivo, trabalhando a agroecologia e produzindo alimentos de uma forma diferente. De acordo com Emma Siliprandi (2015, p. 89), os sujeitos que mais se identificam com a prática agroecológica são as mulheres camponesas e indígenas, pois a agroecologia foi desenvolvida por agricultores tradicionais em suas rotinas e cultura.

A cultura popular e as experiências das mulheres com o MMC, se conectam com as mulheres agricultoras do passado, isso fica explícito na maneira de se fazer agricultura de forma livre e principalmente na preservação ambiental. Ao fazerem o cultivo e preservação das sementes crioulas, elas continuam defendendo o autoconsumo e disseminam as práticas agroecológicas para as gerações futuras.

As mulheres camponesas carregam consigo os valores e a visão holística desta ciência, correlacionando diversos saberes e compreendendo o mundo de forma integrada. Com isso, a ressignificação de pequenos detalhes ao semear, favorece a ideia de uma atividade mais prazerosa, consciente e responsável. No exercício da agroecologia, por exemplo, elas relataram que deixaram de fazerem “cova” para fazerem “berço”, pois ao fazerem a semeadura ocorrerá um nascimento e não uma morte, relata a Entrevistada 3, líder do MMC do Planalto Norte Catarinense. A Figura 2 enfatiza uma plantação como berço para as sementes.

Figura 2 – Plantação de mudas advindas das sementes tradicionais ou crioulas



Fonte: Fotografia da Entrevistada 3.

2.2. Conservação e preservação de sementes tradicionais ou crioulas

Sementes são a perpetuação da vida e desempenham papel fundamental no desenvolvimento da humanidade (MAZOYER; ROUDART, 2010). Na antiguidade, as sementes eram tidas como sagradas, associadas à fertilidade, à abundância e à própria continuidade da vida.

A domesticação das sementes foi fundamental para a transição do nomadismo para o sedentarismo, permitindo o surgimento das primeiras sociedades agrícolas organizadas. Povos como os mesopotâmicos, egípcios, gregos e romanos, por exemplo, desenvolveram técnicas rudimentares de seleção e armazenamento, garantindo a reprodução das espécies agrícolas mais adaptadas às suas condições locais. Assim, com o advento da agricultura, a humanidade aprendeu a cultivar e a utilizar sementes para seu sustento.

Segundo Miguel Altieri e Clara Nicholls (2012, p. 173), a diversidade genética presente nas sementes antigas constitui a base da agrobiodiversidade, um dos alicerces dos sistemas agrícolas atuais. Em consonância, Vandana Shiva (2001, p. 152) destaca que a soberania sobre as sementes sempre foi um elemento de autonomia dos povos antigos, simbolizando liberdade e continuidade cultural. Sendo assim, se fez fundamental que as sementes fossem transmitidas de geração em geração. Portanto, essas sementes perduram graças à intervenção humana ao longo da história, carregando consigo conhecimentos e tradições, indo de encontro à comercialização e ao cultivo de sementes transgênicas, que estão causando a perda dessas variedades ancestrais.

Atualmente, conforme a FAO (2025), cerca de 42% da diversidade genética de culturas foi perdida, em regiões onde existia há 10 a 15 anos, o que evidencia que estamos em processo de redução da agrobiodiversidade aqui no Brasil. Esse processo se acentua com as monoculturas em grande escala em todas as regiões, que contribuem tanto para a insegurança alimentar quanto para a erosão genética de muitas cultivares.

Diante desse cenário, agricultores tradicionais e familiares em todo o mundo, com destaque para a América Latina, buscam a conservação de espécies agrícolas, o que contribui diretamente para a diversidade de culturas. De acordo com Juliana Santilli (2009), essa conservação vai além de seus territórios, sendo mantida ativamente por meio de redes de troca, feiras e organizações comunitárias. Essas

práticas contribuem diretamente para a manutenção da diversidade agrícola, especialmente de espécies como milho, mandioca e batata, originárias da América Latina (PERONI; HANAZAKI, 2002; SHIVA, 2001).

Desse modo, é possível afirmar que os agricultores familiares e camponeses são protagonistas centrais na conservação dos recursos fitogenéticos globais, especialmente na América Latina. Eles preservam práticas, saberes e materiais genéticos cruciais para a sustentabilidade e a biodiversidade agrícola do planeta. Considerando que a agrobiodiversidade está estreitamente ligada aos sistemas agrícolas, Antônio Machado et al. (2008, p. 98) afirmam que a influência da ação humana se manifesta por meio de suas interações culturais, religiosas, econômicas e políticas na conservação das sementes, principalmente as sementes tradicionais ou crioulas (Figura 3). É o patrimônio genético e cultural de diversos povos tradicionais e de famílias camponesas, como as do MMC.

Figura 3 – Sementes coletadas e armazenadas pelas mulheres do MMC



Fonte: Fotografias do autor.

As agricultoras camponesas usam, guardam, conservam e preservam essas sementes, e, ao mesmo tempo, estabelecem “vínculos afetivos”, o que explica que apresentem diferentes nomes em cada região do país. De acordo com Petersen et al. (2013, p. 37), é válido destacar alguns nomes, como as Sementes da Paixão, na Paraíba; as Sementes da Resistência, em Alagoas e no Piauí; e as Sementes Pretas, em Minas Gerais, além das Sementes Tradicionais ou Crioulas, como são conhecidas aqui no Sul do Brasil e abordadas nesta pesquisa.

Antônio Machado et al. (2008, p. 98) diferenciam “variedades tradicionais” das demais por considerarem que essa denominação se refere às populações de plantas que têm sido cultivadas e manejadas em um mesmo local por pelo menos três gerações da família, permitindo incorporar, ao longo do tempo, valores históricos e

tradicionais a essas sementes. Essas sementes são guardadas como um verdadeiro tesouro por agricultores camponeses, especialmente por agricultores familiares e indígenas, que mantêm suas características fenotípicas inalteradas. Por fim, é importante ressaltar que essa definição, ampliada para incluir tubérculos, raízes, estolões, brotos e estacas, difere significativamente das sementes comerciais.

2.3. Soberania alimentar e segurança alimentar

Falar em soberania alimentar remete a Josué de Castro (1946, p. 46), que discutiu a “geografia da fome” e provocou muitos debates tanto entre estudiosos quanto entre a classe política. Ele argumentou que a fome não é causada pela falta de alimento, e sim pela sua distribuição social e econômica inadequada, impactada por fatores socioculturais e políticos. Esse debate, fruto dos mais variados contextos econômicos, políticos e sociais – como a fome, a miséria, a pobreza e as desigualdades sociais – gera enormes disputas no que diz respeito às políticas públicas, visando a conquistar esse direito humano fundamental.

No mundo todo, e em especial no Brasil, os conceitos de soberania alimentar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se complementam tanto nas ações como nos atores que implementam as políticas públicas e governamentais em busca desta segurança. O conceito de segurança alimentar surgiu na Segunda Guerra Mundial e, segundo Walter Belik (2003, p. 14), é apresentado sob três critérios: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) declara que o tema da fome é urgente, tendo ainda mais importância quando lembramos que os indivíduos têm direito ao alimento e o Estado é responsável pela implementação de políticas que garantam o acesso aos alimentos necessários.

De acordo com a FAO (2025), a segurança alimentar é o acesso contínuo a alimentos de qualidade nutricional e em quantidade suficiente para que a pessoa possa ter uma vida saudável e ativa. Todavia, a segurança alimentar transita pelos dois modelos de produção agrícola: a produção familiar e o agronegócio, nos quais se debatem a crise alimentar de acordo com suas vertentes.

É notório que o agronegócio visa a produção de alimentos e não se preocupa com o meio ambiente. Sendo baseado na monocultura em alta escala, sua produção é totalmente regulada pelos mercados das sementes comerciais e pelos defensivos

químicos. Já a pequena propriedade familiar e camponesa preocupa-se sempre com o meio ambiente, com a forma de plantar, na conservação e preservação de sementes, na rejeição de venenos nas plantações e na diversidade de culturas plantadas visando atender às demandas do mercado local.

Para o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), a SAN é definida como:

[...] acesso regular e permanente a alimentos em qualidade e quantidade suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”, baseando-se em “práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (LEÃO, 2013, p. 14).

O artigo 6º da nossa Carta Magna estabelece, ainda, que toda pessoa tem direito a se alimentar bem, de forma adequada e saudável; direito humano também amparado na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Resumidamente, a lei estabelece que a alimentação adequada é responsabilidade do governo, que deve adotar políticas e demais medidas para promover a segurança alimentar da população, pois promove a dignidade humana e constitui direito fundamental do ser humano, previsto na Constituição Federal (STF, 2023).

Os movimentos sociais rurais defendem reivindicações sustentáveis, conectadas diretamente à segurança alimentar, baseadas na compreensão de que o espaço rural é um ambiente de vida e de abundância alimentícia. As mulheres deste movimento lutam pelo provimento de alimentos, em quantidade e qualidade, suficientes para toda a população. É crucial distinguir: a Segurança Alimentar se propõe a assegurar a nutrição necessária ao bem-estar das pessoas, enquanto a Soberania Alimentar é o meio de garantir esses padrões nutricionais por meio de alimentos saudáveis e de boa qualidade.

Tais movimentos transcendem o direito individual de acesso aos alimentos, ampliando a visão política e integrando novos sujeitos sociais. Eles problematizam os modelos de produção e comercialização alimentares, as políticas públicas implementadas e a própria garantia do direito de todo indivíduo à segurança alimentar.

Essa perspectiva é claramente retratada no depoimento de uma entrevistada do MMC/SC, coletado em maio de 2008, na região Oeste de Santa Catarina. Conforme o trecho a seguir:

[...] Soberania alimentar é ter autonomia, é ter o direito e dizer que “isso é meu”, “isso é nosso”, “isso depende de nós”, não depende de outros que venham produzir. Porque a semente é milenar, os primeiros habitantes da terra já conservavam. Então não é qualquer empresa que vem aí e tenta nos enganar, dizer que isso não vale, não serve, que não dá, não rende, porque nós podemos provar isso na prática, no dia-a-dia, porque a potencialidade que ela tem é a força que nos dá para lutar e valorizar o que fazemos, nosso trabalho, nossa vida.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), representado na Figura 4, defende a soberania alimentar e políticas públicas em que o modo de cultivo sustentável e agroecológico seja apresentado como uma oportunidade para as pequenas e médias propriedades desenvolverem a produção familiar, tendo como destaque o trabalho feminino, que conserva e preserva a valorização das tradições locais.

Figura 4 – Mulher do MMC em protesto contra o agronegócio



Fonte: MMC.

2.4. Alimentação saudável

A alimentação saudável é estabelecida pelo consumo *in natura* de alimentos produzidos regionalmente e não industrializados. O Ministério da Saúde (MS) desenvolveu um manual sobre o que é considerada uma alimentação saudável. De acordo com o último manual publicado em 2014, as práticas alimentares devem possuir as especificações retratadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Alimentação Saudável

Acesso físico e financeiro	Consumo <i>in natura</i> de alimentos ou minimamente processados
Sabor	Segundo o Ministério da Saúde, “uma alimentação saudável deve ser saborosa”, não deve ser associada às práticas de marketing, que enaltecem os produtos industrializados, e precisa ser valorizar os alimentos naturais e menos refinados como: frutas, verduras, grãos e tubérculos, que são muito valiosos culturalmente além de nutritivos e saborosos.
Variedade	Os alimentos precisam ser diversos e fonte de diferentes nutrientes, fornecendo e garantindo uma alimentação rica e adequada.
Cor	Quanto mais colorida uma alimentação, mais rica em vitaminas e minerais ela será.
Harmonia	Prezar sempre para qualidade associada à quantidade, e verificar os fatores como idade, saúde, sexo, atividade física e estado fisiológico.
Segurança Sanitária	Observar as medidas de higiene desde o plantio até o consumo, verificar se os alimentos apresentam algum risco de contaminação biológica, física ou química.

Fonte: Guia alimentar para a população brasileira (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

No Brasil, com a influência da agroecologia, a alimentação saudável tem sido amplamente disseminada por meio da colaboração entre movimentos sociais e universidades. Essa difusão é amparada pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), estabelecida pelo Decreto nº 7.794/12, em vigor desde 2012. Esses movimentos colocam as práticas agrícolas sustentáveis entre suas bandeiras, plantando para o autoconsumo e beneficiando a saúde de sua família. Algumas das atividades realizadas por movimentos, como o MMC, incluem a preservação das sementes tradicionais e a produção de alimentos considerados saudáveis, baseadas no modo de vida camponês e nos conhecimentos agroecológicos.

Assim como os descendentes de europeus, as mulheres camponesas resgatam a sabedoria popular no cultivo de sementes crioulas e demonstram grande preocupação com a qualidade alimentar. Essas mulheres reconhecem que a base alimentar de hoje não tem nada saudável, apesar do alimento industrializado estar em maior disponibilidade e ser mais “fácil” de se consumir, como os *fast foods*, alimentos

de rápido preparo apresentam uma péssima procedência. Portanto, os alimentos considerados saudáveis têm valor superior para essas mulheres e também são os mais benéficos para a população em geral.

A primeira reunião com o grupo de base do MMC/SC no Planalto Norte Catarinense, na cidade de Itaiópolis, aconteceu na casa da dirigente do Movimento, uma coletora e guardiã de sementes crioulas. No almoço foi partilhada uma refeição com “comida de verdade”, produzida por ela e suas companheiras em suas unidades de produção. Este almoço estava guarnecido de arroz, feijão, mandioca, carne de porco, milho, pepino e tomate — todos cultivados sob o modelo agroecológico e orgânico.

No contexto da pesquisa, quando perguntadas sobre os alimentos industrializados, todas as entrevistadas reconhecem que o alimento saudável é aquele em que não apresenta adição química ou industrializada e que faz bem à saúde, por conter vitaminas e nutrientes indispensáveis ao corpo humano. Todas as camponesas do MMC/SC valorizam os alimentos produzidos por elas ou por suas companheiras, que não são industrializados. Todas compram em supermercados apenas aquilo que não conseguem produzir em suas unidades de produção, pois entendem que os alimentos com adição de corantes, conservantes e aromatizantes não fazem bem à saúde.

2.5. O Movimento de Mulheres Camponesas: o início das conquistas

[...] Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.
(ZÉ PINTO, 2011)

Para iniciar este capítulo é dada ênfase nas palavras da Entrevistada 3, líder do MMC/SC de Itaiópolis, que, ao ser questionada sobre o significado de ser “camponesa”, de imediato e cheia de alegria, respondeu: “Ser camponesa é ter o coração e a alma plantados na terra onde se vive. Sempre pertenci ao campo, mas houve um tempo em que fui morar na cidade e trabalhei como cozinheira em uma escola; estava infeliz. Não me sentia pertencente ao local; adoeci e logo retornei ao meu pedacinho de chão, [...] eu saí do campo, mas o campo nunca saiu de mim”. E é a partir desse relato que se faz possível ressaltar a importância da vida no campo para

essas mulheres, e a maneira que isso impacta profundamente suas vidas, sendo a chama necessária para a luta por seus direitos e condições melhores no campo.

2.5.1. Os Movimentos Sociais e o impulso para criação do MMC

Na década de 1970, vivia-se sob uma ditadura militar no Brasil e os movimentos sociais dos trabalhadores rurais, conhecidos como “sem-terra”, tomavam forma em oposição aos conflitos fundiários e à política agrícola ditatorial da época. Isso se deve ao fato de que, nas palavras de Mitsue Morissawa (2001, p. 120-121), a concentração fundiária e a grilagem de terras estavam em auge. Associado a isso, dava-se início ao processo de modernização do campo, a chamada “Revolução Verde”, por meio da mecanização agrícola e da exploração da terra com monoculturas, expulsando agricultores familiares, arrendatários e parceiros de suas terras. Nesse período, ainda segundo Mitsue Morissawa (2001, p. 123-132), ocorriam diversas manifestações de trabalhadores rurais que rejeitavam os projetos propostos pelo Governo Federal de colonizar a Amazônia e o Centro-Oeste, pois já era possível perceber que não haveria terras para todos. Os manifestantes continuaram lutando em seus territórios para que houvesse a desapropriação de terras para fins de assentamento agrário, provenientes de terras improdutivas de fazendas, griladas, latifúndios de exploração e ainda as terras devolutas.

Os movimentos sociais estavam constantemente ativos nesse período, e as discussões ocorriam em atos públicos ou em propriedades privadas, buscando reivindicar direitos e políticas públicas. Para Marilena Chauí (2001, p. 24), os movimentos sociais são legitimados pela ideologia que se populariza, por meio de ideias e valores interiorizados por um grupo de pessoas não dominantes na sociedade. Eles se caracterizam por organizações não estatais que competem por recursos e, concomitantemente, propagam uma identidade coletiva (como a de mulheres camponesas) que se modifica diante da atuação do próprio movimento e fazem reivindicações às autoridades, afirmando suas próprias identidades como protagonistas dignos, virtuosos e solidários. Assim nasceu o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em 2004.

Entretanto, essa caminhada iniciou-se duas décadas antes, com os movimentos sociais dos trabalhadores rurais do MST, na década de 1980. É nesse período que se consagram os movimentos de mulheres rurais e, em Santa Catarina,

surge o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), um dos grupos de mulheres do campo mais atuantes e importantes para a época.

Em busca de visibilidade para a mulher do campo, plantada numa “bandeira de luta”, a organização entrelaça questões sociais, políticas, religiosas e de gênero. O movimento teve o auxílio da Igreja Católica, que defendia a corrente da Teologia da Libertação¹, e, por isso, carrega um discurso muito marcado por religião em suas falas.

Inicialmente, inseridas por valores religiosos tradicionais, justamente por meio da aproximação à Teologia da Libertação, as mulheres começaram a questionar sua invisibilidade nas políticas públicas e a reivindicar seus direitos. Para Cora Ferro (1982, p. 50), foi por meio dos grupos de oração e da socialização com os grupos de base da Igreja Católica que surgiram vários questionamentos sobre a desigualdade de gênero no meio rural, contribuindo, assim, para que surgissem organizações específicas de mulheres do meio rural.

Tudo começou na região oeste de Santa Catarina, que foi palco de grandes revoluções e mudanças, sendo ali o nascimento do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), um marco inicial do MMC, motivado pelo bispo Dom José Gomes, da Diocese de Chapecó. Esse movimento evoluiu ao longo das décadas por meio de articulações regionais e nacionais, até se consolidar no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), fundado oficialmente em 2004. O próprio nome “Movimento” foi uma indicação do bispo, mostrando que as mulheres não estavam paradas nem despreocupadas com sua condição no campo. Em seus sermões e falas, o bispo sugeriu que as mulheres repensassem seu papel diante da figura masculina do marido. Sirlei Kroth (1999, p. 46-47), uma pesquisadora do movimento, descreve as palavras proferidas pelo Bispo de Chapecó, a partir do seguinte trecho:

[...] A nossa dignidade e a nossa igualdade vêm de Deus.
Neste sentido, o homem não é mais do que a mulher, os pais não são mais do que os filhos. Diante de Deus, todos somos filhos [...] Quantas vezes o marido não pensa que é dono e o senhor absoluto de sua mulher? Que pode fazer o que bem entende em casa. Que pode gastar como quer, sem respeitar a mulher e os filhos. Será que Deus lhe deu este direito? Não!

¹ A Teologia da Libertação surgiu através de um movimento das deliberações do Concílio Vaticano II, em 1962, e das Conferências Episcopais de Medellín, em 1968, e Puebla, em 1979, onde a Igreja Católica e as comunidades eclesiais se baseiam no compromisso com as lutas sociais e políticas, se consagrando a opção de ajuda aos pobres.

Era um período de transformações econômicas e, nas falas do Bispo, vislumbrava-se a indagação sobre o papel da figura masculina como “senhor” de todas as coisas no seio familiar e questionava-se a mulher sobre o seu lugar na sociedade. A região oeste de Santa Catarina estava em expansão, favorecendo a criação de novos modelos de produção e padrões agropecuários, o que levou à vasta industrialização dos setores agropecuários, facilitando ao produtor rural entregar sua produção às agroindústrias. Em contrapartida, a expansão exigiu novas tecnologias e insumos de produção para atender às necessidades do mercado.

A agroindústria ganhou grande espaço no Brasil e, até hoje, desponta com crescimento. Dados do censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2016 e 2017 apontam uma diminuição, em onze anos, no número total de estabelecimentos de agricultura familiar (pequena propriedade) e de pessoas ocupadas com o trabalho nessas unidades de produção (MACHADO, 2020). O Brasil tem 351,289 milhões de hectares ocupados por um total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários (41% do território nacional); 77% desses são de agricultura familiar, ocupando 80,89 milhões de hectares (23% da área agrícola total). É possível afirmar, portanto, que a maior parte do território concentra as grandes propriedades agroindustriais, com destaque para a produção de *commodities* e produtos para exportação, como milho e soja, apontando o problema agrário diante da divisão de terras no Brasil (MACHADO, 2020).

O engajamento crescente da expansão industrial da região oeste possibilitou o surgimento de intensos movimentos sociais e sindicais no passado, como o próprio Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA). O ano era 1981 e o interesse das mulheres baseava-se mais na sindicalização, nas questões trabalhistas e na aposentadoria, que antes só os homens rurais conseguiam. As mulheres reivindicavam também uma maior participação nos sindicatos, meta que o movimento já alcançou para o ano seguinte.

Quando as mulheres conseguiram maior participação e funções nos sindicatos, o modelo tradicional dos sindicatos mudou e as relações entre homens e mulheres ficaram mais tensas, pois as questões de gênero ficaram muito claras para as mulheres. Elas perceberam que a condição que viviam baseava-se sempre em estar à margem da sociedade, tanto no ambiente doméstico quanto nas comunidades locais.

Apoiadas pela Igreja Católica, as mulheres rurais iniciaram um movimento para difundir suas necessidades e questionar sua própria exclusão. Naquela época, a mulher era duplamente marginalizada: pelo marido, que a deixava responsável exclusivamente pela casa e pelos filhos, conforme Odilon Polli (1999, p. 126), e pela sociedade, que lhe negava direitos básicos, como aposentadoria e auxílio-maternidade, apesar de seu trabalho no campo ser tão árduo quanto o do homem.

Essa ausência de reconhecimento impulsionou a resistência do movimento, resultando em arranjos sociais que garantiram a aposentadoria especial às produtoras rurais (BARBA; MONTEIRO, 2021). No entanto, essa conquista histórica apenas evidenciou o longo caminho que haveria pela frente, uma vez que muitas agricultoras sequer possuíam a documentação básica (RG) necessária para acessar tais benefícios e outros. O movimento consolidou-se, portanto, como essencial para superar a repressão e a marginalização sofridas pelas mulheres do campo.

A partir dos primeiros encontros, as mulheres foram se organizando e expandindo o movimento para as demais localidades da região oeste. Foram ganhando força e, no dia 08 de março de 1984, 500 mulheres da cidade de Chapecó e região reuniram-se no distrito de Itaberaba/SC para sua primeira manifestação pública reivindicatória. Nesse mesmo ano, foram para Brasília, onde foram recebidas por Ministros, e dirigiram a pauta de suas lutas previdenciárias.

Através dessas mobilizações, essas mulheres avançaram em suas conquistas, fazendo valer seus direitos trabalhistas, adquirindo o direito à aposentadoria rural e também ao auxílio maternidade, e assim, disseminando entre as demais mulheres do meio rural o desejo de estar nessa luta e vislumbrar um novo jeito de viver, se desvencilhando das amarras da opressão dos maridos e da sociedade. Com o aumento da visibilidade e do reconhecimento de suas vozes, tornaram-se mais atuantes e assertivas em suas reivindicações e estavam dispostas a alçar voos mais longos e a se aliar a outros movimentos de mulheres que surgiram no Paraná e no Rio Grande do Sul, formando, assim, a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul do Brasil (AIMTR – Sul).

O site oficial do MMC, em seu histórico, relata que as mulheres na década de 1990, articuladas nos demais estados do Brasil, perceberam a necessidade de se unirem aos demais movimentos existentes, criando-se em 1995 a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que aliou as mulheres de Movimentos Autônomos em todos os estados, a Comissão Pastoral da Terra, o Movimentos dos

Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Via Campesina, a Pastoral da Juventude Rural, os Movimentos dos Atingidos pelas Barragens, além de sindicatos e etc.

Essas alianças fortaleceram as mulheres camponesas e identificaram suas necessidades, o que as levou a se organizarem em nível nacional para direcionar suas metas e bandeiras. Em 2004, representantes de 14 estados nos movimentos autônomos de mulheres decidiram unificar os movimentos, dando vida ao Movimento de Mulheres Camponesas² (MMC). A unificação proporcionou maior repercussão do MMC em todas as três esferas do governo brasileiro.

O Movimento de Mulheres Camponesas é um movimento social, autônomo, camponês e de causa feminista; opõe-se ao modelo de produção capitalista e merece destaque pelas suas conquistas ao longo dos anos. Observar o crescimento das mulheres camponesas, que, ao saírem de casa para participarem de reuniões, enfrentam o machismo e as dificuldades de locomoção, ainda não foi motivo suficiente para as desanimar diante do desafio de se afirmarem como pessoas capazes de lutarem por seus sonhos.

2.5.2. Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas fases

Em Santa Catarina, o MMC teve origem no Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), na década de 1980. As mobilizações em Santa Catarina se deram por dois motivos fundamentais, conforme relata Freitas (2011, p.265-266): o primeiro seria a “atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)”, e o segundo, o “compartilhamento de experiências ligadas à realidade das mulheres do campo e à necessidade de uma organização em defesa de seus direitos”.

O Oeste Catarinense contou com os aliados vizinhos, o Sudoeste do Paraná e o Norte do Rio Grande do Sul, ambos colonizados por agricultores do Rio Grande do Sul. Esses três polos foram muito importantes para a consolidação do movimento feminino. As mulheres dessas regiões absorveram as particularidades e ideais políticos de cada estado, para lutarem por questões individuais de cada região. Nesse período, por exemplo, o Rio Grande do Sul era liderado por um partido de esquerda,

² Importante lembrar que o MMC não representa todos os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. Temos por exemplo, em Pernambuco, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (MMTR/PE), que não faz parte do MMC (Bordalo, 2011).

enquanto, em Santa Catarina, até então nenhum partido de esquerda havia alcançado o governo.

Com isso, é nítido que as mulheres do movimento no Rio Grande do Sul já estavam mais conscientes de seus direitos políticos e de suas questões de gênero, enquanto as mulheres do movimento em Santa Catarina ainda discutiam questões políticas, como a oposição ao governo; segundo constava em seus discursos. Apesar de viverem realidades diferentes, esses dois estados do sul se destacaram muito na articulação do movimento a nível nacional, tanto que carregam, em seus históricos, MMC/SC e MMC/RS.

Em 1º de maio de 1983, uma reunião com 28 representantes de diferentes instituições consolidou o movimento exclusivo de mulheres rurais em Itaberaba, distrito de Chapecó, na região Oeste de Santa Catarina, denominado Organização de Mulheres Agricultoras (OMA³), conforme descreve Daniel Santos e Raquel Zimmermann (2019, p. 279).

A primeira manifestação pública do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) se deu no dia 12 de agosto de 1986 em Xanxerê/SC, reunindo mais de 10 mil pessoas, na maioria mulheres. Entre 2003 e 2004, o autor André Santos et al. (2018) relata que o MMA efetivou caravanas, concentrações, marchas, mobilizações e congressos estaduais, levando à transição de Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina para Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina.

Nessa primeira fase do MMC, vemos as mulheres lutando pelo direito de pertencer e ser agricultora, de ter seus direitos trabalhistas preservados e conquistar direitos que antes, no meio rural, eram exclusivamente destinados aos homens. Segundo Valéria Machado (2020, p. 35), essas mulheres “são diversas, mas se unem através da identidade camponesa e isso significa tornar o movimento abrangente, nacionalizado, conectado com os demais grupos e movimentos rurais”.

Tornou-se habitual, desde o início do MMC, retomar saberes e práticas das camponesas para construir o próprio movimento, ressignificando-se com o passar dos anos, na luta contra a violência física, psicológica, simbólica, verbal, patrimonial etc. Todas essas ações são direcionadas às mulheres, baseadas na perspectiva feminista

³ O OMA altera seu nome em 1986 para Movimento de Mulheres Agricultoras e em 2004, com amplitude nacional, se consolida como Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (SANTOS; ZIMMERMANN, 2019, p. 281).

de vida camponesa e na resignificação dos ensinamentos passados de geração em geração (SANTOS; ZIMMERMANN, 2019).

Ao longo do tempo, as mulheres e os filhos foram protagonistas do trabalho no campo, apesar de muito desvalorizados. Nos países em desenvolvimento, segundo dados da FAO (2022), as mulheres desempenham um papel importantíssimo na agricultura, representando em média 43% da força de trabalho. Na Ásia e África, esse percentual atinge até 50%, e isso se reflete no acesso aos recursos produtivos e oportunidades muito menores que dos homens.

Então em março de 2004 aconteceu o 1º Congresso Nacional do MMC, em Brasília, ocorrendo ali a unificação dos movimentos de mulheres camponesas autônomas de diversos estados brasileiros, consolidando as bandeiras de lutas dessa classe trabalhadora. Nesse evento, o movimento feminino nasce e se consolida como feminista e camponês, ou seja, entrelaça as bandeiras e reivindicações nos vários níveis de debates e pensamentos políticos. Isso fica muito claro quanto as suas reivindicações para conseguirem a documentação das mulheres, maior participação política e igualdade de direitos, por exemplo, no início do movimento.

A partir de então fica muito evidente que ao adotarem esses termos em suas lutas, e de acordo com Celia Amorós e Ana de Miguel (2005, p. 16-18), as mulheres assumem um papel de militantes e de mobilização, para se organizarem e fazerem mudanças na sociedade.

2.5.3. As mulheres camponesas e o feminismo dentro do movimento

O feminismo reflete nas falas e pensamentos das mulheres atuantes no MMC, que inicialmente, não se identificavam como “feministas”, por considerarem o feminismo algo distante de suas realidades, porém com o amadurecimento político passaram a reconhecer que, desde o princípio, suas ações já carregavam traços de um feminismo camponês. Para essas mulheres, feministas eram mulheres com muita influência, que tinham domínio de seus corpos e que estavam nas cidades, frequentando a classe média alta, o que não permitia que se identificassem como tal.

Fica evidente então que, o feminismo que tratamos aqui, não tem o mesmo sentido do feminismo urbano, apesar das mulheres se posicionarem fortemente em ambos, se distanciam as camponesas das demandas do feminismo das mulheres urbanas em seu pensamento político e social. Isso porque, dentro do meio rural, a

mulher do campo sempre teve o papel de ser subordinada, e de não poder manifestar sua opinião.

Segundo Maria Ignez Paulilo (2000, p. 17-18), assim que essas mulheres se reconhecem como feministas camponesas, trazem à tona a reflexão sobre a sua própria imagem difundida do meio rural, como um espaço privilegiado onde a família é perfeita e sem conflitos, e onde tudo está na mais perfeita harmonia; mas, ao compartilharem e discutirem suas histórias se enxergam como mulheres intimamente manipuladas, discriminadas, violentadas e excluídas em seus direitos e vontades, ao ponto de que não eram consideradas agricultoras. Elas se viam limitadas, sem estudo, sem autonomia financeira e direcionadas pela Igreja. Mas aos poucos essa visão foi clareando e as lideranças e mulheres atuantes do MMC, hoje, se veem sim, como mulheres camponesas e feministas desde o início do movimento.

As mulheres camponesas do tempo presente assumem jornadas árduas de trabalho, se envolvem sem medo nas causas ambientais e lutam por políticas públicas em que as necessidades básicas sejam consideradas primordiais para a dignidade humana. Além de defenderem a preservação e o desenvolvimento do campo de forma humanizada, inclusiva e sustentável em todas as suas formas.

A autora Norma Pereira Méndez (2005, p. 55) retrata que, o movimento feminista, desde sempre apresentou dois caminhos de lutas das mulheres, já que existe,

[...] de um lado, a discussão sobre a situação da mulher proletária, centrada nas questões da desigualdade de direitos trabalhistas e na exploração da mão de obra; de outro, a organização de mulheres pertencentes principalmente aos segmentos médios, intelectualizadas, com o objetivo específico de lutar pela emancipação feminina e pela conquista dos direitos civis.

Esse novo olhar das mulheres que compõem o MMC, demonstra a sua força nos diversos seguimentos da sociedade, trazendo a emancipação e o reconhecimento dos seus direitos que durante muito tempo foram suprimidos, galgando uma sociedade mais igualitária. O “feminismo camponês”, tornou-se mais difundido e evidente, quando em 2004, o movimento passa a fazer parte de um grande grupo internacional de mulheres agricultoras, conhecido como CLOC – *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo*, uma organização autônoma que faz

parte do movimento Via Campesina, unindo as mulheres camponesas da América Latina e do Caribe.

Com o entrelaçamento dos movimentos femininos, Michela Calaça (2023) diz que as mulheres do MMC construíram e fortaleceram o feminismo camponês, por ser uma realidade em suas pautas e bandeiras, amadurecendo assim essa corrente feminista. Para Catiane Cinelli (2012), tudo ocorreu, não com abstrações teóricas, mas com lutas populares concretas voltadas para a realidade da mulher do campo, suas dificuldades e desafios enfrentados no dia a dia em suas unidades produtivas. Esses dados foram muitos bem documentados nos encontros internacionais e nacionais.

No meio rural será permanentemente discutido essa forma de feminismo, pois segundo a autora Heleieth Saffioti (2004, p. 111), “o espaço rural sempre foi patriarcal, onde o homem, seja marido, filho ou qualquer outra figura masculina familiar, tem o controle tanto familiar como da agricultura”, sendo ainda um grande obstáculo para a mulher do campo efetivar seus direitos em relação à terra e a sua produção, pois se entende que não há como mudar uma sociedade sem que as questões de gênero sejam alteradas. O trabalho masculino sempre foi mais valorizado pela sociedade, e homens e mulheres foram categoricamente construídos de maneira desigual. A mulher, por mais que tenha seu trabalho triplicado em quantidade, é vista apenas como aquela que fica em casa e cuida dos filhos e dos afazeres domésticos. Com esse sistema patriarcal, a mulher foi se anulando frente ao homem e consolidando a crença de inferioridade lhe imposta, sendo assim, o Movimento de Mulheres Camponesas trouxe a ideia e a conscientização de valorização do trabalho feminino.

Segundo Justina Cima, liderança nacional do MMC, em entrevista dada em um intercâmbio e descrita por Valdete Boni (2013, p. 182), fez a colocação de que “os homens foram educados para ver a agricultura como um negócio e as mulheres foram educadas para verem a agricultura como um modo de vida, um jeito de viver bem”.

De acordo com o Movimento de Mulheres Camponesas, as discussões se baseiam nas experiências e práticas dessas mulheres dentro do ambiente rural, pautado na destituição do patriarcado e num novo modelo de gestão do campo, em haja mais políticas públicas voltadas ao amparo da mulher rural, com menos violência e desigualdade, consolidado na soberania alimentar através da plantação agroecológica, onde a mulher possa ter sua liberdade econômica e autonomia no campo. O feminismo camponês, dentro do MMC, pode ser conceituado como uma

[...] experiência concreta de luta, resistência aos ataques imperialistas contra nossos povos, é proposta de mudança estrutural da sociedade. Se constrói tanto nas bases como nas instâncias nacionais e internacionais, tem a força da diversidade do campesinato latino americano e caribenho que vive, resiste a partir da construção da agroecologia, da luta por soberania alimentar, por uma seguridade social, que inclua saúde, previdência, assistência pública, universal e solidária, na defesa dos territórios, dos nossos corpos e no enfrentamento a todas as formas de violência sofrida pelas mulheres. É um feminismo que tem suas energias geradas nas propostas dessas mulheres construídas na luta por uma sociedade sem desigualdades (MMC, 2025).

No site oficial do MMC (2025), é relatado ainda que atualmente “esse feminismo se apresenta como sistematização de muitos processos vivenciados pelas mulheres camponesas, indígenas e negras de todo o mundo”. O movimento segue sendo um encontro de histórias que servem de inspiração de luta, sementes feministas geradas todo dia no coração de mais camponesas.

A autora Valdete Boni (2013) relata que o MMC/SC sempre se posicionou como um movimento de postura feminista, apesar de ter sido reprimido no começo, por conta do envolvimento com a Igreja. Ao se afastar dos ideais da igreja católica o Movimento assumiu uma postura totalmente feminina e ecológica, aproximando as mulheres camponesas dos ideais feministas, conectando assim o meio ambiente ao feminismo. O MMC reafirma sua identidade em mulheres que produzem sua subsistência com respeito ao ambiente, à água e ao solo. Assim, unificaram sua bandeira, representada na Figura 5. Essa bandeira se apresenta na cor lilás, com a figura de três mulheres, cada uma com um material de trabalho: a enxada, o chapéu e o lenço, e a cesta de alimentos.

Figura 5 – Bandeira do MMC



Fonte: MMC.

A simbologia da bandeira, na visão de Maria Paulilo e Cristiani da Silva (2007), é reforçada pela cor lilás, que remete ao feminino e à inteligência, a cesta de alimentos que significa a produção no campo, a vida e o renascimento. O chapéu e o lenço remetem à mulher do campo, para quem a enxada é sinônimo de trabalho e esforço diário. Ademais, a imagem de três mulheres, uma negra, uma indígena e uma branca, que representam as três etnias predominantes no Brasil.

Ser camponês, segundo o histórico do MMC, requer uma identificação política e um descontentamento com a atual maneira de se fazer agricultura no campo. O capitalismo desenfreado, a utilização de agrotóxicos e a contaminação do solo e das águas, coloca o camponês como oposição, muitas vezes associado aos partidos de esquerda, que sempre defendem as pautas ecológicas. Ainda não é comum o entendimento do termo “camponês”, mas embora esquecido e em desuso – sempre associado a ideia de trabalhadores do campo com um meio de produção atrasado, sem modernização – o MMC/SC se apropriou do vocábulo, para autoidentificação, através das agricultoras da região oeste de Santa Catarina.

Essas mulheres camponesas, no olhar de Valdete Boni (2013), passaram a observar o modelo de agricultura predatória instalada no país desde a década de 1970, e fizeram oposição a tal modelo, com a produção de alimentos limpos de venenos, das sementes transgênicas e modificadas; levando a agroecologia e a resistência como ideia de agricultura camponesa. Assim, ser camponesa, para as mulheres do MMC, é viver dentro do seu núcleo familiar e em sua unidade de produção, produzindo alimentos de forma artesanal e autônoma, com a finalidade primária de satisfazer as necessidades de subsistência, comercializando a produção excedente para adquirir os itens que não são produzidos na unidade de produção.

Dessa forma, levantando as bandeiras feminista e camponesa, as mulheres do MMC, em 2006, promoveram uma grande revolução na mídia quando ocuparam o laboratório da Aracruz Celulose, na cidade de Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, precisamente no dia 08 de março. Ao se posicionarem contra o que nominavam como “desertos verdes” foram colocadas sob os holofotes das manchetes jornalísticas do país inteiro.

Criticadas severamente por populares e pela mídia, esse fato foi um marco no processo de consolidação do movimento social organizado exclusivamente por mulheres. Naquela ocasião conseguiram expressar seus anseios e se fazer

pertencentes à sociedade como sujeitos de direitos e visíveis, como bem descreve Mirla Cisne Álvaro (2013, p. 320):

Para as mulheres se perceberem como sujeitos, aliás, tornarem-se sujeitos efetivamente [...]. Enfim, uma metodologia que possibilita às mulheres se apropriarem de si e também de se reconhecerem como sujeito político, coletivo na luta por transformações de suas vidas e da sociedade.

Depois de toda essa articulação nacional, as mulheres camponesas tinham um grande desafio pela frente: fortalecer o trabalho de base em todas as regiões onde o MMC se fazia presente. Somente em 2013, após muitos esforços, o MMC conseguiu se reunir novamente a nível nacional, em Brasília, contando com a presença de mais de duas mil mulheres camponesas representando 23 estados da federação. Naquele momento, trouxeram à baila discussões como: as lutas camponesas femininas e populares, produção de alimentos saudáveis, seguridade e salário maternidade para as mulheres do campo, e a importância da organização do MMC.

O MMC, por ser um movimento só de mulheres, facilitou para que elas pudessem revelar seus anseios e dificuldades. Tinham liberdade de expor seus problemas, como violência doméstica que pudessem vir a acontecer, coisa que talvez não aconteceria se tivesse homens pertencentes ao movimento.

Segundo Valéria Machado (2020, p. 35), essas mulheres, embora "diversas, se unem através da identidade camponesa e isso significa tornar o movimento abrangente, nacionalizado, conectado com os demais grupos e movimentos rurais". Desde o seu início, o MMC habituou-se a retomar os saberes e práticas das camponesas para a sua própria construção, entrelaçando-se ao longo dos anos na luta contra as diversas formas de violência (física, psicológica, simbólica, verbal, patrimonial, etc.). Conforme Daniel Santos e Raquel Zimmermann (2019), essas ações são direcionadas às mulheres, pautadas na perspectiva feminista da vida camponesa e na resignificação dos ensinamentos transmitidos entre gerações.

Concomitante com as atividades já descritas realizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas, tem-se ainda a salvaguarda das sementes crioulas, como benefício para toda sociedade, com destaque à saúde, ao cuidado com a terra e a produção alimentar, resgatando saberes e tradições. Essa participação ativa das mulheres nas práticas agroecológicas e na produção orgânica, fez com que a maioria

delas fossem responsáveis pelas unidades de produção, deixando de ser coadjuvantes nas propriedades para tornarem-se protagonistas (PAULILO, 2010).

2.5.4. Movimento Camponês Ecofeminista

O engajamento das mulheres neste movimento vai além da oposição política e da disputa por espaços em sindicatos ou cargos legislativos. Elas abordam temas abrangentes, como saúde da mulher, violência doméstica, soberania alimentar e, por meio da produção agroecológica, a preservação ambiental.

Pensar no MMC/SC com o foco na agroecologia, remete ao feminismo na agricultura ou ao termo “ecofeministas”, em que os movimentos ecológicos relacionam a mulher com a natureza, religião e saberes místicos. Essa teoria foi muito discutida na década de 1970 por Françoise d’Éaubonne, uma ativista francesa, escritora e feminista pioneira do ecofeminismo. Ela defendeu em sua obra “*Le féminisme ou la mort*” que as mulheres, assim como a natureza, são dominadas pelo patriarcado, enxergando tanto o meio ambiente como as mulheres como um objeto a ser dominado.

Criado na França e exportado para o mundo, essa corrente feminista/ecológica possui diversas vertentes, já que de acordo com Alicia Puleo (2010, p. 17), uma grande pesquisadora do assunto, atualmente existe pelo menos três correntes ecofeministas: uma na qual a mulher é a protetora do meio ambiente, se opondo ao masculino que depreda e destrói; a segunda com o lado espiritual e influências religiosas, onde a natureza é sagrada e a mulher sentem-se mais próxima e conectada ao meio ambiente; e a terceira, a construtivista, cuja defensora e economista indiana Bina Agarwal, afasta a concepção de que a mulher e a natureza possuem uma relação natural e biológica, apesar de seu cotidiano definir essa posição. A justificativa dessa ideia reside no gênero e nas responsabilidades diárias que definem a relação das mulheres com a natureza. Isso significa que as relações sociais e o cotidiano constroem ativamente o vínculo entre a mulher e o ambientalismo.

O movimento ecofeminista resgata nas camponesas a preocupação com a preservação da natureza, da água e do solo, entendendo que a ecologia não é um movimento isolado, mas sim uma teia interconectada, da qual todos os seres vivos se abastecem. As camponesas do movimento de mulheres MMC/SC adotam o ecofeminismo espiritual de Shiva, associada ao ecofeminismo construtivista, que

prega Bina Agarwal. Para Vandana Shiva (2003), o ecofeminismo coloca a vida no centro das organizações sociais, econômicas e políticas das sociedades, fazendo com que as mulheres retomem esse cuidado de manutenção da vida.

No Movimento de Mulheres Camponesas, o ecofeminismo contribui para que as mulheres desenvolvam projetos e analisem as políticas públicas rurais. Isso lhes permite considerar os impactos ambientais locais e as implicações dessas atividades em suas vidas e no trabalho realizado nas unidades de produção.

O discurso das mulheres do MMC/SC não se limita apenas à relação "mulher/natureza", mas se concentra sobretudo na luta pela sobrevivência, pelo alimento saudável e pela soberania alimentar. Nessa perspectiva, o pensamento ecofeminista confronta o modelo de produção tradicional e predatório, buscando interligar as questões ambientais e de gênero.

O ecofeminismo, para Margarita Barragán et al. (2016, p. 103), traz a mulher e a natureza como um objeto de consumo e exploração. Com isso, o homem e o capitalismo praticam uma dupla dominação que afeta as mulheres periféricas e o mundo natural. Isso significa que há uma ligação direta entre a dominação masculina e a dominação exercida sobre a natureza.

Segundo a Via Campesina (2013), as mulheres camponesas produzem 80% dos alimentos consumidos pelas famílias pobres no mundo. Conforme descreve Miriam Nobre (2012, p. 96), elas têm maior preocupação com a diversificação da produção; isso deixa muito claro que as mulheres se preocupam mais com a segurança alimentar de suas famílias e ainda comercializam o excedente para ter uma renda extra.

A ativista ambiental e defensora do ecofeminismo, Vandana Shiva (2003), argumenta que as monoculturas e as sementes geneticamente modificadas causam efeitos desastrosos na biodiversidade e no potencial nutritivo dos alimentos. Segundo a autora citada acima (2003, p. 67-68), essas práticas esgotam os nutrientes do solo e favorecem a disseminação de pragas, devido à concentração de gêneros consumidos por uma só espécie, o que resulta no uso abusivo de agrotóxicos. As graves consequências ambientais atingem o solo, a água, a biodiversidade local, a saúde dos trabalhadores rurais e ainda diminuem a eficiência produtiva.

A mulher, ao participar do MMC, passa a se autoavaliar e percebe como é explorada no meio rural e procura pensar num futuro melhor, seja para si, para seus filhos e para a região onde vive. De acordo com Olga Noronha (1986), a mulher deve

ser vista além do feminino como mero sinônimo de maternidade e domesticidade. Ela é, na verdade, um ser social capaz de distinguir família e trabalho, integrando-se à sociedade com direitos idênticos aos dos homens.

O MMC é um movimento social que promove a libertação da mulher do campo, esclarecendo a essa mulher participante os seus direitos na sociedade e no lar, fazendo-as enxergar o quanto são importantes como pessoas. Conforme Justina Cima (2021), uma das coordenadoras do MMC, o movimento promove a modernização da mulher agricultora. Por meio da campanha do MMC para valorização da coleta, guarda, conservação, preservação e cultivo de sementes tradicionais ou “crioulas”, essas mulheres começam a ter dignidade alimentar e passam a valorizar a natureza de forma mais intensa, adquirem certa independência financeira e passam a ter um lugar de pertencimento dentro da sociedade ao comercializar seus produtos.

Encerrando o panorama do MMC, em sequência passa-se à imersão sobre a figura do que é ser camponês, como esse tema aborda o autossustento no campo e a soberania alimentar, por meio do olhar das guardiãs de sementes crioulas.

2.5.5. Camponesa por orgulho: o resgate da identidade rural pelo MMC

Marcos Severo (2024, p. 3) estabelece que a definição de camponês exige um resgate do contexto histórico da Europa medieval, mais especificamente da Idade Média (séculos V a XV), período caracterizado por uma sociedade com economia estritamente agrária. Nessa época, de acordo com Luis Costa e Leonel Mello (2006), a maior parte da população era composta por pessoas que trabalhavam na terra e moviam a economia. Plantavam trigo, cevada, aveia, entre outros, e criavam animais. Com a religião desempenhando um papel fundamental em suas vidas, esses indivíduos, denominados camponeses, eram os responsáveis por impulsionar os demais setores da sociedade.

Acima dessa classe, estavam os senhores feudais, os cavaleiros e o clero. Ainda dentro da classe dos camponeses, havia a subdivisão de camponeses que eram livres e trabalhavam em suas terras e ainda prestavam serviços à classe superior, e os camponeses que eram servos. Os livres possuíam mais autonomia; já os servos, conforme relatam Luis Costa e Leonel Mello (2006), não possuíam liberdade para ir e vir ou ter sua própria plantação.

O título de camponês sempre esteve ligado a uma ideologia, representando algo de oposição à ordem estabelecida. Como tema de nomenclatura, foi polêmico desde os tempos antigos. Em Paris, escrevendo sobre o século XIII, o historiador medieval Le Goof (1984), numa uma ilustração de ironia e crítica, trouxe ao mundo a visão de que o camponês era associado a tudo de negativo: uma figura desumanizada, descrita como um animal selvagem com uma "feiura bestial". Do mesmo modo Voltaire (2000, p. 169) faz uma analogia dizendo: "o hebraico está para o grego assim como a linguagem de um camponês para a de um acadêmico". Demonstrando o estigma que o camponês tinha na época.

Foi o capitalismo no século XIX que proporcionou a principal mudança estrutural das sociedades camponesas, retirando os pequenos agricultores do campo por meio do êxodo rural induzido, e transferindo a força de trabalho para as cidades industrializadas. O que estava em jogo não era a "descamponesação" da agricultura, mas o modo como o capital penetraria na agricultura em contraste a outros ramos da economia.

Conforme Comerford (2005), foi no século XX que se tornou mais evidente a busca por espaço na política e o enfrentamento de questões como as formas de produção, a remuneração e o acesso à terra. Com isso, o termo camponês ficou vinculado a uma importante e peculiar luta de resistência e de dominação.

No Brasil, o termo passou a ganhar força como identidade política, ligada à luta pela terra e à organização social, a partir da década de 1950, especialmente no contexto das lutas camponesas influenciadas por movimentos de esquerda. Por isso, até os dias atuais, a palavra camponês remete ao sentido político de esquerda e, portanto, a um movimento que foi praticamente impedido de expandir suas potencialidades de produção, pois sempre foi visto como uma classe que luta por um espaço na economia, na sociedade e na reforma agrária, mas em constante oposição ao sistema atual de produção.

Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999), sinônimos de camponês incluem: campesino, campestre, campônio, aldeão, rústico e montanhês. Embora termos como agricultor familiar, caboclo, caipira e trabalhador rural possuam usos distintos, frequentemente se aproximam da figura do camponês. Este último, no entanto, representa uma identidade política e cultural específica, resgatada e reforçada por movimentos sociais como o MMC.

Historicamente, a necessidade de obter alimentos levou os ancestrais humanos a descobrir e domesticar sementes. Estes ancestrais, denominados camponeses neste contexto, foram responsáveis pelo cultivo, guarda e preservação das sementes, o que permitiu o surgimento e a expansão das civilizações que povoaram o mundo nas proximidades dessas plantações.

O MMC resgata essa palavra no sentido de fazer valer a luta e a resistência no campo, porque ser camponês para as mulheres do MMC é um orgulho; elas se identificam e se sentem valorizadas ao desenvolverem a agricultura camponesa. Maria Paulilo e Cristiani da Silva (2007) afirmam que o campesinato brasileiro não se alinha a outros modelos rurais nem a épocas históricas, uma vez que os camponeses da antiguidade e os da atualidade apresentam grandes diferenças. Na visão de George Martine (1991), o camponês permaneceu à margem do processo de modernização, devido à escassez de recursos e ao fato de que os investimentos e subsídios agrícolas foram sempre direcionados aos grandes produtores. Os grandes conglomerados, por sua vez, buscam a extinção do camponês, rotulando sua agricultura como atrasada, ignorante e tecnicamente inadequada.

Entre os críticos da produção camponesa, encontra-se Xico Graziano (2018), um agrônomo e escritor, que expressa seu desdém nos seguintes termos:

A produção camponesa é fruto da imaginação de “esquerdistas verdes” e “retrógados” que, imbuídos de “ódio”, “demonizam o atual modelo tecnológico de produção no campo” ao mesmo tempo em que “defendem um modelo de produção agrária tipo o campesinato europeu de meados do século 20”, e ainda “imaginam, no Brasil, ser possível alimentar 210 milhões de pessoas com hortas domésticas e lavouras capinadas com enxada, pragas combatidas com calda de fumo, colheitas feitas à mão”, em síntese, representariam a “volta ao passado”.

Em resposta a esse tipo de pensamento, o movimento adota a agricultura camponesa, incentivando as mulheres a consumir alimentos saudáveis. Com isso, demonstra-se que é possível cultivar com amor e respeito ao planeta, resgatando um modelo de produção anterior à era dos maquinários, monoculturas, agrotóxicos e comercialização de sementes, e valorizando a mulher pelo seu papel no cuidado da alimentação familiar. Então o MMC incorporou o termo camponês em seu nome, resgatando relações sociais e de luta existencial pertinentes ao campo. E, conforme Maria Paulilo e Cristiani da Silva (2007), foi por meio do termo camponês que o movimento das mulheres adquiriu uma nova identidade.

Para o sociólogo Manuel Castells (2000), nessa construção de identidade, devem-se considerar as transformações políticas e sociais do momento, pois esses elementos são parâmetros de definição e identificação do sujeito em relação à sociedade. Desse modo, a identidade é construída a partir das influências da cultura e do cotidiano, reconhecendo que as transformações têm impacto direto na vida coletiva. O sociólogo destaca também que a “identidade é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais interrelacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (Castells, 2000, p.54).

Na história, observa-se que as mulheres sempre estiveram envolvidas na alimentação, principalmente no preparo dos alimentos. Talvez por isso o seu trabalho sempre foi visto como fácil, pois, enquanto o homem fazia o cultivo e colheita, cabia às mulheres o trabalho doméstico e a “ajuda” ao trabalho do homem nas atividades agrícolas.

[...] E o Movimento de Mulheres Camponesas então, que é a discussão de quem produz os alimentos, das mulheres que estão no campo, de diferentes atividades, e também tem uma questão da luta de classes. Retoma-se também essa discussão do que é ser o camponês, que não é o atrasado, que a camponesa não é a atrasada, que não ficou parada na história, mas é a que traz uma cultura, é a que traz os seus valores, é a que tem um cuidado com a terra (CINELLI, 2012, p. 5).

Ao adotarem a autoidentificação como "mulheres camponesas", elas buscam ir além do rótulo de meras pequenas produtoras. De fato, Maria Moura (1986, p. 71) argumenta que o campesinato transcende aspectos da organização social, como o trabalho familiar, os costumes e a religiosidade. É, portanto, fundamental analisar como essas trabalhadoras se autoidentificam para compreender, de fato, o modo de vida camponês que adotam.

Conforme o portal eletrônico do movimento, a denominação "camponesa" designa a mulher que, em seu núcleo familiar de produção agrícola e artesanal autônoma, consegue satisfazer as necessidades de subsistência e obter recursos para adquirir produtos e serviços externos. Essa definição demonstra a resistência de um movimento que luta por permanecer no campo com dignidade, opondo-se ao sistema de monocultivo, aos agrotóxicos e às sementes transgênicas.

Isso leva as mulheres a refletirem sobre suas relações sociais, a agroecologia e os saberes populares sobre alimentos do campo e ervas medicinais. É um resgate

da sabedoria milenar, transmitida de mãe para filha. A prova disso é a valorização das sementes crioulas, que representam o cerne da identidade camponesa, baseada no cuidado com a terra, na autonomia alimentar e na sabedoria ancestral. Assim é definido e se constitui o camponês.

2.5.6. Sementes tradicionais ou crioulas e a subsistência no campo por meio das sementes

O projeto de agricultura camponesa, agroecológica e feminista integra a missão do MMC. Por entender ser de fundamental importância, o movimento assume o programa de produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças (SANTOS, 2021).

Esse projeto de agricultura é uma forma de assegurar uma alimentação saudável, pautada na defesa da soberania alimentar, baseada na preservação das próprias sementes crioulas, patrimônio da humanidade, de acordo com Catiane Cinelli (2012). Neste projeto, o MMC procura

[...] difundir e apoiar o manejo de sementes crioulas nas comunidades sob a ótica da promoção do ativismo feminista, viabilizando uma agricultura com maior respeito à natureza e valorização do conhecimento local para a garantia de uma base alimentar saudável em oposição ao modelo monocultor (ADÃO, 2009, p. 79).

Por meio deste resgate histórico, o MMC faz contraponto ao movimento agrário que identifica e estimula a aplicação intensiva de agrotóxicos, sementes modificadas, adubos sintéticos e a padronização de atividades; fatores que resultam em desmatamento, desequilíbrio ecológico, exploração no campo, insegurança alimentar e o êxodo rural.

Um significado cultural resgatado é o de horta, local onde se produzem alimentos que abrangem o cultivo de hortaliças, conforme Hickmann (2007). As mulheres do MMC têm, nas chamadas oficinas, a realização de trocas de sementes e o debate sobre as melhores formas de cultivá-las, propagando os cultivos para novas localidades. Essa troca de sementes garante a manutenção do conhecimento e a diversidade genética; melhorando a dieta das famílias e preservando espécies vegetais que perderam espaço para as sementes comerciais (ZANETTI; MENASCHE, 2007).

O Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças teve início em 2002 e adveio de debates sobre a garantia das sementes como patrimônio da humanidade, soberania alimentar e valorização de práticas com base na agroecologia, em oposição aos alimentos transgênicos. Destaca-se que, já em 2007, havia no estado de Santa Catarina experiências com o cultivo de sementes crioulas por mulheres do MMC em 70 cidades (ADÃO, 2009; CIMA; COLLET, 2015).

O manejo de sementes crioulas, além de garantir uma base alimentar saudável em oposição ao modelo monocultor, resgata e valoriza práticas voltadas à produção da própria alimentação que estavam se perdendo com a compra de gêneros alimentícios industrializados. Uma representante do MMC esclarece que

[...] o projeto de sementes crioulas é uma das coisas mais importantes que o Movimento trouxe. Além do resgate das sementes e da biodiversidade, o projeto de sementes conseguiu resgatar a dignidade das mulheres e das muitas famílias que já tinham bastante variedades de sementes crioulas. Geralmente, as mais pobres, que moravam mais distante, até tinham uma certa vergonha de dizer, meio que escondiam, pensavam que o moderno e o interessante seriam as sementes compradas, as híbridas. Com a valorização das sementes, foi possível recuperar o auto sustento que muitas famílias tinham perdido (apud ADÃO, 2009, p. 90).

O trabalho com sementes crioulas efetivado pelas mulheres, no olhar de Geneci dos Santos (2021, p. 68), permite avançar em princípios da agroecologia para alcançar autonomia econômica, aumentar a produção de diversos alimentos saudáveis para o autoconsumo e gerar renda para elas e suas famílias.

Os princípios da produção agroecológica se manifestam fortemente na produção, gestão e planejamento dos cultivos praticados pelas mulheres no quintal e nos arredores das casas. O processo de construção agroecológica visa ampliar-se para toda a unidade de produção, pois, na agroecologia, se constrói a soberania alimentar. Assim, de acordo com Vanderleia Pulga et al. (2018, p. 125), os quintais produtivos são espaços pedagógicos de construção e efetivação do projeto de agricultura.

Destaca-se que, essas práticas de buscar a soberania alimentar, alimentação saudável, conservação, e preservação, cultivo e reprodução de sementes tradicionais ou crioulas, com o uso de plantas medicinais e cuidados com a saúde; possibilitam, de acordo com Nilton Adão (2009, p. 116), às mulheres, conquistar no âmbito doméstico, uma melhor qualidade de vida para a sua família e, no âmbito social e

político, a perspectiva de realizar o lema do MMC, “produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza”.

As sementes tradicionais ou crioulas de hortaliças são a porta de entrada para as mulheres compreenderem que é possível praticar a agroecologia a partir de algo próprio delas, que já realizam cotidianamente, precisando apenas de um pouco mais de estudo, dedicação e aprimoramento e, conseqüentemente, de valorizar seu trabalho e seus saberes.

No depoimento da Entrevistada 3, isso fica muito evidente em sua fala: “não dá pra separar a agroecologia de mulher, não dá pra separar o resgate da semente, o ser guardião da semente, existem alguns homens que fazem isso, mas são as mulheres... onde você for pesquisar, você vai ver que tem mulher direcionando.”

De tal maneira, o Movimento continua avançando na conservação, preservação e produção de outras variedades de sementes tradicionais ou crioulas – como as de milho, feijão, pipoca, amendoim, e os tubérculos, como mandioca, batata, etc. – assim como no estudo sobre a produção e uso de plantas medicinais, criação de pequenos animais, implementação de sistemas agroflorestais, manutenção e preservação da biodiversidade e dos bens naturais, floresta, solo, água e de todas as formas de vida existentes no planeta (SANTOS, 2021).

2.6. A importância dos movimentos e as demandas na conservação e preservação das sementes tradicionais ou crioulas

Sementes pequenas. Sementes que somos. Semente não é só feijão e milho. Semente é da flor, da alface é de gente. Semente é renda e é comida... Semente é uma missão que as mulheres fazem de forma aguerrida (LUNAMAR, 2022, p. 7).

As sementes são o cerne da produção de alimentos, e os movimentos sociais têm prestado um grande trabalho em relação às pautas sensíveis do meio rural. Uma delas está relacionada às sementes tradicionais, defendendo e intervindo diretamente em propostas de projetos de leis, com o objetivo de conservar e preservar as sementes tradicionais ou crioulas, fortalecendo os agricultores familiares e camponeses, em prol da soberania alimentar, garantindo o direito dos agricultores de usufruírem da biodiversidade e do uso livre das sementes.

Através dessa pauta de grande relevância, os movimentos de norte a sul do país promovem ações em defesa das sementes tradicionais, organizando a capacitação dos agricultores, a criação de bancos comunitários de sementes, feiras de troca e políticas públicas que apoiem essa prática.

O acesso às sementes crioulas está inserido nos direitos fundamentais e humanos, pois diz respeito à soberania alimentar e à autonomia dos povos sobre a produção, distribuição e consumo de alimentos, garantindo o direito à alimentação de qualidade, inserido na Constituição Federal (STF, 2023) em 2010 por meio de uma Emenda Constitucional.

A maior problemática em torno das sementes tradicionais ou crioulas é a corrosão genética que as empresas comerciais de sementes têm provocado nas lavouras. Segundo Juliana Santilli (2009, p. 132-133), várias sementes tradicionais foram sendo substituídas por variedades “modernas”, depois por sementes híbridas e, mais recentemente, por sementes transgênicas – Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

As sementes tornaram-se mercadorias e as grandes empresas controlam o mercado agrário, com isso, os agricultores familiares e camponeses, com as sementes ditas “produtivas e melhoradas”, correm o risco de perdas irreparáveis de seu patrimônio genético, segundo descreve Petersen et al. (2013), os órgãos e os programas de distribuição de sementes, na maioria das vezes negligenciam a importância das sementes tradicionais ou crioulas nos processos produtivos e no desenvolvimento dos agrossistemas de uma determinada comunidade e região.

Essas demandas sustentáveis e de cuidado ambiental levaram a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, a elaborar planos e metas, por meio de uma agenda, para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O documento foi adotado por 193 países, conhecido como “Agenda 2030”, e está estruturada em 169 metas e 17 objetivos atuando em áreas críticas, como o caso da fome, que, no Brasil, está relacionada à conservação de sementes (AVILA, 2021).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresentam quatro dimensões: Social, Ambiental, Econômica e Institucional (IDIS, 2023), que pretendem conduzir o mundo em um caminho mais sustentável e transformador, enfrentando a pobreza e proporcionando a segurança alimentar, incentivando a agricultura limpa e almejando mais saúde e educação para as comunidades, reconhecendo a igualdade de gênero e reduzindo as desigualdades que existem nas diversas camadas das populações.

A própria Organização das Nações Unidas (ONU), reconhece que esses objetivos são ousados ao declarar, em seu site (2015), que “[...] a visão é ambiciosa e transformadora, porque prevê um mundo livre dos problemas atuais, como pobreza, miséria, fome, doença, violência, desigualdades, desemprego, degradação ambiental, esgotamento de recursos naturais, entre outros.”

Durante a pesquisa foram observados os objetivos ODS de nº 2 - “Fome zero e agricultura sustentável”, onde se almeja acabar com a fome e ter uma segurança alimentar através de produções agrícolas sustentáveis, com a conservação e preservação dos recursos genéticos vegetais, englobando a ODS nº 5 - “Igualdade de gênero”, onde se espera o empoderamento de todas as meninas e mulheres e a igualdade de gênero e a ODS nº 15 – “ Cuidar da vida terrestre”, onde se pretende proteger os ecossistemas, e cuidar de forma sustentável das matas e florestas bem como diminuir a desertificação e a degradação de terras que tem ocasionado a perda gradual da biodiversidade.

Ao fazer um panorama de como o Brasil está se saindo em relação a esses três ODS citados, de acordo com o Relatório Nacional Voluntário (RNV) produzido em 2024 e apresentado à ONU no mesmo ano, após a retomada do compromisso com a Agenda 2030, o cenário não foi nada bom.

O último Relatório produzido sobre o tema foi realizado em 2017, e a Comissão Nacional para os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) foi extinta em 2019, pelo então Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, permanecendo os objetivos do ODS, totalmente abandonados no período entre 2019-2022.

É possível observar que esse retrocesso causou muitos transtornos ao Brasil no que tange a consecução de suas metas. De acordo com dados do RNV (2024), apenas 8,3% das metas foram plenamente alcançadas, respeitando tal perspectiva, 20,7% evoluíram positivamente, em razão da consciência da sociedade brasileira em se manter resistente em assumir as metas dos objetivos; em contrapartida, 15,4% não progrediram, 13,6% retrocederam e 42% não puderam ser avaliados por falta de dados.

Outro fator que prejudicou grandemente o avanço das metas dos ODS foi a pandemia do Coronavírus (Covid-19), que prejudicou 37% das metas, o que demonstra que, em tempos de crise global, as estratégias ficam enfraquecidas. Desde 2023, sob o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, as metas da Agenda 2030 foram retomadas, recriando a Comissão (CNODS) que promoveu debates sobre

temas importantes e prioritários no G20, como a pobreza, desigualdades, combate à fome e sustentabilidade.

A COP30, foi a 30ª Conferência de Partes da ONU, sendo realizada no Brasil, em Belém, no Estado do Pará em novembro de 2025, reuniu líderes mundiais, cientistas e a sociedade civil, para debates em relação às mudanças climáticas demonstrando e refirmando o compromisso do Brasil com o desenvolvimento sustentável.

Embora a COP 30 não tenha sido um fracasso total, também não foi um sucesso, pois pouco foi implementado em termos de ações conjuntas para acelerar a implementação do Acordo de Paris, frente ao estado de urgência que se exige na redução das emissões de gases de efeito estufa e a proteção da Amazônia e florestas tropicais, por exemplo.

Nos objetivos que esta pesquisa focou foi possível observar que a antiga gestão governamental, entre 2019 – 2022, conforme consta no relatório RNV (2024), ocasionou um desmonte na área ambiental que estimulou a exploração de recursos naturais, o esvaziamento de órgãos públicos de fiscalização, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o que reduziu as cadeiras de representação da sociedade civil de 23 para apenas 4; alterações nas normas ambientais e o afrouxamento das regras de licenciamento, ocasionando inclusive a interrupção do Fundo Amazônia.

O Brasil voltou ao “mapa da fome” em 2022 devido ao desmonte das políticas públicas que garantiam a segurança alimentar, extinguindo o CONSEA em 2019. Dados do IBGE, informam que a insegurança alimentar em 2013 era de 7,8% em domicílios particulares, em 2017 – 2018 este índice subiu para 12,7% e agora em 2023 está em 9,4%, apresentando uma redução considerável, através do fortalecimento da agricultura familiar sustentável. Nas palavras de André Santos et al. (2018), “a mais profunda mazela da sociedade é a fome”, e as ações e metas para combatê-la devem estar presentes nas agendas do Governo. Neste sentido, a ONU, estabelece o seguinte sobre a ODS nº 2:

Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem

geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente (ONU, 2015).

Em congruência com o ODS nº 2, também se busca a preservação e manutenção da diversidade genética de espécies vegetais e animais, por meio do banco genético gerido pela EMBRAPA, o maior da América Latina e o quinto do mundo.

O ODS nº 5, segundo o relatório, não foi possível mensurar nem acompanhar o desenvolvimento das metas devido à falta de dados. Muito ainda precisa ser melhorado em relação à igualdade de gênero; em todas as áreas, as mulheres ainda são vistas como inferiores, sendo muito maltratadas e agredidas, tanto fisicamente como moralmente. Considerando o quadro atual impossível ignorar a expressividade dos dados no que tange os assassinatos e estupros cometidos, por uma sociedade machista e patriarcal, contra as mulheres. Os registros oficiais revelam a estatística de 4 mulheres assassinadas por dia, só em 2024, num total de 1.459 mulheres, segundo o Mapa da Segurança Pública de 2025, divulgado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Quanto as metas da ODS nº 15 muito pouco foi feito para o seu cumprimento. Em 1990 a área florestal era de 70,46% do território brasileiro, hoje está em 59,42%. O atual Governo tem adotado estratégias para acompanhar ações de preservação da biodiversidade e inverter a perda da diversidade biológica, tanto na terra quanto no mar.

A agenda 2030, faz com que os governos formulem, implementem e monitorem as políticas públicas com uma mobilização intersetorial que envolva governo, sociedade civil e movimentos sociais, sobretudo diante da realização da COP30, evento que se espera um compromisso sério com o desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030.

Os Movimentos sociais são atores principais da mobilização para essa mudança de atitude, e o fazem desde muito antes dos objetivos propostos pela ONU em 2015. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos maiores do país, a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento Negro e Indígena, entre outros, são

Movimentos que se articulam em defesa das sementes tradicionais ou crioulas, da reforma agrária e da justiça social no campo e que existem há décadas em nosso país.

O MMC com suas iniciativas e com o apoio da Via Campesina Internacional, da qual faz parte por meio da CLOC, mobiliza ações globais, eventos regionais e nacionais, festas de sementes e mudas, contando com os agricultores, quilombolas, indígenas e mulheres camponesas, todos nomeados “guardiões de sementes”, em defesa desse patrimônio da humanidade, resgatando e conservando as variedades que conseguiram preservar.

Com a força dos movimentos sociais, tanto a nível estadual como Federal, realizam programas com órgãos governamentais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), citando apenas alguns, e juntamente com a sociedade civil, fazem a coleta e a multiplicação dessas espécies que tem um valor imaterial, pois retratam afetos, crenças, histórias , um exemplo disso, conforme Natália Silva et al. (2015), é a diversidade de milho tradicional ou crioulo que existe na região Oeste de Santa Catarina, onde essas sementes foram conservadas e preservadas pelos guardiões de sementes inseridos em Movimentos Sociais.

Muitas ações tem sido concretizadas através dos Movimentos Sociais em prol da conservação e preservação das sementes tradicionais ou crioulas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), desenvolve projetos para preservação e conservação de sementes tradicionais em todo Brasil, realiza feiras e jornadas onde ensina os agricultores e camponeses a cuidar da diversidade que possuem na região a que pertencem.

Da mesma forma, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), com a campanha “Cada família adote uma semente”, defende as sementes tradicionais, a agroecologia e a soberania alimentar, e também realiza feiras de trocas e organiza casas de sementes, com espaços comunitários para a conservação das mesmas.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) se identifica como um movimento social do campo que carrega a bandeira de luta, valorização e reconhecimento das mulheres como atrizes da construção de uma agricultura limpa, que preserva a biodiversidade por meio das sementes tradicionais, a saúde dos ecossistemas, a agricultura de pequena escala e a justiça social.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2009), faz objeção declarada ao monocultivo, pois ele diminui a capacidade do agricultor em ter independência, seja pelas sementes que ofertam no mercado, seja pelos insumos, acabando com a resistência e extinguindo as variedades tradicionais de sementes; lutando pela preservação da biodiversidade, e reforçando a importância da produção agroecológica, para que as camponesas possam ter “liberdade em produzir com pouco recurso e com suas próprias sementes”.

Foram citadas apenas algumas ações que são realizadas pelos Movimentos Sociais em demandas com relação às sementes tradicionais ou crioulas, em busca da autonomia do campo, uma vez que, de acordo com Jan Douwe Van Der Ploeg (2008), na agricultura capitalista o agricultor fica totalmente dependente de recursos e capital; enquanto que a agricultura familiar e camponesa, gera seus próprios recursos e força de trabalho, e a conservação das sementes tradicionais por esses grupos, proporciona essa autonomia no campo.

2.6.1. As sementes e a problemática do tema no Brasil

Décadas atrás, as sementes eram um bem particular de cada família e de cada agricultor, e eram utilizadas até como presentes de casamento, sendo muito preciosas para quem as conservava e cultivava. Para Cintia Yara Saravalle (2014, p. 6), a “Revolução Verde”, promoveu o uso de insumos e sementes modificadas, fazendo com que houvesse a perda da autonomia alimentar, cultural e da agrobiodiversidade dos camponeses e agricultores familiares.

A concentração de terras nas mãos de poucos indivíduos ocasionou o êxodo rural e a agricultura mecanizada e industrializada, ou seja, o lucro colocado em primeiro lugar, priorizou grandes empresas da indústria do veneno e de sementes. Aliado a isso, o desenvolvimento agroindustrial, a mecanização das culturas e o modo de produção atual fizeram com que diminuísse a participação das mulheres no trabalho em suas propriedades.

Isso também fomentou a discussão sobre a biodiversidade e o conhecimento que os povos tradicionais possuem, e que ao longo do tempo têm se transformado em concentração econômica, por empresas privadas, através das propriedades intelectuais, patentes e registro de cultivares.

Constantemente observa-se países desenvolvidos apropriarem-se de recursos genéticos de países em desenvolvimento, gerando patentes que protegem esse conhecimento tecnológico e deixando pequenos agricultores reféns dessa biopirataria, que cada vez mais empobrece os povos e os países (SHIVA, 2003).

Com o desenvolvimento de sementes híbridas e transgênicas, o comércio de sementes quase extinguiu as sementes tradicionais ou crioulas e muito foi perdido em poucas décadas. As sementes híbridas são obtidas pelo cruzamento de duas variedades de uma mesma espécie, com o intuito de intensificar a produtividade, a resistência às doenças e à adaptação climática. Miguel Altieri (2009) assegura que, apesar dos benefícios agrônômicos, os híbridos deixam os agricultores na dependência das empresas produtoras dessas sementes, pois elas não podem ser reproduzidas, mantendo as características genéticas programadas.

Com a nova forma de fazer agricultura, a mecanização e o monocultivo afetaram diretamente a agricultura camponesa e familiar, e houve a grande ameaça às sementes nativas e crioulas, que até então eram plantadas e preservadas, passando de geração em geração. (LEFF, 2002).

Os movimentos sociais do meio rural têm resistido e defendido a diversidade das sementes tradicionais ou crioulas, denunciando os perigos dos alimentos transgênicos, exigindo das autoridades medidas sanitárias e ambientais em prol da preservação da saúde humana.

A prática de guardar sementes de um ano para o outro é milenar; até os dias atuais, os camponeses guardam as melhores sementes para plantar novamente, de milho, trigo, feijão, arroz e hortaliças. Com a agricultura camponesa, de acordo com Valdete Boni (2013, p. 195), cultivar diversas espécies da mesma variedade melhora as sementes, garantindo a produção mesmo em climas diversos.

Nas palavras de uma liderança do MMC (2010): “Tempos atrás, ninguém comprava sementes; da própria produção utilizava as sementes para alimentação e guardava uma parte para plantar novamente, e os remédios vinham do quintal, com as ervas medicinais e chás caseiros”.

O MMC tem ainda muito forte a religiosidade desenvolvida pelas mulheres camponesas, e, para elas as sementes remetem ao sagrado, como um princípio gerador de vida. Nas palavras de Frei Betto (2003, p. 46), “negar a semente é negar a vida. É inverter a dádiva divina, colocando o lucro, como apropriação individual, acima do direito à vida, dom supremo de Deus”. O mesmo autor, afirma ainda, que os

conhecimentos científicos da genética e dos direitos de patentes não podem servir aos interesses das multinacionais em detrimento àqueles que sempre cultivaram as sementes.

O Brasil possui grande parte da biodiversidade do planeta, o povo originário e as comunidades tradicionais têm um rico acervo de conhecimentos e tradições que são utilizados na agricultura, mas esses conhecimentos, com plantas e mudas, têm se tornado mercadoria, onde 65% das sementes comerciais são de patrimônio do grupo Big Four, representados pelas quatro maiores empresas detentoras de tecnologia agrícola (Syngenta, Bayer, Basf e Corteva), segundo dados do Market Research Intellect (2025).

O país teve um crescimento exponencial na plantação de transgênicos com as culturas de milho sendo 88,4% de toda produção, soja 96,5% e algodão 78,3%, de tudo que é produzido no país. As maiores empresas de sementes comerciais lucraram apenas em 2024, no montante de US\$ 33,5 bilhões, com expectativa de crescimento para 2033, chegando ao montante de US\$ 56,8 bilhões, segundo dados da mesma fonte.

De acordo com a Via Campesina (2023), as empresas acima citadas dominam o mercado de sementes e agrotóxicos, com investimentos em pesquisas inovadoras, e, assim, obtêm o direito de patente e de comércio das sementes desenvolvidas, dominando toda a cadeia de produção alimentar. Com esse controle acirrado, fazem com que o conhecimento das comunidades tradicionais seja rechaçado, trazendo à tona um grande problema de ordem social e ecológico, ao reduzir as variedades de plantas à apenas uma espécie. A exemplo da variedade de milho que havia anteriormente, e grande parte se perdeu, e outras podem ir à extinção, pois são pouquíssimas as famílias que ainda conservam essas sementes.

Neste mesmo sentido é pertinente destacar que essa “modernização e melhoramentos de sementes” é responsável pelo empobrecimento e a fome ocasionados em determinadas comunidades, como no caso divulgado e noticiado da tribo Yanomamis, no norte da Amazônia, segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2021).

No Brasil, há uma base legal que regula as questões de sementes e mudas, entretanto esse arcabouço jurídico não tem conseguido amparar as comunidades e os pequenos agricultores familiares ou camponeses, matéria que será abordada ao longo desta pesquisa. Uma expressão muito utilizada no direito — “o direito não

socorre a quem dorme”, ou seja, a quem fica inerte — serve muito bem para ilustrar que é preciso agir dentro dos prazos legais para proteger direitos. Isso ocorreu na defesa das sementes tradicionais ou crioulas, em relação à proteção dos direitos dos povos tradicionais de cultivar as sementes herdadas ao longo de gerações.

Para tanto, o direito, por meio de suas normas jurídicas, serve para defender e preservar interesses das minorias, em que agricultores familiares e povos de comunidades tradicionais, muitas vezes, não são atendidos pelos modelos de produção mercantilista, em especial pelo problema da enorme erosão genética ocasionada pelo nicho mercadológico das sementes comerciais frente às sementes tradicionais e crioulas. Por isso, é importante destacar que o direito se relaciona diretamente com o meio ambiente e a agroecologia, buscando preservar e garantir direitos por meio dos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais que regulamentam o patrimônio genético e a propriedade intelectual. Apesar das legislações que tentam cuidar desse patrimônio, muitas vezes elas não têm conseguido proteger a conservação e preservação das sementes tradicionais ou crioulas, o saber cultural e os recursos genéticos das comunidades camponesas, transformando-os em *commodities*. O Poder Judiciário precisa ter normas eficazes para soluções efetivas nas demandas judiciais, tanto simples quanto complexas, protegendo os direitos socioambientais e as minorias contra o desmantelamento dos ecossistemas cultivados.

2.6.2. As legislações e as políticas de proteção às sementes tradicionais ou crioulas

Diante do enorme risco de perda genética e patrimonial das sementes o Brasil criou legislações em prol da proteção dos direitos das sementes, essas legislações infraconstitucionais foram tratadas na Lei nº 4.771/65, antigo Código Florestal, Lei nº 5.197/67, que disciplinava a Proteção à Fauna, Lei nº 6.938/81, Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e a Lei nº 7.347/85, Lei de Ação Civil Pública, que responsabiliza o sujeito que causa danos ao meio ambiente; chegando à Carta Maior que foi a primeira a disciplinar sobre o assunto no artigo 216, em que protege as comunidades para terem sua identidade e forma de viver preservados, sendo vistos como um patrimônio imaterial, e no artigo 225 a proteção ao meio ambiente.

O artigo 225 e incisos II e VII, defende que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Após esses marcos legislativos, o Brasil aderiu ao Tratado Internacional da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), criado na Rio-92, em busca da preservação e conservação da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos genéticos e chegando à Lei nº 8.974/95, com as normativas para o uso de técnicas de engenharia genética. Em 1996, foi criada a Lei nº 9.279/96, que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, a Lei nº 9.456/97, de Proteção dos Cultivares, que dispõe de normas sobre o direito de propriedade e multiplicação e produção de cultivares e sementes de vegetais; e após muitos debates instituiu-se a Lei nº 10.711/2003, que criou o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças (SNSM), tratando também a normativa do registro Nacional de Sementes e Mudanças (RENASEM), do Registro Nacional de Cultivares (RNC) e demais temas como a produção e comercialização de sementes e mudas, fiscalização dessa produção, beneficiamento, amostragem, análise e certificação, do armazenamento, transporte, e do como utilizar as sementes e mudas. Em 2020, a Lei nº 10.711/2003 foi alterada pelo Decreto nº 10.586/2020 (BRASIL, 2020), que teve como objetivo definir quem poderia exercer o RENASEM das atividades relacionadas às sementes e mudas, podendo ser pessoa física ou jurídica, e isentou desse registro os agricultores familiares e povos tradicionais.

A referida Lei, foi regulamentada pelo Decreto nº 5.153/2004, com o propósito de manter a integridade da identidade e qualidade do material de reprodução e multiplicação de qualquer vegetal produzido, comercializado e manipulado no Brasil. O intuito desse Decreto foi evitar a biopirataria.

Com a publicação dessa Lei, foram introduzidas inovações e especificidades para as sementes tradicionais ou crioulas, reconhecidas por seus guardiães, comunidades tradicionais e camponeses anteriormente, consideradas “grãos”; entretanto, também foram impostas regras rigorosas e restrições absurdas à sua

comercialização por seus detentores. Com isso, as grandes empresas investiram fortemente em pesquisas e tecnologias de sementes e, assim, dominaram o comércio e o controle das sementes. No artigo 1º da Lei diz:

Art. 1º O Sistema Nacional de Sementes e Mudas, instituído nos termos desta Lei e de seu regulamento, objetiva garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional.

Houve grandes debates sobre a forma que iria ser disciplinada tal normativa, pois segundo Juliana Santilli (2009), os agricultores familiares, povos tradicionais e movimentos sociais ligados à agroecologia, questionavam como se daria a padronização, certificação e registro dos cultivares, pois, a letra da lei estava beneficiando o agronegócio.

Na Lei nº 11.105/2005, o Brasil estabelece normas de segurança e fiscalização para atividades que envolvam OGM e criou o Conselho Nacional de Biossegurança (CTNBio), que tem a incumbência de analisar se a atividade desenvolvida é causa de degradação ao meio ambiente, se precisa de licença ambiental e estudo de impacto ambiental, para verificar se as espécies modificadas podem causar extinção de algum espécime vegetal ou animal e quais os efeitos desses alimentos modificados no organismo humano.

Os agricultores familiares, com a Lei 11.326/2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006), ganhou uma nova forma de ter acesso às políticas públicas, essa legislação criou o marco legal que permitiu os agricultores familiares serem inseridos nas estatísticas oficiais do Censo Agropecuário de 2006 (MDA, 2009). Também proporcionou a esses agricultores a participação tanto no PRONAF e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim, o agricultor, de forma familiar, deve se enquadrar no artigo 3º da lei acima mencionada.

Com a inclusão, o país passou a ter dados sobre a produção e organização dos agricultores familiares. O Censo Agropecuário de 2006 identificou 4.367.902 estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar no Brasil, dos quais 72,6% possuíam menos de 1 alqueire e, ainda assim, eram responsáveis por 80% da produção alimentar no mundo, segundo dados da FAO (2014).

É pertinente ter em mente que se faz necessário maior engajamento dos movimentos sociais e da sociedade civil para implementar ações públicas que reforcem a importância da agricultura familiar brasileira e o seu papel na conservação do meio ambiente e da agrobiodiversidade.

Em 2012, através do decreto nº 7.794/2012, foi criada a Política Nacional de Produção Orgânica (PNAPO), no governo de Dilma Rouseff, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. (BRASIL, 2012). Essa Lei corrigiu entraves e deu um salto relevante no que tange as sementes tradicionais ou crioulas e reconheceu os agricultores familiares, camponeses e povos tradicionais na produção agroecológica.

Nesse período, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), o consumo de produtos orgânicos cresceu significativamente, numa média de 11% ao ano, e tornou-se mais conhecido entre os consumidores em supermercados, feiras e restaurantes.

A referida PNAPO não teve tempo de demonstrar sua utilidade, pois quem não faz parte de organizações ligadas à agroecologia raramente a conhece. Isso porque, após sua criação e a entrada do Governo de Michel Temer, a PNAPO “ficou na UTI” devido à falta de investimentos e de divulgação da nova política pública. O governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro, na ânsia de desfazer todos os programas lançados pelo governo anterior e ligados ao Partido dos Trabalhadores, extinguiu todos os colegiados da Política da PNAPO, como a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

Esses grupos de apoio, atuavam no planejamento de toda PNAPO, organizando objetivos e metas, entretanto, sem esses colegiados a política foi extinta no ano de 2019 e, assim, uma conquista que foi alcançada pelas mulheres do campo em uma mobilização feita com o nome “Marcha das Margaridas” realizada em 2011, acabou por um capricho, e incentivo ao uso de agrotóxicos e ao agronegócio, pautas ferrenhas do governo dessa época, de acordo com o Movimento Nacional de Agroecologia (ANA, 2023).

Em 2023, no terceiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi retomada a PNAPO com a edição do decreto de nº 11.582/2023, recriando os colegiados da CNAPO e CIAPO, com o objetivo de fazer a política ser mais conhecida, e descentralizar as decisões, para que não fiquem apenas em Brasília, mas que sejam discutidas políticas dentro de todos os estados, pois cada lugar tem sua pauta de conservação da biodiversidade e produz alimentos de acordo com sua região, fazendo realmente que essa política traga benefícios e renda com a produção agroecológica. (BRASIL, 2023).

Com a implantação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) lançado em 2024, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDAAF) pretende fortalecer a produção de alimentos saudáveis e a preservação ambiental, com a agricultura familiar fomentando a produção agroecológica. O plano visa fomentar incentivos financeiros, políticas voltadas ao fortalecimento da produção orgânica e agroecológica, bem como pesquisas e incentivos, estimulando as mulheres, jovens, indígenas e quilombolas a desenvolverem-se na agricultura familiar.

O que ainda gera preocupação é o fato de deixar políticas públicas tão importantes para a agricultura familiar e camponesa e para os povos tradicionais vulneráveis a um decreto que poderá ser extinto a qualquer momento, como já ocorreu. Tal dinâmica é algo que deveria ser pensado pelos políticos que representam os interesses do povo. A Lei da Biodiversidade nº 13.123/2015 regula o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional, exigindo, para fins de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, o consentimento, ou seja, o registro de acesso das comunidades, por meio do Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético (SISGen).

Sendo assim, os agricultores familiares, povos tradicionais e quilombolas, assentados de reforma agrária, e camponeses podem multiplicar sementes e mudas para trocas e distribuição, e comercializá-las entre si, sem precisar se registrar no Ministério da Agricultura.

No ano de 2020, o Brasil ratificou o Protocolo de Nagoya, em respeito a conservação dos recursos genéticos e a biodiversidade, é sabido que as normativas que tratam especificamente das sementes tradicionais ou crioulas são pequenas, mas aos poucos estão sendo reconhecidas. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), através de uma Portaria de nº 51/2007 criou o Cadastro

Nacional de Cultivares Locais, Tradicionais e Crioulas, para sustentar e apoiar o uso, manejo e conservação de variedades locais, tradicionais ou crioulas, com o objetivo de dar condições e acesso às sementes tradicionais ou crioulas, a preservação da biodiversidade e das práticas agroecológicas.

Os movimentos sociais ligados ao meio rural lutam por políticas públicas que garantam a livre comercialização e distribuição das sementes tradicionais ou crioulas. Juliana Santilli (2009) afirma que é necessário desenvolver tecnologias eficientes e adequadas às condições locais para coletar, armazenar e distribuir essas sementes, preservando suas qualidades genéticas e conhecimentos culturais.

2.6.3. As demandas judiciais em relação às sementes tradicionais ou crioulas

As sementes tradicionais ou crioulas são as sementes preservadas por comunidades camponesas, indígenas e tradicionais que não tiveram mutações genéticas. Segundo Machado et al. (2008), essas sementes sempre foram cultivadas da mesma forma há anos, estando, assim, adaptadas ao solo, ao clima e às culturas de cada região.

Devido às novas culturas ditas modernas, foram introduzidas no Brasil variedades de plantas híbridas e transgênicas, ou seja, plantas com organismos geneticamente modificados (PETERSEN et al., 2013). As primeiras sementes transgênicas chegaram ao Brasil de forma ilegal, provenientes da Argentina, e sua liberação comercial foi regulamentada por Medida Provisória somente em 2003. De acordo com a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA, 2020), o Brasil é o segundo maior produtor de culturas transgênicas no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos.

Segundo Juliana Santilli (2009, p. 226), os programas de melhoramento genético provocam a diminuição da variabilidade da planta, o que leva à erosão genética. Essa ameaça de contaminação é muito presente nas culturas de milho tradicional ou crioulo, nas quais os agricultores relatam significativa dificuldade na conservação das sementes do milho, devido às suas características de cruzamento genético, o que ocasiona a perda dos materiais genéticos conservados por décadas (KAUFFMAN, 2014).

As questões que se levantam são “diante dessas sementes modernas e tecnológicas, como o sistema jurídico brasileiro pode proteger os agricultores contra

o desequilíbrio causado pela transgenia e pela biopirataria?"; e, "como lidar com a problemática do cultivo de sementes modificadas e com a interferência dessas sementes nas sementes tradicionais ou crioulas?". Na jurisprudência posta, não foi encontrado nenhum conflito que tenha chegado às altas cortes brasileiras, que tenha demandado questões relativas às sementes transgênicas e às tradicionais ou crioulas.

É de conhecimento público que muitas legislações apresentam lacunas que somente o sistema judiciário pode preencher. Quando uma legislação é criada, o legislador por vezes não consegue prever uma regra específica para um determinado caso ou situação, seja pela evolução social, que cria novas realidades, seja pelas mudanças tecnológicas em determinados segmentos, seja pela globalização. Dentro das legislações aqui descritas anteriormente, existem situações/ações sobre as quais os legisladores simplesmente silenciaram e, assim, o direito passa a decidir sobre essas demandas.

Um dos casos que serão tratados diz respeito à patente de sementes, uma lacuna na legislação que deu origem ao caso entre a Monsanto/Bayer e os agricultores do Rio Grande do Sul, questionando o pagamento de *royalties* pela semente transgênica de soja. Antes do debate em questão, se faz pertinente verificar como o Brasil estava com suas legislações de proteção de cultivares e de patentes na data do ocorrido.

Décadas atrás, o mundo passou a produzir alimentos de forma diferente; os países desenvolvidos, por possuírem tecnologias e capital mais avançados, investiram em plantas de alto rendimento. Simultaneamente, investiu-se intensamente em venenos e fertilizantes químicos, além de pesquisas laboratoriais voltadas ao aprimoramento da produção de alimentos. Considerando que o Brasil é um país em desenvolvimento, relapso quanto aos investimentos em pesquisa científica; e por possuir amplas áreas de terra, biodiversidade grandiosa e déficit alimentar, entende-se como foi fácil para os países mais desenvolvidos se posicionarem quase que por "encantamento" a partir de suas tecnologias e com o discurso sobre erradicar a fome.

A Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1995, é uma organização internacional que regulamenta as relações de propriedade e o comércio internacional, regulamentando, assim, a propriedade intelectual por meio do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs), entretanto, de acordo com Juliana Santilli (2009), a normatização de plantas e cultivares foi excluída do regime de patentes comuns. Com a polêmica em torno

dessa temática, a TRIPs decidiu que qualquer produto pode ser patenteado, desde que seja uma novidade, envolva uma atividade inventiva e tenha aplicação industrial, além de não permitir que plantas e animais fossem patenteáveis, com exceção dos microrganismos e processos biológicos (SANTILLI, 2009).

Apesar do Brasil ter ratificado esse acordo através da implementação da Lei nº 9.279/1996, o mesmo é tendencioso por proteger os países desenvolvidos, causando inúmeros problemas aos países em desenvolvimento, pois encarece os produtos devido ao prazo de vigência das patentes e às novas tecnologias (DREMINSKI, 2011).

O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), é um órgão colegiado e o responsável pela preservação da Diversidade Biológica no Brasil. O Conselho surgiu para que as comunidades tradicionais e os povos indígenas pudessem decidir se podem ou não realizar pesquisas científicas em seus territórios. Essas comunidades são proprietárias de suas plantas e de seus conhecimentos culturais, devendo receber parte dos lucros provenientes de produtos comerciais oriundos de suas terras. Mas, de acordo com João Luís Dreminski (2011, p. 96-97), o sistema de patentes não confere proteção aos produtos e processos gerados pelas comunidades tradicionais, protegendo apenas os “novos” produzidos individualmente.

Com as legislações brasileiras de proteção à biodiversidade e de patenteamento, retoma-se o caso da Monsanto/Bayer. É sabido que as políticas agrícolas no Brasil são baseadas no monocultivo para exportação, no qual as sementes transgênicas dominam. Nesse contexto, é possível perceber que as sementes tradicionais ou crioulas vêm sendo substituídas por sementes comerciais.

Enquanto a primeira é considerada patrimônio e distribuída livremente, as comerciais híbridas e transgênicas são propriedade de grandes empresas, sendo patenteadas e suas tecnologias protegidas. Essas sementes comerciais não podem ser reproduzidas após a colheita, como é feito com as sementes tradicionais ou crioulas, e esse é o caso emblemático que o judiciário teve que decidir no Brasil.

Em 2009, um grupo de agricultores do Rio Grande do Sul, representado pelos sindicatos rurais e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul, mobilizou uma Ação Civil Pública contra a Monsanto/Bayer em que questionou a insuficiência de uma norma referente a uma cultivar de sementes de soja transgênica Roundup Ready (BRASIL, 2019), sem o pagamento de royalties à empresa que a comercializava. Os agricultores, nessa ação, defendiam que a

semente transgênica não poderia ser patenteada, pois não estava prevista na Lei de Propriedade Industrial – Lei 9.279/96, deixando claro que a questão deveria ser regulada pela Lei de Cultivares nº 9.456/97.

A ação tramitou no 1º grau no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, com decisão favorável aos agricultores. A Monsanto/Bayer recorreu da decisão em 1º grau, obtendo decisão favorável à empresa no colegiado da segunda instância, o que também ocorreu no Tribunal Superior de Justiça (STJ) dez anos depois.

A questão aqui a ser entendida diz respeito à autonomia do agricultor sobre as suas próprias sementes, algo que a Monsanto/Bayer não reconhecia, alegando que sua semente estava protegida pela Lei de Propriedade Industrial, que, conforme explica Juliana Santilli (2009), protege, por meio da patente, a propriedade intelectual, enquanto a Lei de Cultivares garante proteção às sementes certificadas.

Os Tribunais se posicionaram a favor da Monsanto/Bayer, criando uma decisão sobre os cultivares transgênicos, na qual se associou o gene a um microrganismo e à atividade inventiva (técnica da transgenia), passíveis de patenteamento. A problemática afirma que um gene é um microrganismo e, portanto, pode ser patenteado; o que contraria a própria lei, em essência, uma vez que a mesma ensina que tal feito não é possível, como relatado anteriormente.

A Lei 9.279/96 em seu artigo 18, § único, diz que “microrganismos transgênicos são organismos, e faz exceção ao todo ou partes de plantas e animais, que expressem, mediante a intervenção humana direta a sua composição” (BRASIL, 1996), considerando tal preconização, entende-se que um gene não pode ser considerado um organismo, pois não é capaz de reproduzir ou transferir material genético, e, assim, não sendo um microrganismo não pode ser patenteado.

Considerando o exposto, é possível compreender que a erosão genética é uma realidade no país, e que os interesses das grandes corporações sempre “falam mais alto”. No caso citado tanto o STJ quanto o STF decidiram contra os interesses dos agricultores ao patentear as sementes transgênicas de soja, ao fazer uma análise equivocada da propriedade intelectual, distanciando os agricultores familiares e camponeses do direito posto, uma vez que os mesmos continuarão a luta pela liberdade das sementes tradicionais ou crioulas.

2.6.4. A contaminação cruzada de cultivares e as sementes tradicionais ou crioulas

Outra problemática que chega ao judiciário em todos os Estados diz respeito à contaminação cruzada de cultivares de sementes tradicionais ou crioulas por sementes transgênicas. Por meio de ações públicas, sindicatos, associações de agricultores rurais, movimentos sociais e organizações sociais, tentam limitar os avanços dessa cultura, disseminada pelo país. De acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná, as medidas para a garantia da coexistência desses modelos produtivos são ineficazes e não asseguram a preservação do patrimônio genético das sementes tradicionais, o que viola os direitos humanos ao impedir a obtenção de uma alimentação saudável e adequada, conforme disposto no artigo 6º da Constituição Federal (STF, 2023).

Os estados do Sul do Brasil, em especial Santa Catarina, com expressiva representação do município de Anchieta, desde 1996, de acordo com a EPAGRI, vem amparando os agricultores para que retomem a plantação de milho somente com sementes tradicionais ou crioulas, resgatando a autonomia do agricultor e garantindo a soberania alimentar por meio da agrobiodiversidade.

Desde a implementação do projeto no município, 49% dos agricultores aderiram ao plantio de sementes tradicionais ou crioulas, fazendo o cultivo inicialmente com os grãos amarelos, logo perceberam que algumas variedades produziam grãos amarelos, brancos, roxos, vermelhos e rajados, o que comprova a contaminação das lavouras por transgênicos, mesmo dentro das regras estipuladas pela CTNBio. Não se preservam as lavouras de sementes tradicionais ou crioulas. A Resolução Normativa nº 4 da CTNBio decreta que as culturas transgênicas devem respeitar distância de 100 metros ou 200 metros vazios, mais 10 fileiras de milho, das lavouras vizinhas à sua plantação, pois o percentual de contaminação é muito alto.

De acordo com Gabriel Fernandes et al. (2023, p. 139), dentre 1.098 amostras de sementes do milho crioulo do semiárido brasileiro, coletadas entre 2018 e 2021, 34% apresentaram proteínas de GM, o que confirma que as normas vigentes não asseguram a conservação das sementes *on farm*. O MST (2023) divulgou que, de acordo com o levantamento apontado acima, se o avanço da contaminação continuar, a tendência é que haja redução ou extinção das variedades de milho adaptadas e com resistência a determinadas pragas e ao clima seco da região.

As mulheres Camponesas militantes do MMC do Município de Itaiópolis/SC, onde esta pesquisa foi realizada, produzem alimentos com sementes crioulas e enfrentam dificuldades na produção, sendo uma delas a contaminação por agrotóxicos, pois a região é grande produtora de tabaco e a fumicultura é a principal fonte de renda do município. Outra dificuldade encontrada é a invasão de plantações transgênicas em outras plantações, devido à curta distância entre as propriedades vizinhas.

Atualmente, muitas propriedades têm instalado estufas para a produção orgânica ou agroecológica de alimentos, dispensando o uso de venenos e defensivos e aprendendo a produzir seus fertilizantes e adubos de maneira natural, aproveitando o que seria descartado na propriedade.

Nas entrevistas, a serem apresentadas, as camponesas relataram o problema da contaminação cruzada das plantações de milho. Mesmo sendo uma produção pequena, o milho é usado na alimentação dos animais e na alimentação familiar.

Ao plantar sementes tradicionais ou crioulas, o milho crioulo pode ser contaminado pelos milhos transgênicos de alguma propriedade vizinha, pois o milho é uma planta de polinização aberta, podendo ser polinizada por insetos ou pelo ar. Com isso, ele sofre com os cruzamentos entre plantas diferentes, podendo pegar de outra variedade crioula ou mesmo de variedades transgênicas.

Devido a esse risco real, as guardiãs acabam por fazer suas plantações em épocas alternadas, para que essa contaminação não ocorra. Elas fazem uma tabelinha de plantio, onde catalogam as variedades crioulas que possuem e fazem o rodízio das plantas para que nenhuma variedade esteja com pendão na mesma época, e com isso uma não cruze com a outra, sendo uma média 40 dias de diferença entre as variedades crioulas, para preservar as características de cada uma, evitando a polinização cruzada e a mistura. As camponesas do MMC, conservam essas sementes por décadas e tem medo de perdê-las.

As camponesas e os agricultores familiares que produzem milho crioulo sabem que a distância que o CTNBio normatizou não é eficaz para a não contaminação de suas lavouras; por isso, adotam barreiras e rodízio de plantio. Isto exposto, seria necessária maior atenção por parte do CTNBio para editar uma normativa eficaz, a fim de tal essa contaminação.

Apesar das leis editadas para incentivar a produção agroecológica e proteger a agrobiodiversidade, Juliana Santilli (2009, p.21) ensina que o apanhado dessas leis,

em conjunto com outras normativas, como o Código Florestal, criam um arcabouço jurídico que busca equilibrar o desenvolvimento agrícola com a conservação do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais a ele associados, mas, ainda assim, a autora pontua que as leis “são insuficientes para proteger o pequeno produtor familiar e camponês”.

Estados e municípios deveriam dar mais atenção aos agricultores familiares e camponeses, promovendo políticas públicas que fomentem a agroecologia e a produção orgânica. A contaminação das sementes tradicionais ou crioulas afeta diretamente a economia e a sociedade, pois elas são uma riqueza imensurável de diversidade genética, sendo vitais para os sistemas agrícolas, uma vez que as comunidades tradicionais dependem das mesmas para sua subsistência.

Isso vai refletir na insegurança alimentar pela perda da biodiversidade e pelas mudanças climáticas. Segundo Gabriel Fernandes (2023), a CTNBio, ao ser questionada sobre a contaminação existente, disse desconhecer a pesquisa de contaminação e que, por isso, não iria se pronunciar e que “os relatórios de monitoramento não evidenciam danos ao milho”.

Além dos exemplos da contaminação cruzada citados, de acordo com Rubens Nodari, geneticista e professor da Universidade Federal de Santa Catarina: “já havia comprovações de que o pólen da planta do milho transgênico poderia contaminar lavouras a quilômetros de distância” (NODARI; GUERRA, 2000).

A preocupação com a preservação das sementes sempre esteve presente nas pautas do MMC. Desde o início do século, com a entrada das sementes transgênicas no país, preocupadas com o tema, as mulheres camponesas buscam resgatar o maior número de sementes tradicionais ou crioulas, de milho, feijão, arroz e demais variedades de alimentos que, ao longo do tempo, foram sendo modificadas ou perdidas. Hoje esta é uma das maiores e mais importantes causas do Movimento de Mulheres Camponesas, evidenciada no seguinte trecho:

As transnacionais, através da propaganda, influenciam diretamente a organização das pequenas unidades de produção camponesa, alterando o modo de viver, de trabalhar e organizar a lavoura, a casa, a ornamentação e o jeito de fazer a alimentação. Em outras palavras a industrialização da agricultura tem provocado mudanças na maneira de Ser e de Pensar, condicionando as pessoas à adesão ao mercado, constituindo-se na maioria das vezes defensoras do modelo de agricultura capitalista. (MMC, 2008, p. 51).

No Direito Ambiental, coexistem dois princípios que regem a responsabilização civil: o primeiro é o princípio da precaução, que prevê a adoção de medidas protetivas para evitar riscos potencialmente maiores; e o segundo, o princípio do poluidor-pagador, segundo o qual aquele que causa danos ou risco ambiental deve ser responsabilizado e pagar pelo dano causado.

O caso Monsanto vs. Schmeiser, de 2004, responsabilizou os produtores de lavouras transgênicas pelos danos causados à biodiversidade (Monsanto Canadá Inc. vs. Schmeiser, 2004). Este julgamento foi de grande importância ao mostrar que os produtores de transgênicos podem ser responsabilizados pelos danos causados, mesmo que não tenham intenção de causá-los.

No Brasil, o julgado de maior relevância sobre o tema da contaminação ou erosão genética causada nas lavouras que utilizam as sementes tradicionais ou crioulas diz respeito à Ação Civil Pública de nº 2009.70.00.021057-7, ajuizada em 2009 pela Terra de Direitos, Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). A ação já tramitou no Tribunal Regional da 4ª Região, que deu sentença favorável a CTNbio para que normatizasse o espaçamento entre os dois modos de culturas e que chegou até o STJ.

As decisões, quando instigadas a decidir sobre alguma causa relacionada ao cultivo de plantações com sementes tradicionais em contrapartida às sementes comerciais, não têm favorecido os pequenos agricultores. O judiciário, por vezes, tem beneficiado os causadores de danos ambientais e de contaminação por transgênicos, e abrandado a obrigação dos mesmos de reparar os danos causados, inclusive na contaminação genética.

A discussão do caso acima citado buscava estabelecer parâmetros para os milhos transgênicos, que estavam dominando as lavouras. Quando a demanda chegou ao Judiciário não obteve sucesso na decisão de 1º grau. Tendo como ré as maiores empresas de sementes transgênicas sediadas no Brasil, com a semente do milho comercial Liberty Link, ao tempo em que os agricultores familiares e camponeses queriam cultivar e produzir o milho crioulo, sem que os transgênicos contaminassem suas lavouras, pois o distanciamento preconizado pela normativa não estava atendendo ao objetivo de proteção das mesmas.

Em 2014, o TRF, em decisão de 2º grau, entendeu que a normativa estava correta e manteve a sentença, levando os autores a recorrerem da decisão junto ao

STJ, argumentando que o distanciamento preconizado é pouco. E, em 2021 o STJ, julgou improcedente o mérito da ação, ou seja, a normativa discutida; mas, sim os votos dos Desembargadores em segundo grau. Sendo assim, a normativa ainda continua vigente, consentindo que é tolerável a distância física entre cultivos geneticamente modificados e cultivos com sementes tradicionais ou crioulas.

Isso só demonstra o quanto o poder judiciário precisa usar das suas decisões para proteger o hipossuficiente, no caso narrado os agricultores familiares, coisa que não ocorreu, os Ministros do STF, ficaram discutindo percentual de transgenia que poderia conter em um alimento, para fazer a rotulagem de alimentos transgênicos ou não. De acordo com o IDEC (2021), a contaminação genética reduz a agrobiodiversidade nacional e prejudica os direitos culturais, sociais, econômicos e ambientais dos agricultores familiares que não utilizam sementes modificadas.

A contaminação cruzada está afetando as lavouras produzidas com sementes tradicionais ou crioulas, e, quando isso ocorre, a planta contaminada perde seu valor de produção, passa a apresentar doenças e enfraquecimento. Muitas lavouras de produção orgânica não conseguem obter certificação por conta dessa contaminação, seja por polinização, seja por agrotóxicos provenientes dessas lavouras, que se espalham pela vizinhança através do vento.

Nessa temática de responsabilização, de acordo com Marcelo Negri Soares et.al. (2020, p. 439), para a responsabilidade civil de um bem transgredido no Direito Ambiental, por possuir natureza jurídica objetiva, basta a comprovação do nexo causal e o dano, para se ligar a conduta ao agente, isso também está na Lei 6983/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – no artigo 14, § 1º diz que:

Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Sendo assim, caberia a responsabilização civil nesses casos de contaminação cruzada, mas o difícil é comprovar essa contaminação e buscar reparação por seu prejuízo. Dentre as várias Ações Públicas que passaram por diferentes Tribunais, houve decisões que reconheceram a necessidade de reavaliar as normas existentes, houve aplicação de multas e, em outros, apenas a devolução dos processos às

instâncias inferiores para novo julgamento, demonstrando o quanto é complexo o tema.

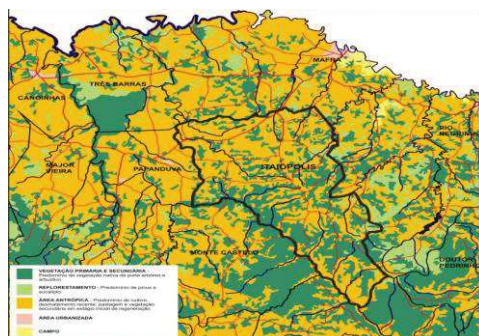
Essa contaminação está diminuindo as sementes tradicionais, safra a safra. Isso não deixa de ser uma violação e afronta aos direitos constitucionais conquistados. O direito brasileiro, juntamente com as organizações e movimentos sociais, precisa se mobilizar para que se reverta a erosão genética amplamente vivenciada.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo se concentra na urgência de reconhecer e valorizar o papel central da mulher camponesa do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Planalto Norte Catarinense. O estudo visa demonstrar como a atuação resiliente e transformadora dessas mulheres, por meio da guarda, conservação e reprodução das sementes crioulas, estabelece-se como uma estratégia essencial não apenas para o combate à insegurança alimentar, mas também para a reconstrução de um sistema alimentar justo, na conquista de direitos femininos no campo e em legislações que protegem essas sementes. Além disso, o estudo servirá de contribuição para a ciência e para estudos futuros.

A pesquisa foi realizada no município de Itaiópolis, com as mulheres da base e da liderança do Movimento de Mulheres Camponesas. Este município está localizado no Planalto Norte Catarinense (Figura 6), região norte de Santa Catarina, no sul do Brasil, e possui atividades agrícolas baseadas em pequenas unidades de produção, com a fumicultura como principal cultura comercializada. Apresenta uma área territorial de 1.285,8 km², a 330 km da capital do estado. Faz divisa com os municípios de Mafra, Rio Negrinho, Papanduva, Monte Castelo e Major Vieira.

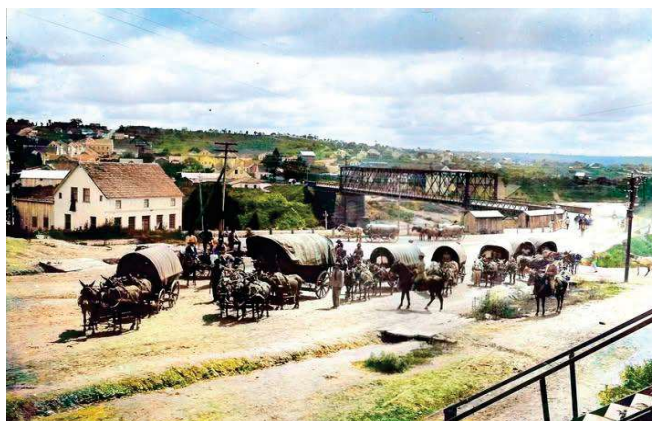
Figura 6 – Mapa da localização de Itaiópolis no Planalto Norte Catarinense



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaiópolis (2025).

Tradicionalmente de colonização polonesa e ucraniana (Figura 7), o município desenvolveu-se a partir da Colônia Federal de Lucena, em 1890. Neste território, habitado por muitos índios e caboclos, travou-se a Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916. Itaiópolis foi distrito de Mafra e emancipou-se em 1918. Existem distritos que compõem o município, tais como Iracema, Moema, Iraputã e Itaió.

Figura 7 – Colonização de Itaiópolis no Planalto Norte Catarinense



Fonte: Arquivo Nacional de Itaiópolis (2025).

O referido município tem tradição agrícola, sendo o cultivo do tabaco importante fonte de renda e empregos, beneficiando cerca de 2.938 famílias produtoras e ocupando o alçando Itaiópolis ao primeiro lugar em produção no Planalto Norte Catarinense, com 12.715 toneladas na safra de 2024, segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Predominantemente rural, o município trabalha com a agricultura convencional, mas aos poucos está migrando para a agroecologia. Também é muito comum a produção de vacas de leite e de animais de pequeno porte, como galinhas, ovelhas e porcos.

O município de Itaiópolis, localizado no Planalto Norte Catarinense, possui grande riqueza histórica e cultural, integrando a região turística Caminhos do Contestado, palco da Guerra do Contestado no início do século XX.

Nas últimas décadas, esta região se tornou estratégica para o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no estado de Santa Catarina. O Planalto Norte Catarinense abriga uma célula do MMC dedicada ativamente ao resgate e à conservação de sementes tradicionais ou crioulas, promovendo a agroecologia.

A escolha desta região para pesquisa foi feita pelo próprio MMC/SC (sediado em Chapecó) devido a três fatores principais:

1. Tradição Agrícola: Transição de práticas (como a fumicultura) para a migração agroecológica.
2. Conservação de Sementes: Importância estratégica para a manutenção da biodiversidade.
3. Grupo Consolidado: Presença de um grupo de mulheres com práticas de guarda de sementes já consolidadas.

O Movimento de Mulheres Camponesas se articula com os grupos de base e com as coordenações municipais, regionais, estaduais e nacionais. No Estado de Santa Catarina, cada regional possui municípios coordenados e acompanhados, com o objetivo de organizar os grupos de base. Essa organização se manifesta por meio da apresentação do MMC e da discussão política com as mulheres, visando à construção de ações públicas. Ela também motiva os grupos em debates sobre feminismo e sobre a participação ativa feminina em espaços públicos, além de promover oficinas sobre sementes tradicionais ou crioulas e plantas medicinais, fortalecendo as mulheres como sujeitos políticos feministas.

A mobilização das mulheres geralmente ocorre por meio das pastorais, da saúde, da criança e da educação, e, muitas vezes, as reuniões acontecem nos salões paroquiais das igrejas ou na casa das militantes. O Movimento, no Estado de Santa Catarina, está presente em 110 Municípios, organizado em 16 regiões, como demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Regionais e municípios organizados no MMC (SC).

Regional	Municípios
Descanso	Riqueza, Mondai, Itapiranga, São João do Oeste, Iporã, Descanso, Santa Helena
São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste, Paraíso, Barra Bonita, Bandeirantes, Belmonte, Tunápolis
Cedro	Palma Sola, Dionísio Cerqueira, Guarujá Azul, São José do Cedro, Guaraciaba, Anchieta
Maravilha	Maravilha, Romelândia, São Miguel da Boa Vista, Iraceminha, Cunha Porá
Campo Erê	Campo Erê, São Bernardino, Santa Teresinha do Progresso, Saltinho
Pinhalzinho	Sul Brasil, Modelo, Pinhalzinho, Saudades, Nova Erechim, Águas Frias
Quilombo	Formosa do Sul, Irati, Quilombo, Santiago do Sul, Coronel Freitas, Jardinópolis, União do Oeste, Novo Horizonte, São Lourenço do Oeste
Chapecó	Xaxim, Lageado Grande, Cordilheira Alta, Guatambu, Planalto Alegre, Caxambu do Sul, Águas de Chapecó, São Carlos, Palmitos, Arvoredo, Seara, Chapecó, Nova Itaberaba, Caibi, Cunhataí
Concórdia	Ita, Concórdia, Ipumirim, Irani, Lindoia do Sul, Capinzal, Arabutã

Xanxerê	Faxinal do Guedes, Xavantina, Abelardo Luz, São Domingos, Coronel Martins, Ipuçu, Xanxerê, Marema, Entre Rios
Lages	Curitibanos, Anita Garibaldi, Lages, Campo Belo, São José de Cerrito, São Joaquim, Painel, Otacílio Costa, São Cristóvão
Joaçaba	Campos Novos, Erval Velho, Joaçaba, Capinzal
Rio do Campo	Rio do Campo, Vitor Meireles, Santa Teresinha, Rio do Oeste
Mafra	Mafra, Itaipópolis, Irinópolis
Sul	Urusanga, Treviso, Morro da Fumaça, Orleans, Içara, Cocal do Sul
Caçador	Caçador, Videira, Salto Veloso, Matos Costa, Fraiburgo, Macieira, Tangará

Fonte: MMC/SC.

A pesquisa foi pautada tendo como referência a agroecologia, a conservação e preservação das sementes tradicionais ou crioulas e a produção de alimentos sustentáveis, em busca da soberania alimentar no campo, bem como as interações do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), abordando a questão de gênero, o ecofeminismo e o campesinato feminino.

A pesquisa foi realizada em duas etapas, explicitadas a seguir.

Etapa 1: Levantamento e identificação de artigos, trabalhos acadêmicos, livros, periódicos, dissertações e teses sobre o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), informações e publicações do MMC de Santa Catarina e do Nacional, folders e materiais didáticos utilizados nas reuniões do MMC, com o intuito de conhecer melhor o movimento e suas bandeiras. Essas informações foram coletadas e analisadas para que a pesquisa bibliográfica se fundamentasse.

Etapa 2: Visitas *in loco* às reuniões realizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Planalto Norte Catarinense, durante os seis primeiros meses de 2025, nas unidades de produção das militantes do movimento. Nessa etapa, foi realizada uma visita mensal a cada uma das unidades de produção das mulheres participantes, totalizando 06 mulheres. De acordo com cada visita e reunião, foram coletados informações, depoimentos e material fotográfico.

Aqui, ressalta-se que as entrevistadas foram gravadas, com o consentimento dessas mulheres, e transcritas conforme o que foi colhido. Nas reuniões, havia outras mulheres que não fazem parte do Movimento ou já fizeram parte, e seus comentários foram bastante pertinentes, contribuindo para a consciência e a clareza sobre a magnitude do MMC na vida dessas mulheres camponesas.

Nessa fase da pesquisa, foram observados muitos registros fotográficos, com a finalidade de resgatar informações das mulheres que participam do movimento, e também foram produzidos muitos outros registros fotográficos, que possibilitaram

observar o cuidado que essas mulheres têm com a agricultura agroecológica e com a conservação e preservação das sementes tradicionais ou crioulas.

O método de pesquisa utilizado foi qualitativo, por meio de questionários estruturados e de entrevistas com questões fechadas e abertas. A aplicação do questionário semiestruturado e da pesquisa *in loco*, conforme Antonio Gil (2008), possibilita uma pesquisa participativa que envolve o pesquisador e os pesquisados. Permitindo maior proximidade com as mulheres, oportunizando que novas indagações e respostas surjam no decorrer do diálogo, direcionando novas discussões, para melhor compreensão da realidade dessas guardiãs de sementes.

Para definição do tamanho da amostra consideraram-se os seguintes parâmetros:

O universo da pesquisa foi composto por mulheres participantes do MMC, tanto de base como de liderança, engajadas na coleta, conservação e preservação de sementes tradicionais ou crioulas, que residem em Santa Catarina, visto que o movimento é nacional e, geograficamente, limitado às que residem no Planalto Norte Catarinense, mais precisamente no Município de Itaiópolis/SC.

Ao todo, foram entrevistadas (E) 06 mulheres; todas militantes do Movimento de Mulheres Camponesas; 5 são da unidade de base (UB) e 01 é a líder do grupo de base do Planalto Norte Catarinense (L). Na pesquisa de campo, foram observados vários gestos e expressões corporais das participantes que demonstravam sinais de alegria, vitória, desânimo e vergonha diante das questões abordadas.

Para a tabulação e sistematização de dados e a produção de gráficos, usaram-se a planilha do Excel e a estatística.

A partir das respostas obtidas e registradas, foi catalogado cada item e verificado como o mesmo está sendo desenvolvido em cada unidade de produção, bem como quais dúvidas, anseios ou dificuldades foram encontradas por cada uma das entrevistadas nas questões mais pessoais e de vivência no campo. O material coletado servirá como parâmetro para a montagem da cartilha técnica ao final da pesquisa.

Segundo Rita Caregnato e Regina Mutti (2006), a análise de conteúdo compõe-se de três etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação. Para desenvolver estas etapas, utilizar-se-á, como base, o trabalho de Laurence Bardin (2009, p. 39), no qual se explora o material coletado e catalogado

por categoria, a fim de chegar ao que se pretende, de acordo com a questão-problema.

Na etapa de inserção no grupo escolhido, foi explicada a intenção da pesquisadora e seus objetivos com a observação, a coleta de dados, entrevistas e questionários, a fim de alcançar o que se pretendia com a pesquisa participante. Dessa forma, foi obtido o consentimento de todas as envolvidas para que essa pesquisa fosse realizada.

Na coleta de dados, o objetivo foi compreender como as entrevistadas pensavam, seus anseios, buscas e maneiras de cultivo, bem como as informações sobre a legislação e as políticas públicas a que tinham acesso. Com o tema de guarda, conservação e preservação das sementes tradicionais ou crioulas, foi muito pertinente conhecer as percepções e vivências dessas mulheres camponesas.

A organização dos dados foi feita por meio de questionários aplicados, com questões abertas e fechadas, bem como de depoimentos e entrevistas realizados ao longo das visitas, em suas reuniões e unidades de produção, ressaltando os pontos importantes, as informações, percepções e ideias significativas que passaram a fazer parte da confecção do guia prático (cartilha técnica). Este processo está descrito no relatório técnico (Apêndice B).

Ao final da pesquisa e da aprovação do guia técnico elaborado (Apêndice C), será disponibilizado o material em forma impressa e em forma *on-line*, em plataformas digitais, onde se dará acesso rápido às mulheres camponesas guardiãs de sementes crioulas, comunidades escolares e demais interessados, tais como o público de feiras e eventos de trocas de sementes. Nesse momento, o produto elaborado incentivará outras mulheres camponesas a serem guardiãs de sementes crioulas, despertando a reflexão sobre a preservação na comunidade estudada.

Nessa etapa, a pesquisadora e seus orientadores assumiram a construção do presente produto, aguardando sua validação.

A pesquisadora e Equipe afirmam conhecer as Normas de Análise Ética vigentes, CNS 466/2012 e CNS 510/2016, e assumem que seguiram todos os Preceitos Éticos da Pesquisa. Após encerramento da pesquisa os Questionários respondidos ficarão guardados nos arquivos do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Mestrado Profissional (PROFAGROEC) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e, após o período legal, serão incinerados. Os nomes das mulheres participantes serão mantidos no anonimato e não serão publicados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos por meio da análise de conteúdo das seis entrevistas realizadas com agricultoras participantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC), no Planalto Norte Catarinense. A metodologia empregada para o tratamento dos dados foi a análise de conteúdo categorial, conforme preconiza Laurence Bardin (2009), que permite a articulação entre a análise quantitativa de frequências e a análise qualitativa das percepções, discursos e significados atribuídos pelas participantes às suas vivências.

É importante ressaltar que, dado o tamanho da amostra (n=6), a análise quantitativa tem caráter descritivo e exploratório, buscando identificar tendências e padrões. A profundidade da análise reside na interpretação qualitativa dos discursos, que revelam a complexidade das práticas e das relações sociais vivenciadas pelas entrevistadas.

A análise está estruturada em seções que abordam: a caracterização das participantes, as práticas produtivas e a relação com a agroecologia, a interação com o MMC e a percepção das entrevistadas como mulher camponesa e guardiã de sementes tradicionais ou crioulas, sendo que 02 das entrevistadas fazem parte da Associação de Mulheres das Hortas Orgânicas (AMHO), da rede ECOVIDA – em Itaiópolis, com certificação orgânica, e todas pertencem ao MMC e carregam com orgulho a identidade de guardiãs de sementes. À frente será possível contemplar suas percepções sobre gênero e autonomia, produção e agroecologia.

Assim, de posse da pesquisa de campo e dos questionários estruturados, buscou-se compreender as mulheres inseridas no MMC para responder à questão problema dessa pesquisa, que é: como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC) com suas ações voltadas à valorização da mulher camponesa, por meio da coleta, guarda, conservação e preservação de sementes crioulas, tem conseguido a soberania alimentar em seus lares, o autossustento, a renda extra, bem como uma produção alimentar agroecológica, sem se submeter ao modelo das grandes corporações industriais?

Após a submissão e compilação dos dados do questionário aplicado nas categorias, obtêm-se subcategorias que elucidam e se relacionam com a soberania alimentar: sementes tradicionais ou crioulas; modelo de produção pautado na

agroecologia, em contrapartida ao modelo convencional; saúde, autonomia, consumo e economia, temas esses muito debatidos pelas camponesas no MMC.

Procurou-se compreender como as sementes tradicionais ou crioulas fazem parte do cotidiano dessas mulheres e como as mulheres se percebem contribuindo para uma melhor alimentação tanto de sua família quanto das pessoas que consomem o excedente de sua produção. Da mesma forma, a compreensão de como elas adotam essa produção saudável e agroecológica em prol da soberania alimentar: nessa produção, é totalmente livre de defensivos químicos, gerando renda e saúde, e adquirindo em supermercados só aquilo que não consegue produzir em sua unidade de produção.

Durante a pesquisa, foi possível constatar que são grandes a preocupação ambiental e para com a conservação e preservação das sementes tradicionais ou crioulas, para a produção da mulher camponesa. Aliada a isso, a produção de ervas medicinais tem crescido bastante entre as mulheres camponesas, resgatando os remédios naturais para garantir economia e evitar o consumo exagerado de medicamentos industriais em suas famílias.

Dentre os questionamentos a qual foram submetidas todas as entrevistadas, procurou-se, em primeiro lugar, conhecer a identidade dessa mulher camponesa, que se dispõe a ser militante de um Movimento totalmente feminino e camponês, buscando fazer a diferença em seu lar e na comunidade em que está inserida.

O questionário da pesquisa continha perguntas com respostas abertas e fechadas. A 1ª e a 2ª seções de perguntas, com respostas fechadas, as seções 3ª a 6ª são compostas de perguntas abertas que a seguir serão detalhadas.

4.1. Composição familiar

Nesse tópico, procuramos identificar a idade, a escolaridade, o estado civil, o parentesco e o tamanho da propriedade onde as entrevistadas realizam sua produção.

De acordo com a pesquisa, todas as 06 agricultoras camponesas possuem um forte vínculo com o campo e com o MMC. O Movimento no Planalto Norte Catarinense não tem muita força, como tem no Oeste, mas, mesmo assim, é composto por mulheres que buscam o reconhecimento e lutam para que todas as mulheres sejam valorizadas e possam produzir seu próprio alimento, em vez de se submeterem a produtos industrializados.

São mulheres que já estão na meia-idade, que já criaram seus filhos, em sua maioria viúvas, que decidem por suas vidas e encontraram no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) uma maneira de socializar, expressar seus anseios, adquirir autonomia e conhecimento para aplicar em suas unidades de produção.

O projeto que tem mais engajamento no MMC é o resgate das sementes tradicionais, ou crioulas, por meio de seus quintais produtivos ou unidades de produção. As mulheres estão engajadas em recuperar o autossustento que o meio rural havia perdido. No Quadro 3, detalha-se o perfil dessas mulheres, incluindo a idade e o grau de instrução das participantes.

Quadro 3 – Perfil das entrevistadas

Identificação	Idade	Escolaridade	MMC/SC	Tamanho da unidade de produção	Parentes que residem no local	Estado civil
Entrevistada 1	54 anos	1º grau incompleto	Militante	03 hectares	Filho	Viúva
Entrevistada 2	57 anos	1º Grau Incompleto	Militante	Não respondeu	-----	Casada
Entrevistada 3	76 anos	2º Grau Completo	Liderança	01 hectare	Filho	Viúva
Entrevistada 4	89 anos	1º Grau	Militante	04 hectares	Filho	Viúva
Entrevistada 5	59 anos	1º Grau	Militante	03 hectares	-----	Casada
Entrevistada 6	78 anos	2º Grau Completo	Lider Base	03 hectares	Filhos	Viúva

Fonte: elaborado pelo autor.

A idade das participantes supera 50 anos, evidenciando uma amostra composta por mulheres com vasta experiência de vida e de trabalho na agricultura. Todas as entrevistadas (n=6; 100%) se declararam de origem camponesa, o que reforça a transmissão de saberes tradicionais entre gerações, um ponto central da identidade do grupo. Quanto à escolaridade, 66,7% (n=4) possuem o 1º Grau (dos quais dois incompletos) e 33,3% (n=2) possuem o 2º Grau.

Todas possuem um pequeno pedaço de terra, de 1 hectare a 4 hectares, sendo uma produção familiar, onde desenvolvem seus plantios de hortaliças, ervas

medicinais, flores, frutas e lavouras de milho, arroz, feijão, mandioca, trigo e muitas outras espécies.

Dentre as entrevistadas, em sua maioria, trabalham sozinhas ou apenas com a ajuda do filho ou marido, sendo que todas relatam que precisam ter outra atividade fora da unidade produtiva, pois não conseguem sobreviver somente com a renda da produção.

Na primeira visita feita ao campo de pesquisa em Itaiópolis, a pesquisadora foi recebida na casa da Entrevistada 3, uma liderança e referência na conservação, preservação, resgate e disseminação da ideia da guarda das sementes tradicionais e crioulas, comprovando que a soberania alimentar está sendo conquistada em sua unidade de produção. Quando questionada sobre quais variedades de plantas em sua unidade de produção eram oriundas de sementes tradicionais ou crioulas, ela respondeu: “Acho que 95% da minha plantação vem de sementes tradicionais ou crioulas.”

Na Figura 8 é possível observar a diversidade de sua produção que garante o sustento diário e uma alimentação livre de venenos e saudável.

Figura 8 – Unidade de produção no sistema agroecológico e orgânico



Fonte: Fotografias do autor.

O mesmo aconteceu em todas as unidades de produção visitadas, onde foi constatada a preocupação com a preservação do solo, da água e com a produção de alimentos saudáveis para o autossustento, tendo autonomia em sua produção, com a guarda das sementes tradicionais ou crioulas.

Outro questionamento importante foi a maneira de se produzir: se havia incentivo do governo, se havia assistência técnica de agrônomos, quantos produtos

elas vendiam e como vendiam, se utilizavam venenos em suas plantações, se faziam compostagem e biofertilizantes naturais e como se dava o descarte de lixo em suas propriedades.

De todas as entrevistadas, apenas uma delas, a Entrevistada 1, tem uma estrutura bem formada para produzir alimentos e fazer comercialização, e assim, tem assistência técnica quando necessita, em relação as demais, as mesmas não dispõem de assistência técnica e tudo que é produzido é utilizado como alimentação, sendo comercializado o excedente diretamente ao consumidor, com 1 ou 2 itens, como: couve, alface, tomate, mandioca, batata, etc.

4.2. Análise das práticas produtivas e relação com a agroecologia

A pesquisa foi pautada em perguntas que mostravam como se dá a relação da agricultura camponesa familiar, as tecnologias e as imposições do mercado, e através das respostas, foi possível constatar que o MMC, possibilita a “libertação da mulher, através das suas próprias atitudes, fruto de organização e luta.” (MMC, 2009), assim, com a percepção de mundo ela passa a valorizar e transformar o espaço ao seu redor.

Na primeira questão sobre a utilização de algum programa de incentivo em sua unidade de produção, tipo PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, apenas 10% das entrevistadas têm acesso ao incentivo; as demais 90% não conseguem nenhum tipo de incentivo, seja pela idade, que já não comporta mais obter empréstimos bancários, seja pelo tamanho da propriedade, que não se enquadra no incentivo.

É de conhecimento que existem diversos financiamentos do programa PRONAF, como Custeio, Agroindústria, Mulher, Agroecologia, Bioeconomia, Mais Alimentos, Jovem, o PRONAF Mulher e o Agroecologia. Estes seriam os que interessavam às mulheres camponesas da pesquisa. Ocorre que as entrevistadas não conseguem o incentivo por não atenderem a algum requisito do programa e, se não obtêm 100% dos requisitos, não conseguem fazer o financiamento.

Quanto à forma de produção e à utilização de sementes tradicionais ou crioulas, todas foram unânimes em responder que produzem de forma orgânica ou agroecológica.

Com suas respostas, foi possível confirmar o que já tinha sido vislumbrado nas visitas de campo: das 6 entrevistadas (N=6;100%), todas se alinham aos princípios

agroecológicos, produzindo alimentos livres de agrotóxicos e de qualquer insumo químico sintético em sua produção. O Quadro 4 demonstra essas informações.

Quadro 4 – Práticas Agroecológicas

Prática Produtiva	Frequência (n)	Percentual (%)	Observações das Entrevistadas
Uso de agrotóxicos	0	0%	Todas as seis entrevistadas declararam não utilizar agrotóxicos em suas propriedades.
Uso de adubação química	0	0%	Todas as seis entrevistadas declararam não utilizar adubação química.
Realização de compostagem	6	100%	Todas as seis entrevistadas afirmaram fazer compostagem para uso na propriedade.
Produção de biofertilizante	6	100%	Todas as seis entrevistadas relataram produzir e utilizar biofertilizantes.
Origem da Produção	6	100%	Todas declararam sua produção como "agroecológica" ou "orgânica".

Fonte: Elaborado pelo autor.

Todas as entrevistadas têm a consciência de que o modelo convencional de produção é ruim, e não é saudável. As mulheres militantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) assumem o cuidado com uma alimentação que traga vida e saúde, conforme relato da entrevistada 4, de 89 anos, militante ativa do MMC, que, ao falar dos alimentos industrializados, diz: “É muito tóxico”. “As mulheres deixaram de fazer comida em casa; a comida de hoje, que é vendida, não é comida.” Já a entrevistada 5 relata que produzir seu próprio alimento é “colocar saúde em nosso corpo.”

Nas oficinas promovidas pelo MMC, as mulheres camponesas socializam e trocam experiências relacionadas à produção limpa e agroecológica e às trocas de sementes que elas conservam, preservam e disseminam. Todo esse processo de transformação otimiza a forma de produzir alimentos agroecológicos em busca do autossustento e da soberania alimentar.

Nas oficinas, eles resgataram a horta e os conhecimentos ambientais que, nas últimas décadas, foram deixados de lado. A entrevistada 3 relembra que “quando menina ajudava sua mãe a fazer compostagem, para ser utilizada na horta e pomar”, lembrando que uma horta não é só feita de hortaliças, ela tem flores, chás, frutas, e isso reafirma que os conhecimentos das camponesas são muito alinhados ao agroecológico, através do consórcio de plantas e do sistema agro florestal (SAF).

As mulheres camponesas, aprendem a utilizar tudo que existe em sua unidade de produção, utilizando os insumos gerados dentro da própria unidade produtiva, proporcionando uma qualidade ambiental, fazendo o aproveitamento do que seria descartado, como a compostagem e os biofertilizantes, feitos com os dejetos de animais, folhas secas e restos da produção, utilizando também a adubação verde, que fixa mais o nitrogênio no solo, sendo que a totalidade (n=6; 100%) das entrevistadas utilizam tais manejos em sua produção.

Nesse contexto, de proporcionar qualidade ambiental e cuidado ambiental, os autores Marcelo Negri Soares et al. (2020) asseveram que a qualidade é obtida quando se preservam a saúde, a segurança, a biota, as atividades sociais e econômicas, as condições sanitárias e os padrões ambientais.

Na pesquisa de campo, constatou-se que, em cada unidade de produção, o cuidado com a água, a fauna e a flora, o solo e as sementes são preservados e tidos como um tesouro.

4.3. Participação no MMC e o papel como guardiã de sementes tradicionais ou crioulas

Durante os encontros e na aplicação do questionário, as participantes relataram o sentimento de pertencimento ao movimento feminino. Conforme o Quadro 5, foram formuladas as seguintes perguntas abertas sobre o tema.

Quadro 5 – Questões abertas da pesquisa

Participação no MMC e papel como guardiã de sementes tradicionais ou crioulas
Sua família é de origem camponesa?
Participou de outro movimento feminino camponês.
Quantas vezes ao ano participa das reuniões do MMC
Como a comunidade e vizinhos veem sua participação no MMC

Já coletava e guardava sementes tradicionais ou crioulas antes do MMC
O que mudou em suas atividades, depois que entrou no MMC
Se considera uma guardiã de sementes e o que isso significa para você
Já teve dificuldades para acessar algum tipo de semente tradicional? Por quê?
Já perdeu variedades de sementes por algum motivo? Qual?
Percebe a diferença entre a planta oriunda de sementes tradicionais ou crioulas?
Quais sementes tradicionais ou crioulas mais manipula?
Quais plantas existem em sua Unidade de produção oriundas de sementes tradicionais ou crioulas?
A que se destinam essas variedades?
Cultiva plantas para seu autossustento? Quais?
Qual a origem das sementes que planta e sua produção é agroecológica ou orgânica?
Onde encontra sementes tradicionais ou crioulas? Participa de feiras ou de outros espaços de troca?
Como são armazenadas as sementes tradicionais ou crioulas que se conservam?
As sementes tradicionais ou crioulas que você coleta são todas utilizadas para o autossustento?
O que costuma comprar de alimentos fora da propriedade e como vê o consumo de produtos industrializados?
Como você se descreve hoje, como uma mulher, camponesa e guardiã de sementes tradicionais ou crioulas, e qual a importância desse trabalho para o futuro?
Como é ser uma guardiã de sementes tradicionais ou crioulas, militante do MMC e contribuindo para a conservação e preservação dessas sementes e para a disseminação da agroecologia?
O que gostaria de ensinar às gerações futuras sobre sementes tradicionais ou crioulas?

Fonte: elaborado pelo autor.

Em posse das respostas e dos depoimentos e conversas em pesquisa de campo com as entrevistadas, observou-se como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é comprometido com a produção sustentável e com as sementes tradicionais ou crioulas.

4.3.1. A participação no MMC

O MMC é um movimento autônomo, camponês e feminista, que busca o fortalecimento dos direitos das mulheres camponesas. São 42 anos de história, de lutas e reivindicações. Muitas mulheres relatam a mudança de vida que tiveram ao ingressarem no movimento feminino.

Na pesquisa, isso fica muito evidente quando as entrevistadas afirmam que adquiriram muito conhecimento, aprendizado e liberdade ao fazerem parte do MMC.

Quadro 6 – Participação no MMC

Identificação	Origem	Tempo no MMC	O que mudou
Entrevistada 1	Camponesa	Desde 1997	Conhecimento e liberdade
Entrevistada 2	Camponesa	Não soube responder	Acredito que sou capaz, com muito conhecimento.
Entrevistada 3	Camponesa	Desde 1989	Conhecimento e liberdade.
Entrevistada 4	Camponesa	Não soube responder	Aprendizado, conhecimento e valorização.
Entrevistada 5	Camponesa	Não soube responder	Me sinto valorizada.
Entrevistada 6	Camponesa	Desde 1989	Conhecimento e aprendizado.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Participar de um movimento totalmente representado por mulheres é uma característica muito favorável. Na maioria das vezes, as mulheres camponesas vivem em localidades distantes de vizinhos ou da cidade. Passam a maior parte do tempo em sua unidade de produção, com seus afazeres, e não têm com quem conversar, colocar suas angústias, anseios e projetos; nas reuniões mensais das oficinas, elas podem reencontrar as amigas, vizinhas e conhecer novas pessoas.

Nas respostas das entrevistadas (n=6; 100%) todas se denominam de origem camponesa, com bastante tempo de militância no MMC, muito envolvidas com o movimento e com a produção agroecológica, focadas no autossustento no meio rural e na soberania alimentar, com alimentação saudável, solo sadio e quintais produtivos, seja no campo ou no meio urbano.

As camponesas militantes do MMC no Planalto Norte Catarinense, devido aos anos vividos, têm muitas histórias para contar, e nesses encontros a pesquisadora pôde ouvir o depoimento de duas irmãs que já foram muito ativas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), mas, devido à maternidade e a outros entraves na vida, acabaram por se afastar da liderança, entretanto, continuam contribuindo para o movimento no Planalto Norte Catarinense.

Uma dessas mulheres relatou que conheceu o movimento por meio de sua irmã e que o movimento a ajudou a enxergar o relacionamento tóxico que tinha e a se

libertar da opressão machista e dominadora que vivia no seu lar. Abaixo foi transcrito o depoimento dela.

Outra questão, é uma questão, falar de nós, para nós assumirmos a nossa voz. Nós, mulheres, temos uma voz muito forte, sabe? A gente não sabe o que é. Outra questão é essa questão de organizar um pouco a produção, porque eu vejo assim que hoje, no movimento, um tempo atrás, quando a gente chamava as mulheres, né, Marilda, lá atrás, elas não iam, porque os maridos diziam assim, não, vocês vão lá para falar mal do fumo. É, mas como é que vai sobreviver sem o fumo? Essa aqui ele me jogava na cara todos os dias (Depoimento de uma das irmãs em 20/07/2025).

Hoje, ela está vivendo uma nova fase de sua vida; conseguiu ter a coragem de romper o silêncio e denunciar as arbitrariedades que muitas vezes a mulher do campo sofre, as violências psicológicas e físicas a que são submetidas apenas por serem mulheres, pelo machismo que reina em muitas cabeças de pais ou maridos.

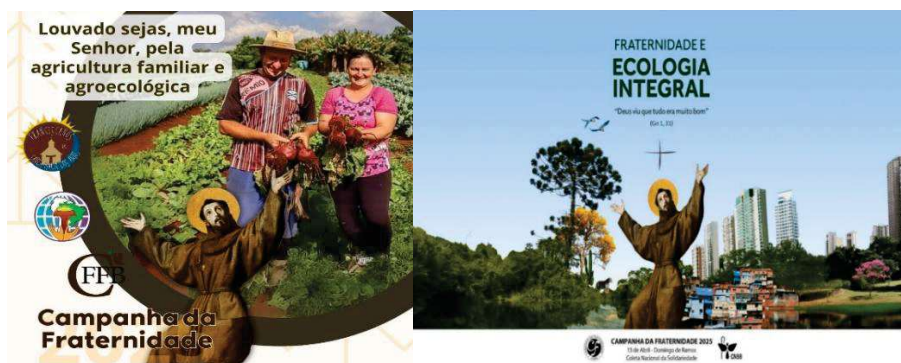
A outra irmã, que já foi uma liderança ativa no Movimento, conheceu e engajou-se nessa luta pelos direitos das mulheres camponesas quando ainda estava estudando e participava ativamente da Igreja Católica na Teologia da Libertação, e, em uma de suas falas, transcrita abaixo, deixa claro como conheceu o MMC.

Iniciei no movimento, bem devagarinho. Eu estava no convento e participei desse lado da igreja, que é muito bonito, e não tinha esse viés político que é dado hoje em dia. Um dia recebi o convite para ir até Caçador, que pertencia à Diocese de Chapecó, para a formação da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), e, nesse encontro, uma frase me chamou muito a atenção – O céu e o Inferno estão cheios de pessoas que rezam o terço todo dia. Pra mim, que rezava o terço todo dia, que vinha de Curitiba com o terçinho na mão, sabe? Foi assim: muito difícil eu ouvir aquilo; então, tudo o que eu fazia para mim perdeu o sentido, até que eu pudesse ressignificar. Então, essa ressignificação veio por meio do Movimento de Mulheres, porque depois eu acabei saindo do convento, né, vim morar um pouco com a mãe, né, e depois já entrei na escola, fui dar sequência aos estudos. E aí me envolvi no movimento; já veio a década de 90, 91. Aí a gente foi a Brasília; era bem a época da Lucy, com a aposentadoria das mulheres (Depoimento de uma das irmãs em 20/07/2025).

Quando questionadas sobre como começaram a participar do Movimento, as militantes mais experientes do grupo relatam que conheceram o Movimento por meio da Igreja ou de uma amiga que já estava no Movimento. Com base nessa informação, é possível perceber que a religião e a Igreja impulsionaram essas mulheres a buscar seu espaço, dando consciência política e social a cada uma delas. O fato é que a religião é algo que todos confiam e seguem; até a Campanha da Fraternidade tem

incentivado a ecologia e a preservação, conforme o exposto no folder da campanha, na Figura 9.

Figura 9 – Campanha da Fraternidade 2025



Fonte: CNBB.

Participar do Movimento feminino para essas mulheres camponesas é ajudar a sua comunidade nas coisas que precisam ser melhoradas, é ter a consciência das práticas sustentáveis resgatando os saberes tradicionais, é valorizar a mulher em suas atividades agrícolas, fortalecendo a base familiar na produção de alimentos para o autossustento, trazendo saúde e bem estar, com preservação ambiental.

Para a historiadora Catiane Cinelli (2013), na história da agricultura, as mulheres sempre tiveram um papel fundamental. Mesmo em relações patriarcais e machistas, elas conseguem se organizar e realizar ações que as façam ser importantes e valorizadas.

4.3.2. Guardiãs de sementes tradicionais ou crioulas

Dentro dos questionamentos referentes à guarda de sementes tradicionais ou crioulas, obteve-se vários relatos das entrevistadas, que serão transcritos conforme foram escritos ou expressos em entrevistas e questionários aplicados.

As experiências das mulheres camponesas na conservação e preservação das sementes tradicionais ou crioulas dão um novo significado à cultura camponesa, através de suas hortas e plantações, descobrindo que os ensinamentos dos antepassados não são ideias arcaicas e desatualizadas, são maneiras corretas de preservar o solo, de produzir alimentos frescos e ter remédios da sabedoria popular, os “chazinhos de vó”, ou mesmo os repelentes naturais advindos das plantas.

As mulheres relatam que possuem muitas sementes tradicionais ou crioulas armazenadas para o plantio e para trocas com outras produtoras. Fazer a separação das melhores sementes para a próxima safra era comum há décadas, quando não havia o comércio extremo de sementes, como na atualidade.

O projeto desenvolvido pelo MMC mostrou que esse resgate trouxe uma nova forma de fazer agricultura sustentável, pois suas práticas respeitam o tempo que a natureza leva para se recompor, as estações e as luas para o plantio, tornando o meio ambiente mais equilibrado e dando saúde ao ser humano.

As entrevistadas relatam os benefícios de ter sua própria semente: a Entrevistada 6, a líder do MMC no Planalto Norte Catarinense, de 78 anos, agricultora desde a infância, respondeu que: “precisamos ensinar isso para as próximas gerações, pois muitas sementes já foram perdidas, e as que conseguiram resgatar têm que ser preservadas para não perder seu valor genético”. Já a camponesa e Entrevistada 1, de 54 anos, descreve como se sente como guardiã de sementes: “como guardiã, me sinto uma pessoa que está ajudando as famílias a se alimentarem melhor.” Da mesma forma, a Entrevistada 3, de 76 anos, diz: “eu sou uma semente do conhecimento e partilho sementes, saberes e sabores.”

Outra militante, a mais experiente do grupo, a Entrevistada 4, de 89 anos, afirma: “As sementes são vida... temos que deixar esse exemplo pra essa geração passar pra frente”. Com uma sabedoria incomparável sobre as sementes tradicionais ou crioulas, possui um herbanário incrível com as mais variadas espécies, retratado na Figura 10, onde se fazem muitos compostos naturais para várias doenças, a entrevistada lembra que fazer esse “serviço” (guardar sementes e mudas) melhora muito “nosso cantinho” (lugar onde vive) e a nossa alimentação”.

Figura 10 – Unidade de produção da Entrevistada 4 com herbanário no sistema agroecológico



Fonte: Fotografias do Autor.

Nos encontros e entrevistas, todas relatam com entusiasmo que o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) foi um elemento transformador em suas vidas. As entrevistadas (N=6;100%) descrevem que ser guardiã de sementes tradicionais ou crioulas é algo que já acontecia desde que eram meninas, pois viam seus pais separarem as melhores sementes para serem guardadas para serem utilizadas na nova (próxima) safra. Com isso, amparada no Quadro 7, esta pesquisadora afirma novamente que ser guardiã de sementes é uma herança cultural, algo aprendido com exemplos de seus antepassados e que sempre deu certo.

Quadro 6 – Coleta de sementes tradicionais ou crioulas antes do MMC

Já coletava sementes tradicionais ou crioulas, antes do MMC	Sim	Não	Não respondeu
Entrevistada 1	Sim	----	----
Entrevistada 2	Sim	----	----
Entrevistada 3	Sim	----	----
Entrevistada 4	Sim	----	----
Entrevistada 5	Sim	----	----
Entrevistada 6	Sim	----	----

Fonte: elaborado pelo autor.

O Movimento apenas se apropriou e resgatou algo que sempre existiu e potencializou a prática de conservar e preservar as sementes, transformando-a em uma alternativa de subsistência alimentar, com significado político e social.

A mudança de comportamento das participantes do Movimento feminino é de empoderamento e aquisição de conhecimentos. A Entrevistada 2, de 57 anos, relata que “minha vida mudou muito, eu comecei a acreditar que eu sou capaz de fazer muitas coisas.” Assim, como as Entrevistadas 3 e 4, que também relatam ter conquistado “conhecimentos e liberdade.”

Na totalidade, 100% das entrevistadas se consideram guardiãs de sementes tradicionais ou crioulas. A líder do Movimento no Planalto Norte Catarinense, Entrevistada 6, de 78 anos, militante ativa dos encontros e congressos, resume a importância do trabalho como: “um ato de proteção das sementes tradicionais ou

crioulas, para que as futuras gerações, tenham alimento de verdade”. Na Figura 11 é retratada a unidade produtiva da guardiã.

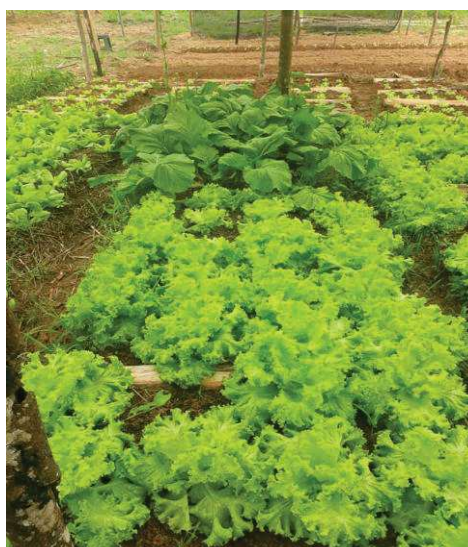
Figura 11 – Unidade de produção da Entrevistada 6 no sistema agroecológico



Fonte: Fotografia da Entrevistada 6.

Quando questionadas sobre a existência de diferença de cultivo e sabor das plantas que são oriundas das sementes tradicionais ou crioulas, quando colhidas, as entrevistadas foram unânimes (N=6, 100%), ao responder que: “sim, as plantas são mais viçosas, resistentes às pragas, mais adaptadas ao clima e seu sabor é incomparável com o das plantas transgênicas ou modificadas que são comercializadas em supermercados e hortifrutis”, a título de exemplo, a qualidade de uma alface na Figura 12. As mulheres do movimento entendem que conservar e preservar as sementes tradicionais ou crioulas é um ato de proteção à vida, à saúde e à autonomia dos pequenos agricultores.

Figura 12 – Alface crioula



Fonte: MMC.

4.3.3. Tipos de sementes que as mulheres do movimento mais manipulam e produzem

Quando o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) iniciou o projeto de resgate das sementes tradicionais ou crioulas, sempre teve como preocupação o autossustento das agricultoras camponesas, almejando que o campo tenha soberania alimentar e contribua para o município em que estiver representado.

Todas as 6 entrevistadas possuem um vasto cultivo de plantas nativas e oriundas de sementes crioulas. Dentre as variedades de plantas cultivadas pelas camponesas entrevistadas, as hortaliças e leguminosas são as sementes que mais são conservadas e preservadas, tendo as melhores sementes coletadas para o próximo plantio.

As espécies que foram relatadas são: alface, alcachofra, arroz do seco, alho, alho-poró, almeirão nativo, aspargo, amendoim, abóbora, beringela, beterraba, couve, cenoura, cebola, cebolinha, chuchu, espinafre, ervilha, feijão (preto, branco, vermelho, guandu), milho (branco, preto vermelho, amarelo, amarelão), maxixe, pepino, pipoca, quiabo, rúcula, repolho, soja crioula, salsinha, vagem e tomate. Entre as que são desenvolvidas por hastes ou mudas estão: a mandioca, batata, batata-doce, chuchu, açafrão, araruta, gengibre, taiá, cará e inhame.

Entre as variedades de frutas nativas e originárias estão: araticum de duas variedades, araçá, ameixa amarela, banana crioula, butiá, caqui, cereja nativa, erva-mate, figo, goiaba, guabiroba, laranja, limão, maracujá, melancia, manga, maçã, nêspera, ingá, ovaia, pera, pêssigo, pitaia, uva e uva japonês.

Nos herbanários ou farmácias de quintal, produzem os tipos: alecrim, arruda, babosa, boldo, calêndula, camomila, carqueja, cavalinha, confrei, guaco, melissa, lavanda, sálvia, raiz forte, louro, hortelã, poejo, hibisco, girassol, manjerição, manjerona, cravo e hibisco.

Quando questionadas a que são destinadas essas variedades produzidas em suas unidades, elas informaram que são destinadas ao consumo próprio e compartilhamento com familiares, sendo que apenas duas entrevistadas comercializam o excedente de algum produto diretamente ao consumidor, em feiras ou entregues na casa, conforme mostrado no Quadro 7.

Quadro 7 – Destinação os produtos da unidade de produção

Comercializa o excedente de sua produção?	Sim	Não	Quais produtos?	Onde?
Entrevistada 1		Não		
Entrevistada 2	Sim		Couve.	Direto consumidor.
Entrevistada 3	Sim		Couve, tomate, alface, repolho, pimenta, vagem, cebolinha, salsinha, cenoura, pepino, ovos caipiras.	Direto consumidor, com cestas de produtos selecionados.
Entrevistada 4		Não		
Entrevistada 5		Não		
Entrevistada 6		Não		

Fonte: Elaborado pelo autor

A relação de plantas que cultivam e o fato de que tudo primeiramente é destinado ao consumo próprio, exprimem o quanto a alimentação das mulheres camponesas é rica e saudável, todas possuem hortas e herbanários, árvores frutíferas e fazem a diferença em suas unidades de produção, conservando as sementes tradicionais ou crioulas, e, assim, disseminam a soberania alimentar em suas comunidades.

Todas informaram que participam frequentemente das reuniões do movimento de mulheres, das feiras, e encontros de trocas de sementes, onde fazem a troca e adquirem novas sementes de outras agricultoras; com essa troca, Marielen Kaufmann (2014, p. 21) afirma, que as mulheres conseguem conservar sementes que correm risco de extinção de modo coletivo.

A conservação das sementes tradicionais e ou crioulas é fundamental e de grande importância para as mulheres camponesas, elas coletam as melhores sementes de sua produção e armazenam conforme foram ensinadas: é necessário ter um local limpo de invasores e pragas, arejado, sem umidade, e em embalagens que não tenham a presença de ar.

Geralmente as sementes são armazenadas em frascos de garrafas *pet* ou vidros, fazendo-se a extração do ar, e deixando o frasco hermeticamente fechado; muitas armazenam as sementes em geladeiras, freezer, ou mesmo em prateleiras organizadas.

Por isso, seria importante cada comunidade fazer um banco de sementes, onde a armazenagem fosse realizada sempre da mesma forma, preservando a genética da planta.

Estudos direcionados às sementes tradicionais ou crioulas são de grande relevância, eis que, muitas vezes são desconhecidas pelas pessoas mesmo em comunidades que são agrárias. Esta é uma temática que carece de pesquisas direcionadas aos guardiões de sementes tradicionais ou crioulas.

No Movimento de Mulheres Camponesas, em todas as reuniões, encontros e oficinas, estimula-se as participantes na troca de sementes tradicionais ou crioulas, disseminando os saberes e fazendo o melhoramento genético da planta.

Quando questionadas onde encontram as sementes tradicionais ou crioulas para o plantio, relatam que encontram sementes com outras produtoras, em feiras e outros espaços que os agricultores organizam para adquirir, trocar ou doar as sementes que guardaram.

As entrevistadas relatam que nas feiras promovidas pelo movimento, muitas sementes foram resgatadas e disseminadas. A Entrevistada 3 ficou radiante ao resgatar sementes do “arroz do seco” e do “trigo antigo” em um desses encontros de troca de sementes, registradas na Figura 13.

Figura 13 – Plantação do arroz do seco e do trigo antigo



Fonte: Fotografias da Entrevistada 3.

No mês de setembro de 2025, aconteceu uma feira promovida pela EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – de Santa Catarina, que

desenvolveu um trabalho muito importante com os guardiões de sementes tradicionais ou crioulas, sendo homens e mulheres que conservam as sementes que estão quase extintas. O trabalho mais importante que a EPAGRI desenvolve é realizado com os milhos crioulos, no Oeste Catarinense.

A Entrevistada 3, que produz o milho crioulo (Figura 14), explica que não é fácil manter a variedade dos milhos crioulos, preservando suas características. Segundo ela tal feito é um desafio

[...] para manter e preservar a natureza da semente que você plantou, precisa fazer uma tabelinha, planta um tipo, passado um mês mais ou menos, planta outra variedade, para que ao pendoar eles não tenham o pendão junto, porque senão o milho amarelo cruza com o branco, o preto com o branco, fazendo a mistura. Isso é para preservar a semente, por causa da polinização cruzada que o milho tem (Entrevistada 3, 2025).

Figura 14 – Variedades de milho provenientes das sementes tradicionais ou crioulas



Fonte: MMC

4.3.4. Produtos adquiridos fora da unidade de produção

Todas as entrevistadas têm a consciência de que os produtos industrializados não fazem bem ao corpo humano, e o deixa doente. Relatam que produzem a maior parte dos produtos utilizados em sua própria alimentação. Compram apenas aquilo que não conseguem produzir, assim como a Entrevistada 5, de 59 anos, que afirma comprar poucos itens alimentares na cidade, “somente o que não tenho aqui”. E, assim, sucederam-se todas as respostas das participantes. Elas relataram que “isso”

faz uma diferença enorme, pois os alimentos que produzem, não precisam ser adquiridos, e com isso geram uma economia no orçamento familiar. As oficinas que o Movimento realiza com as participantes, ajudam a conhecer as técnicas e maneiras de fazer sua horta para a produção de alimentos limpos, deixando de lado a necessidade de comprar muitas coisas no supermercado, e oportunizando, consequentemente, mais saúde em seus lares.

Com suas respostas obtidas, observa-se que os produtos industrializados deixaram de ser consumidos, uma vez que as entrevistadas adquirem apenas aqueles produtos que não são possíveis de se produzir em pouca quantidade, como sal, farinha de trigo, açúcar, etc. Na pesquisa foi constatado que o que as mulheres camponesas adquirem de alimentos em supermercados é irrisório, isso se dá pela autossuficiência de alimentos em suas unidades de produção, conforme relato da Entrevistada 3, alguns exemplos: com a mandioca ela faz farinha e polvilho, usa como alimento nas refeições; com os ovos da galinha e o trigo que planta, faz macarrão; tem os legumes, frutas e verduras a disposição, a carne vem das criações. Tudo é muito aproveitado, e o retorno vem com a economia no bolso e a preservação da saúde.

4.3.5. Legado para as gerações futuras

Quando foi perguntado o que cada uma das entrevistadas gostaria de ensinar para as gerações futuras, as mensagens deixadas foram transcritas a seguir.

Entrevistada 1 – “Eu procuro passar para meus filhos e netos a importância da preservação e da saúde com ações ecológicas e pensando na natureza como vida”.

Entrevistada 2 – “As sementes são vida, assim como uma mulher dá vida ao filho, assim a planta através da semente dá vida para o mundo. Temos que deixar esse exemplo, para essa geração passar para frente”.

Entrevistada 3 – “Eu faço um trabalho nas escolas do Município, ensinando essa nova geração, a importância de preservar a terra, águas, plantas e sementes, para que não fiquem contaminadas e que as famílias possam ter uma horta, um pedacinho do céu em casa”.

Entrevistada 4 – “As sementes são vida! Se não cuidarmos delas, logo tudo será perdido e contaminado. Temos que deixar esse exemplo para nossos filhos, netos, assim como meus pais fizeram”.

Entrevistada 5 escreveu – “Eu digo aos meus filhos e netos para cuidar e dar importância na preservação da natureza, de plantar sua própria comida, em ter saúde, porque os venenos matam”.

Entrevistada 6, líder do movimento no Planalto Norte Catarinense, respondeu que – “O Movimento de Mulheres Camponesas é um lugar para ser valorizado, lá as mulheres olham mais para elas e para sua vida, começam a acreditar em suas potencialidades, com o conhecimento que temos, devemos ser exemplos para as próximas gerações de mulheres da roça”.

Considerando as respostas, acima reproduzidas, é possível verificar o quanto a tradição está presente na maneira de produzir e viver dessas camponesas, as famílias tempos atrás produziam grande diversidade de alimentos para seu autoconsumo, onde “o pai ia para a roça e plantava tudo que seria consumido pela família, no jeito agroecológico, onde não se utilizava adubo químico e nenhum tipo de veneno”, relata a entrevistada 3.

Outra questão importante é o envelhecimento do campo, uma vez que as camponesas têm dificuldades para seguir com o processo sucessório de suas unidades de produção, pois poucas têm filhos que trabalham no campo com elas, e devido a idade avançada, justificando assim a preocupação das mesmas em como dar continuidade aos seus legados.

Segundo Geneci dos Santos (2021), as experiências e vivências desenvolvidas por essas mulheres camponesas em muito têm contribuído para que mais jovens conheçam, aprendam e se motivem a iniciar processos de transição agroecológica em suas produções alimentares.

Essas camponesas através de seus exemplos, vão deixar um legado de conservação, preservação e amor pelas sementes tradicionais ou crioulas, como patrimônio a ser cuidado para que não se percam, fazendo com que muitas famílias de agricultores e de camponeses sempre tenham o alimento farto na mesa e que não sejam reféns da indústria da semente comercial.

4.3.6. Percepções sobre gênero, comunidade e autonomia

O único movimento totalmente feminino e camponês, tem resgatado nas mulheres a força que elas não conheciam. Ele dá voz a mulheres camponesas, agricultoras, parceiras, meeiras, arrendatárias, ribeirinhas, diaristas, enfim não

importa quem seja, desde que mulher, ajudando-as a serem libertas e visíveis para a sociedade.

Dentro do tema, as perguntas que as mulheres camponesas tiveram que responder foram descritas no Quadro 8 e são sobre questões de gênero no ambiente em que vivem.

Quadro 8 – Questões exploratórias sobre gênero, comunidade e autonomia

Percepções sobre gênero, comunidade e autonomia
Você percebe a diferença do seu trabalho para a forma como suas filhas fazem nos dias de hoje?
Como se dividem as tarefas entre os membros da sua família, dentro e fora de casa?
Você percebe a divisão de tarefas de homens e mulheres dentro de sua propriedade? Isso afeta o seu dia?
Qual a opinião de sua família sobre sua participação no MMC?
Na sua opinião, o trabalho das mulheres na agricultura é valorizado?
O que você acha que precisa ser melhorado para que as mulheres sejam mais valorizadas no campo?
As decisões são tomadas em conjunto pelos membros da família? A sua opinião é ouvida?
Quais as dificuldades que você enfrenta como mulher do campo?

Fonte: elaborado pelo autor.

Nas respostas apresentadas pelas mulheres, entre as 6 pessoas entrevistadas, 4 são viúvas. Então, no quesito separação de trabalho e decisões na propriedade, elas têm autonomia total no referente à unidade produtiva. As outras 2 entrevistadas relatam que as decisões são tomadas em conjunto, a partir de conversas com seus pares, e fazem o que for melhor para ambos.

No campo, sempre prevaleceu a força braçal do homem; na teoria da agroecologia, poucas autoras são mulheres. Muito se fala sobre a desigualdade de gênero na agricultura, sendo uma questão por vezes debatida e considerada de grande importância, mas ainda carente de destaque, segundo Emma Siliprandi (2015, p. 142).

De acordo com a autora, as relações de poder determinam as condições de participação de homens e mulheres nos espaços de decisão da sociedade, portanto, na construção do meio rural sustentável, dá-se maior autonomia às mulheres camponesas, com a sua produção agroecológica.

Dentro do Movimento de Mulheres Camponesas, a luta feminista é uma constante, para que de fato ocorra esse enfrentamento necessário para superação do sistema patriarcal e machista presente na vida das mulheres camponesas.

Emma Siliprandi (2015), descreve que o MMC tem um projeto de agricultura baseado nos princípios e fundamentos da agroecologia e do feminismo; sendo assim, essas camponesas precisam ser valorizadas, reconhecidas, devem opinar e ter sua autonomia e liberdade de planejar e colocar em prática seus projetos de agricultura sustentável e de autossustento.

Dessa forma, de acordo com as entrevistadas, isso tem acontecido em seus espaços de produção, hoje sua opinião é importante; dividem as tarefas, expectativas e sonhos, dialogam e são ouvidas, demonstrando a mudança que todas estão lutando para deixar para as próximas gerações de mulheres camponesas.

4.3.7. Diferença do seu trabalho para a forma como suas filhas fazem hoje

Da amostra de 6 entrevistadas, apenas as Entrevistadas 1, 3, 5 e 6, declararam ter filhas mulheres e que observam uma diferença enorme. Com o passar dos anos a educação, leitura e visão do mundo moderno fez com que as mulheres não se submetessem mais aos caprichos do mundo machista, hoje estudam e se profissionalizam para serem independentes e poder fazer e ser o que quiserem. A seguir é possível analisar as respostas de cada uma das entrevistadas.

Entrevistada 1 – “Sim, elas (suas filhas) estudaram e sabem a importância dos alimentos saudáveis”.

Entrevistada 2 – “Não tenho filhas, mas observo a mudança nessa nova geração”.

Entrevistada 3 respondeu que – “Sim, muito, elas (suas filhas), possuem a consciência da preservação, do alimento saudável, do problema dos venenos nos alimentos”.

Entrevistada 4 disse que – “Não possuo filhas, mas observo essa mudança nas filhas das vizinhas”.

Entrevistada 5 – “Sim, elas (suas filhas) sabem que a saúde começa pelos alimentos saudáveis, seus maridos ajudam nos afazeres e no cuidado dos filhos”.

Entrevistada 6 – “Sim, percebo muita diferença. Não é costume das minhas filhas fazerem hortas, criar animais domésticos, diminuindo bastante a diversidade de cultivos na propriedade”.

De posse dessas informações, constata-se que a nova geração feminina tem uma outra forma de se relacionar, não trabalha mais no campo, os maridos ajudam mais nos afazeres domésticos e no cuidado dos filhos, conversam mais e decidem as tarefas e os planos familiares em conjunto.

Em seus relatos as mulheres camponesas contam que quando a filha mulher assume a unidade de produção no processo de sucessão aos pais, geralmente seu marido vai assumir a gestão e administração dessas terras, mas elas têm educado suas filhas para que as decisões sejam conjuntas, que o marido possa ouvir seus planos e assim administrar a terra em harmonia, sem dar continuidade a ideia de que “o homem é mais importante do que a mulher”.

De acordo com Maria Ignez Paulilo (2000), o grande desafio para as mulheres agricultoras é enfrentar todo esse poder conferido aos homens, o que faz com que a mulher moderna tenha coragem para fazer valer sua opinião e ter espaço e acesso à terra no grupo familiar.

Esse poder de decisão das mulheres camponesas, segundo Catiane Cinelli (2012), tem importância imensa, pois aumenta muito sua visibilidade na família e na sociedade, contribuindo também para o avanço da igualdade entre homens e mulheres, seja no campo ou no urbano.

Todas as entrevistadas buscam envolver suas famílias em seus projetos, sejam filhas ou filhos, maridos, companheiros, a fim de que essas novas relações de gênero dialoguem e mostrem a importância e a valorização do trabalho feminino com a alimentação saudável, com o cuidado com as sementes e com a produção agroecológica, focada na preservação do solo, da água e de todo meio ambiente.

4.3.8. Visibilidade e valorização do trabalho feminino na agricultura e no MMC

Todas as entrevistadas responderam que os seus familiares incentivam a participação no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Quando questionadas se o trabalho das mulheres na agricultura é valorizado, cada uma manifestou sua opinião da seguinte maneira:

“As mulheres hoje já conquistaram mais o espaço na agricultura, mas ainda precisa de mais participação na política para melhorar ainda mais”. (Entrevistada 1, 2025).

“Melhorou bastante, mais ainda precisa de mais incentivo e participação”. (Entrevistada 2, 2025).

“Eu sou livre, eu me valorizo”. (Entrevistada 3, 2025).

“Ainda não é totalmente, mas já melhorou bastante. Antes tudo era muito mais difícil, a mulher trabalhava, trabalhava e só recebia desaforo. Hoje os homens ajudam mais em casa e nos afazeres da roça”. (Entrevistada 4, 2025).

“Ainda falta ser valorizado, mudou um pouco de uns tempos para cá, mas ainda não é visto nem mesmo pelas pessoas que estão perto da gente. Acho que para as pessoas, a mulher não sabe fazer o serviço de homem, isso não é verdade, a mulher se dedica muito em tudo que faz”. (Entrevistada 5, 2025).

“Vejo que melhorou um pouco a vida das mulheres no campo, mas ainda carece de muitas mudanças, tanto em políticas públicas, quanto em incentivos para que continuem trabalhando no campo”. (Entrevistada 6, 2025).

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), valoriza e reconhece o trabalho feminino, e mantém uma estratégia ampla de conscientização, formação política e empoderamento das camponesas; em seus encontros e reuniões sempre são debatidos temas necessários para identificar e acolher as mulheres que possam estar em situação de violência doméstica, promovendo acolhimento e consciência para que possam sair da possível opressão vivida.

Para Michela Calaça (2023), o reconhecimento e os direitos inerentes a uma vida de trabalho são lutas que foram sendo travadas pelas camponesas, luta essa que beneficiou inúmeras mulheres trabalhadoras do campo a adquirirem direitos trabalhistas e previdenciários, alimentação saudável, preservação de sementes, e empoderamento como mulher.

A entrevistada 3, relata que antes de participar do MMC não tinha noção de sua capacidade, depois estudando, fazendo cursos, debatendo as questões eminentes em relação a produção de alimentos, percebeu o quanto o movimento a ajudou. Ela relata que aprendeu a valorizar mais o próprio trabalho, e a se valorizar como mulher, conseguiu perceber que sua unidade de produção é um lugar produtivo e que pode sobreviver com qualidade no campo.

Segundo as entrevistas, as mulheres camponesas ao desenvolver sua produção agroecológica, conseguem a partir do próprio trabalho maior poder de decisão, autonomia e independência financeira, porque se elas não têm seu próprio dinheiro, dependem sempre na anuência do marido para que possam comprar algum item na cidade.

Marilena Chauí (2001) reforça, que somente com o reconhecimento do trabalho da mulher na sociedade, será desestabilizada essa estrutura baseada na dominação. As mulheres camponesas do MMC têm lutado por isso e conquistado muitos espaços – mulheres que se empoderaram e adentraram em posições que antes só homens poderiam estar – demonstrando que juntas elas são mais fortes.

Apesar das dificuldades, as camponesas têm buscado visibilidade e valorização do seu trabalho através da conservação e preservação das sementes tradicionais ou crioulas e da produção de alimentos agroecológicos, fazendo oposição à toda essa máquina industrial de produção de alimentos ultraprocessados.

4.3.9. Melhorias para que as mulheres possam ser mais valorizadas no campo

Ao ser questionada sobre o que precisa melhorar para que possa ser valorizada em seu trabalho, a Entrevistada 1 respondeu que “com motivação e participação nos movimentos, aproveitando os ensinamentos que são passados, para adquirir mais conhecimento e aprendizado”. Já a Entrevistada 5 acha que “com mais apoio da sociedade e dos políticos, recebendo o reconhecimento do trabalho que as mulheres fazem em prol de uma alimentação mais saudável”. A Entrevistada 3 respondeu: “As mulheres precisam participar mais dos movimentos, adquirir conhecimentos, estar na luta sempre, fazer a diferença, não baixar a cabeça”. A Entrevistada 4 acredita que “as mulheres devem ser mais confiantes, acreditar mais em suas capacidades, precisam parar de ter medo e ir em busca de seus sonhos”. Para a Entrevistada 2, “as mulheres precisam ser mais incentivadas e motivadas pela força do seu trabalho”. A Entrevistada 6 relata “vejo que se as mulheres participassem mais de movimentos relacionados à terra, elas seriam mais valorizadas no campo, porque elas iriam sempre buscar esse reconhecimento”.

As camponesas lutam constantemente pelo reconhecimento de seus direitos, mas reconhecem que a mera afirmação desses direitos é insuficiente para concretizá-los. As camponesas do MMC, lutaram e conseguiram visibilidade como agricultoras

rurais, conseguiram conquistar direitos trabalhistas e sociais, e almejam que seu trabalho seja valorizado pela produção de alimentos saudáveis, pela conservação das sementes tradicionais ou crioulas, como uma tarefa fundamental na manutenção e preservação da vida.

Segundo Valdete Boni (2013, p. 83), a identificação dessas mulheres camponesas com a agricultura sustentável, foi criando estratégias para que as mesmas pudessem mudar as condutas tanto dos maridos quanto dos filhos em relação a todas as decisões que são tomadas dentro da unidade produtiva. Isso demonstra o quanto seu papel tem sido valorizado na produção de alimentos.

O movimento de mulheres busca que as militantes possam ter um olhar diferente sobre sua identidade, maneira ser, agir e pensar, que possam se valorizar, e ter seu trabalho reconhecido. Muitas dessas mulheres camponesas tiveram que se reencontrar como mulher, se enxergar como uma pessoa capaz, pois muitas vezes dentro do próprio lar, encontraram entraves que as diminuía e as incapacitavam.

Na pesquisa ficou claro o quanto essas mulheres, durante as décadas como participantes do MMC, amadureceram e conquistaram direitos, em seus relatos, é possível verificar o quanto a mulher era sobrecarregada em seus afazeres, e hoje a realidade mostra a parceria entre o masculino e feminino.

4.3.10. Dificuldades que enfrenta como mulher do campo

Ao serem questionadas sobre este tema percebe-se em suas falas, o quanto as mulheres carecem de incentivos e políticas públicas que as atendam de forma equitativa, a Entrevistada 6, deixou a seguinte mensagem: “Como uma pessoa idosa e agricultora, vejo a desvalorização das pequenas propriedades, a agricultura familiar sofre por não conseguir incentivos e investimentos que a grande propriedade consegue. Tem também a falta de reconhecimento da semente tradicional ou crioula, porque para muita gente isso é ultrapassado, não vai alimentar o mundo como o agronegócio”.

A Entrevistada 1 disse que as maiores dificuldades que enfrenta estão relacionadas ao reconhecimento de sua produção, afirmando que “falta valorizar e reconhecer a agricultura orgânica e agroecológica, valorizar mais a produção da mulher camponesa, com políticas públicas no município que faça conhecida essa

produção de alimento”. A Entrevistada 2 colocou que “falta o reconhecimento do trabalho como guardiãs das sementes, muita gente acha que isso não dá em nada”.

Para a Entrevistada 4, a mais experiente do grupo, relata que “falta o reconhecimento do trabalho que é feito com as sementes e mudas, além do trabalho de ir contra os venenos, porque as pessoas não acham que está tão ruim assim”. A Entrevistada 5 acha que “falta reconhecimento e valorização do seu trabalho”.

A Entrevistada 6 possui apenas 1 hectare de terra e por conta disso destaca que “Eu não consigo acesso à determinados incentivos do governo, por não ter terra suficiente. Aqui no município falta essa visão política para incentivar mais a produção orgânica e agroecológica”.

O Governo federal dispõe de incentivos para a agricultura familiar, o maior deles é o PRONAF, mas para acessar esses programas o pequeno produtor tem que se enquadrar nos requisitos exigidos, isso faz com que as camponesas do Planalto Norte Catarinense tenham dificuldades em usufruir desses benefícios, seja pela regularização da terra ou tamanho da propriedade; e a burocracia bancária é enorme. Sem investimentos as entrevistadas pontuam que fica difícil investir em tecnologias e equipamentos para melhorar suas produções.

Através da pesquisa constata-se que é desafiadora a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos pelos pequenos agricultores familiares, pois, por muito tempo esses produtores foram abandonados e, agora, mesmo com políticas públicas voltadas a eles, enfrentam significativos entraves para acessar os benefícios ofertados.

A grande queixa das mulheres camponesas diz respeito à limitação do crédito e à dificuldade de acesso às políticas públicas voltadas para a esfera econômica/financeira. Mesmo que o crédito seja ofertado ao pequeno produtor, quem acaba acessando é o grande produtor, por ter maior facilidade em conseguir preencher todos os requisitos exigidos.

Outra dificuldade enfrentada pelas entrevistadas se refere ao volume de trabalho de que precisam dar conta sozinhas. Apesar das lutas enfrentadas, essas mulheres camponesas, com seus quintais produtivos, têm proporcionado a volta de alimentos de verdade na mesa; aliado a isso, ainda estão preservando as sementes tradicionais ou crioulas, aumentando sua autonomia e soberania alimentar, bem como a diversidade na produção.

Inúmeros avanços são percebidos no campo, mas as ações desenvolvidas pelos movimentos rurais vêm proporcionando maior consciência às mulheres camponesas e, conseqüentemente, têm reduzido as desigualdades no campo; ainda assim, existe um longo caminho a ser percorrido, entre mulheres e homens, para que se estabeleçam relações mais igualitárias e solidárias.

4.3.11. Economia doméstica e consumo

Foram apresentadas as seguintes questões relacionadas à renda, aos gastos e à venda de produtos oriundos da produção de sementes tradicionais ou crioulas. A partir do Quadro 9, é possível verificar o que cada uma respondeu.

Quadro 9 – Economia doméstica

Identificação	Principal fonte de renda	Maiores gastos	Contribuição com a venda dos produtos oriundos das sementes tradicionais
Entrevistada 1	Venda dos produtos orgânicos	Combustível, veículo, internet, energia elétrica, pagamento do PRONAF Investimento.	Sim, faço a venda de produtos orgânicos certificados duas vezes por semana, entregando diretamente ao consumidor: cestas de hortaliças e ovos.
Entrevistada 2	Aposentadoria	Combustível, manutenção do carro, internet e energia elétrica.	Faço a venda da couve picada, totalmente orgânica e certificada, mas, com as sementes, não as vejo; faço a troca com outros produtores.
Entrevistada 3	Aposentadoria	Criação de animais e manutenção da propriedade.	Não faço a venda dos produtos que produzo; compartilho com meus filhos e outros familiares.
Entrevistada 4	Aposentadoria e venda de produtos do sítio	As despesas da família.	Sim, é de muita ajuda.
Entrevistada 5	Aposentadoria	Com as despesas do sítio.	Não faço venda, só para consumo próprio e de familiares.
Entrevistada 6	Aposentadoria	Manutenção dos animais e da propriedade.	Sim.

Fonte: elaborado pelo autor.

No momento da pesquisa observou-se que a maioria das entrevistadas utiliza a própria produção para o autoconsumo e de seus familiares. As duas entrevistadas que possuem certificação orgânica, além de usufruir dos alimentos que produzem, fazem a venda direta ao consumidor, sendo que a Entrevistada 1, é a única produtora com certificação orgânica, que faz de sua produção a principal renda para sobreviver. Para todas as demais a venda é um aditivo nas suas aposentadorias.

Conforme relatado durante pesquisa, a maior parte da produção das mulheres camponesas é destinada ao autoconsumo, os alimentos saem dos quintais, direto para a mesa, sendo uma relação de economia invisível, ou seja, sem precificação. Entretanto, quando esta ação é analisada atenciosamente, verifica-se o quanto contribui para a economia real em gastos com mercado ou “quitandas”, além de permitir contabilizar “outros valores” oriundos de uma alimentação com produtos frescos, nutritivos, saborosos e saudáveis.

Ao estudar o Movimento de Mulheres Camponesas, verifica-se que um dos objetivos do movimento é que a pequena propriedade tenha autonomia, produzindo alimentos mais saudáveis, tanto para a família quanto para serem partilhados ou vendidos a pessoas que procuram alimentos agroecológicos e, assim, gerar uma renda extra com a venda desses produtos. Propiciando que essas mulheres ganhem seu próprio dinheiro e decidam onde e como gastá-lo.

A melhoria no campo certamente irá refletir em maior saúde e melhor qualidade de vida. Com a renda extra que conseguem, a partir de suas produções, as mulheres camponesas melhoram seus espaços domésticos e essas mudanças as incentivam a serem protagonistas da própria história.

A busca pelo reconhecimento do seu trabalho virá, mesmo que lentamente, pois a família e a sociedade irão observar seus feitos com respeito e valor, além de, conseqüentemente, começarem a se envolver no projeto dos quintais e da conservação e preservação das sementes.

5. CONCLUSÕES

Ao concluir essa pesquisa, é possível constatar a grande evolução nas vidas das mulheres agricultoras camponesas do MMC. Ao resgatar a história, percebe-se como a mulher era desvalorizada, inferiorizada e negligenciada pelo mundo patriarcal

e machista. Antes, invisível frente à figura masculina, sem direitos, sem documentação, sem palavra para a decisão.

Os movimentos e organizações sociais resgataram essas mulheres, retirando-as do anonimato, e as fizeram se perceberem como detentoras de direitos. Os movimentos rurais exercem um papel importantíssimo ao empoderar as mulheres agricultoras estimulando-as a lutar pelos seus direitos e por políticas públicas que as beneficiem a continuar no campo.

Atualmente as mulheres estão representadas em todas as esferas, em todos os cargos e em todos os espaços. A questão de gênero foi superada. O Movimento de Mulheres Camponesas e todos os demais movimentos sociais que empoderaram as mulheres agricultoras e camponesas só querem que essas mulheres se permitam sonhar com um mundo melhor, com uma produção de alimentos saudáveis e livre de agrotóxicos, e com o resgate de uma agricultura sustentável e agroecológica.

Estudando os movimentos sociais, e mais precisamente o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), fica evidente o quanto as práticas de capacitação e informação sobre uma produção pautada na sustentabilidade e na agroecologia, na conservação e preservação do meio ambiente e das variedades de sementes tradicionais e crioulas, podem transformar vidas e comunidades, além de proporcionar o autossustento no campo.

As hortas e quintais produtivos que começaram tão tímidos, hoje são uma realidade de autossustento e renda na vida de muitas camponesas do MMC. Espaços esquecidos por grande parte das mulheres voltaram a ser lugares de acolhimento, de economia e de saúde para toda a família. Nesse mesmo espaço, as mulheres descobriram o poder e o prazer de conservar sementes e de produzir alimentos pelas suas próprias mãos.

Verificou-se nessa pesquisa que, em muitos lugares, as sementes são nomeadas de forma carinhosa, tamanha a estima e o valor que possuem. Para a maioria das mulheres entrevistadas, a principal renda não vem da produção agroecológica, e sim de suas aposentadorias, conquistadas por meio do esforço do Movimento. Entretanto, esse modelo de produção resgatou biomas, comidas, plantas e tradições que estavam se perdendo por conta do novo modelo de fazer agricultura.

A nova forma de plantar, “moderna”, trouxe um perigo à sobrevivência de espécies conservadas e preservadas por décadas pelos agricultores familiares e camponeses, e, portanto, há urgência para que o sistema jurídico brasileiro resgate a

proteção da biodiversidade e cumpra seu papel em amparar as minorias representadas pelos movimentos sociais e a sociedade representada por outras entidades que buscam a garantia de direitos explicitados nas legislações vigentes.

Quando direitos são preservados e respeitados há redução da pobreza e das desigualdades sociais; os direitos humanos devem ser garantidos para que a alimentação saudável e em quantidade se torne realidade nos lares de milhões de brasileiros.

As sementes atribuem significados ao cultivo que essas mulheres camponesas praticam. Elas resgatam as práticas agrícolas tradicionais, dadas como desatualizadas, mas são essas mesmas práticas que têm saciado a fome do povo da roça, pois a comercialização de sementes e as modificações genéticas que foram feitas ocasionaram um grande empobrecimento das comunidades e povos tradicionais.

Ao conhecer o Movimento Camponês, constatou-se o empoderamento das agricultoras em suas unidades de produção e o grande trabalho que realizam na conservação das sementes tradicionais ou crioulas, sendo nomeadas guardiãs de sementes. Por consequência desta prática novos alimentos voltaram a fazer parte da refeição das famílias, fazendo com que a diversificação de alimentos fosse valorizada e reconhecida. A agrobiodiversidade está sendo preservada por meio das ações que o movimento realiza, ao trocar, doar e manter intactas as sementes tradicionais.

A pesquisa revelou que as mulheres camponesas, no município de Itaiópolis, têm preservado o autossustento e segurança alimentar por meio de suas produções de alimentos oriundos de sementes tradicionais ou crioulas. E, comprova que mesmo diante do comércio de sementes e defensivos, e da monocultura desenfreada, é possível produzir alimentos com qualidade e em quantidade para o autossustento e ainda obter renda com a venda do excedente da produção.

A pesquisa revelou também que muitas mulheres fazem tudo sozinhas, não têm incentivos do governo nem das governanças locais, não possuem tecnologias, mas resistem e sobrevivem lutando pelo que acreditam, buscando capacitação nas oficinas e reuniões do movimento, pois anseiam deixar seus exemplos aos seus vizinhos, à comunidade e às gerações futuras.

Para essas mulheres, a conservação e a preservação das sementes tradicionais ou crioulas significa ter saúde ao consumir alimentos limpos, produzidos

pelas suas mãos; é o remédio no quintal, com chás, óleos e repelentes, e adquirir melhor qualidade de vida estando no campo ou na cidade.

Conclui-se que o modelo de agricultura que as mulheres camponesas desenvolvem, pautado na agroecologia e sustentabilidade, proporciona soberania alimentar, respeita a natureza, o meio ambiente, e a cultura das comunidades tradicionais; além de promover a conservação e a preservação das sementes tradicionais em prol da perpetuação das espécies.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADÃO, N. M. L. **Movimento de Mulheres Camponesas e a semeadura de novas perspectivas: os significados da (re)produção de sementes crioulas para as mulheres no Oeste Catarinense**. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2009.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. **Agroecologia: teoria e prática para uma agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- ÁLVARO, M. C. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013.
- AMORÓS, C.; MIGUEL, A. de (Eds.). **Teoría Feminista: de la ilustración a la globalización**. Madrid: Minerva, 2005.
- AVILA, R. **Conheça os 17 ODS da ONU: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a Agenda 2030**. Sustentabilidade Agora, 2021. Disponível em: https://sustentabilidadeagora.com.br/17-ods-da-onu-agenda-2030/?gad_source=1&gad_campaignid=22904572075&gbraid=0AAAAA9WvcO8OxpOcJmPH4ymmKr3RiSErQ&gclid=CjwKCAjw_-3GBhAYEiwAjh9fUDxpRgVG2ZpO-s_pXppkHdaZDj8W2kKEKOPh4FUNRvX1dQGNPkV2UhoCSykQAvD_BwE. Acesso em: 15 ago.2025.
- BARBA, E. D.; MONTEIRO, L. **Semeadoras: as faces do Movimento de Mulheres Camponesas no Oeste de Santa Catarina**. 2021. Trabalho de Conclusão do Curso na Graduação em Jornalismo – Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARRAGÁN, M. A. et al. Pensar a partir do Feminismo: Críticas e Alternativas ao Desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo: Elefante, 2016, p. 88-120.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.
- BETTO, F. Pelo aspecto religioso, porque as sementes devem ser patrimônio da humanidade? In: CARVALHO, H. M. de. **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003, p. 45-47.
- BONI, V. Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, Florianópolis, n. 34/35, p. 67-88, 2013.

BORDALO, C. A. Os caminhos da política: **o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco**, 2011, 155 p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial da União. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/ decreto/ d7794.htm. Acesso em: 20. ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.582, de 28 de junho de 2023**. Altera o Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e o Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, para dispor sobre comissões com atuação na agricultura orgânica. Diário Oficial da União. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/ decreto /d11582.htm. Acesso em: 20. ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial da União. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997**. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9456.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.711.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 01 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 20. ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015**. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os § 3º e § 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de

agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm. Acesso em: 19. ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Mapa da Segurança Pública**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/mapa-da-seguranca-publica-2024>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). **Recurso Especial nº 1.610.728/RS**. Recorrentes: Sindicato Rural de Sertão, Sindicato Rural de Santiago, Sindicato Rural de Passo Fundo e Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul. Recorrido: Monsanto Co. Relator(a): Ministra Nancy Andrighi. Brasília, 15 jun. 2016. STJ Eletrônico Consulta Processual, Brasília, 14 out. 2019. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?termo=0251316-44.2012.8.21.7000&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&chkordem=DESC&chMorto=MORTO>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1ª Turma). **Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.307.137/RS**. Recorrentes: Sindicato Rural de Passo Fundo, Sindicato Rural de Arvorezinha, Sindicato Rural de Giruá, Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, Sindicato Rural de Santiago e Sindicato Rural de Sertão. Recorrido: Monsanto Co. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 27 jan. 2021. STF Eletrônico Consulta Processual, Brasília, 25. fev. 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6085348>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **RNV 2024 – Relatório Nacional Voluntário**. Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/RNV_Brasil/RNV_Brasil%202024/portugues. Acesso em: 30 out. 2025.

CALAÇA, M. K. Feminismo camponês popular: integração de lutas. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 2023.

CAPORAL, F. R. (Coord.). **Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: MDA, 2007.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 9. ed. v. 2 São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2018.

CASTRO, J de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CIMA, J. I. Práticas Agroecológicas na Experiência do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina – MMC/SC: Possíveis contribuições enquanto

Esquerda no Século XXI. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 12, 2021, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2021.

CIMA, J. I.; COLLET, Z. Produção de autossustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa: o papel historicamente desempenhado pelas mulheres. In: BONI, V. et al. (Orgs.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**. Tubarão: Editora Copiart, 2015, p. 37-57.

CINELLI, C. **Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, 113 p., 2012.

CINELLI, C. Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de história na construção de novas relações. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 22, n. 34/35, p. 37-49, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v22i34/35>. Acesso em: 22 abr. 2025.

CHAUÍ, M. **O que é Ideologia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

COMERFORD, J. C. **Cultura e resistência camponesa**. In: Marcia Motta. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 151-157.

COSTA, L. C. A.; MELLO, L. I. A. **História antiga e medieval: da comunidade primitiva ao estado moderno**. São Paulo: Editora Scipione, 2006.

DREMINSKI, L. J. **Proteção das sementes crioulas indígenas como direito humano**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, 2011.

FAO. **Agricultura familiar em América Latina y el Caribe: recomendaciones de política**. Santiago, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/4/i3788s/i3788s.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FAO. **Histórias inspiradoras de mulheres rurais brasileiras são destaque em publicação da FAO**. FAO no Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1477254/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FAO. **The third report on the State of the world's plant genetic resources for food and agriculture**. Roma, 2025. Disponível em: <https://www.fao.org/cgrfa/topics/plant-genetic-resources/the-third-report-on-the-state-of-the-world-s-plant-genetic-resources-for-food-and-agriculture/en>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FERNANDES, G. B.; SILVA, A. C. de L.; MARONHAS, M. E. S.; SANTOS, A. da S. dos; LIMA, P. H. C. Fluxo transgênico: desafios para a conservação *on farm* de variedades crioulas de milho no Semiárido brasileiro. **Desenvolvimento e meio Ambiente**: UFPR, v. 61, p. 133-160, 2023.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

FERRO, C. A Mulher Latino Americana: A práxis e a Teologia da Libertação. In: TORRES, S. **A Igreja que surge da base**. São Paulo: Paulinas, 1982, p. 48-63.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GRAZIANO, X. **Opinião publicada no portal Poder 360**. 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opinioao/o-esquerdismo-verde-e-retrogrado-e-obscuran-tista-diz-xico-graziano>. Acesso em: 28 mar. 2025.

HECHT, S. A Evolução do Pensamento Agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002, p. 21-51

IBGE. **Censo Agro 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

IBGE. **Em 11 anos, a agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho**. Agência de Notícias, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho>. Acesso em: 24 mar. 2025.

IDIS. **O que são ODS e o que eles têm a ver com impacto social**. 2023. Disponível em: <https://www.idis.org.br/o-que-sao-ods-e-o-que-eles-tem-a-ver-com-impacto-social/>. Acesso em: 30 out. 2025.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Cicatrizes na floresta: evolução do garimpo ilegal na TI Yanomami em 2020**. 2021. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/cicatrizes-na-floresta-garimpo-avancou-30-na-terra-indigena-yanomami-em-2020>. Acesso em: 25 set. 2025.

IPEA. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: linha histórica e dados referenciais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

KAUFMANN, M. P. **Resgate, conservação e multiplicação da agrobiodiversidade crioula: um estudo de caso sobre a experiência dos guardiões das sementes crioulas de Ibarama (RS)**. 116 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, 2014.

KROTH, S. A. **Atalhos da luta: trajetórias e experiências das mulheres agricultoras e do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina – 1983-1993**. 168 p.

Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

LEÃO, M. (Org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome no Brasil. Brasília: ABRANDH, 2013.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LUNAMAR. Flores Guardiãs. In: REDE DE SEMENTES DA AGROECOLOGIA (ReSA). **Balaio das sementes crioulas: arte, cultura popular e agrobiodiversidade**. Produção de poesias, composições, músicas, pinturas e ensaios fotográficos: Paraná, 2022.

MACHADO, V. “**Não lutamos para sair da cozinha!**”: trabalho doméstico e feminismo no Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. A. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

MARKET RESEARCH INTELLECT. **Mercado de sementes transgênicas**. Site Oficial. Disponível em: <https://www.marketresearchintellect.com/product/global-transgenic-seeds-market-size-forecast/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MARTINE, G. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** Lua Nova, São Paulo, n. 23, p. 7-37, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/wg3RJCWfytyd5zJgbn8tVwS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04 abr. 2025.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do Neolítico à crise Contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MÉNDEZ, N. P. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. **Revista Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 5, p.51-63, 2005.

MS. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 10 ago. 2025.

MDA. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 265p.

MMC. **Site Oficial**. Disponível em: <http://mmcbrasil.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MMC. **Sementes da vida nas mãos das mulheres camponesas**. Site Oficial, 2007. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br>. Acesso em: 04 mai. 2025.

MMC. **Agroecologia, uma alternativa para a continuidade da vida**. Site Oficial: Folder, 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1trdVy-Wf1sLZKIDVXxT1e6Gd-EpRVW40/view>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MMC. **Movimento de Mulheres Agricultoras: 21 anos de organização em Santa Catarina**. Chapecó: MMC, 2004.

MMC. **Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação**. Passo Fundo: ANMC, 2007. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1GVt7TX5KsvtX449XQQX82H_AJeS5MXaz/view. Acesso em: 15 jun. 2025.

MMC. **Feminismo camponês e popular**. Site Oficial do MMC: Cartilha da ANMC, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1aadk_1WqxuLqh8CO9-xliN57hQVqF_3o/view. Acesso em: 15 jun. 2025.

MST. **Um terço do milho crioulo do semiárido está contaminado pelos transgênicos**. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/08/29/um-terco-do-milho-crioulo-do-semiarido-esta-contaminado-por-transgenicos/>. Acesso em 25 set.2025.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NOBRE, M. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In: BUTTO, A.; DANTAS, I.; HORA, K. **As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul**. Brasília: MDA, 2012, p. 41-118.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. Implicações dos transgênicos na sustentabilidade ambiental e agrícola. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, v.7, n.2, p. 481-491, 2000.

NORONHA, O. M. **De camponesa a “madame”: trabalho feminino e relações de saber no meio rural**. São Paulo: Loyola, 1986.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nações Unidas no Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 15. ago 2025.

PAULILO, M. I. **Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio**. Cadernos de Pesquisa, Florianópolis, n. 21, 2000.

PAULILO, M. I.; SILVA, C. B. da. **A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 399-417, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DHML44tptjz6Hq3vLmhWqBN/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PAULILO, M. I. S. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 927–940, 2010.

PERONI, N.; HANAZAKI, N. *Current and lost diversity of cultivated varieties, especially cassava, under swidden cultivation systems in the Brazilian Atlantic Forest. Agriculture, ecosystems and environment*, v. 92, p. 171–183, 2002.

PETERSEN, P.; SILVEIRA, L.; DIAS, E.; CURADO, F.; SANTOS, A. Sementes ou grãos? Lutas para desconstrução de uma falsa dicotomia. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 36-46, 2013.

PINTO, Z. **Caminhos Alternativos**. Cifra Club, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cifraclub.com.br/ze-pinto/1941597/letra/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

POLLI, O. **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.

PULEO, A. H. *Mujeres por un mundo sostenible. Dossiers Feministes, Cátedra de Estudios de Género de la Universidad de Valladolid*, Valladolid, n. 14, p. 09-19, 2010.

PULGA, V. L. et al. (Orgs.). **Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia**. Porto Alegre: Rede Unida, 2018.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS, A. C. C. et al. (Eds.). Contextualização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e na Embrapa. In: SANTOS, A. C. C. et al. (Eds.). **Pesquisa e inovação agropecuária na Agenda 2030**. Brasília: Embrapa, 2018, p. 13-24.

SANTOS, D. F. dos; ZIMMERMANN, S. A. O Movimento de Mulheres Camponesas na construção do feminismo camponês popular: protagonismo feminino, práticas feministas e história de luta. Dossiê: Feminismos na América Latina: Movimentos Sociais, Estado e Partidos Políticos. **Revista NORUS**, Pelotas v. 7, n. 11, p. 269-299, 2019.

SANTOS, G. R. dos. **Quintais produtivos e o papel das mulheres camponesas no fortalecimento da produção agroecológica: um estudo das experiências desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas – MMC/SC**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Laranjeira do Sul, 2021.

SARAVALLE, C. Y. Sementes Crioulas: estratégias de resistência camponesa na UNAIC (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu-RS). **Cadernos de Agroecologia**, Canguçu, v. 9, n. 4, 2014.

SEVERO, M. Estado e agronegócio no Brasil: a oficialização de uma imagística. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 1-32, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/167849442024v30n1e2024003.pt>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SHIVA, V. ***Protect or plunder? Understanding intellectual property rights***. London: Zed Books, 2001.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Traduzido por Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia. Transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, N. C. de A.; VIDAL, R.; COSTA, F. M.; VAIO, M.; OGLIARI, J. B. *Presence of Zea luxurians (Durieu and Ascherson) Bird in Southern Brazil: Implications for the Conservation of Wild Relatives of Maize*. **PLoS ONE**, China: Henan Agricultural University, v.10, n. 10, p.1–16, 2015.

SOARES, M. N.; BEZERRA, E. V.; BRASIL, I. F. A. 2020. Da criação de árvores alimentadas com dióxido de carbono como uma forma de amenizar a poluição atmosférica. In: REZENDE, E. N.; ESTANISLAU F. N.; JUNIOR, J. B. de V.; ANDRADE, R. C. (Orgs.). **Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente: Diálogos e Tendências**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2020, p. 433-450.

STF. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023.

VIA CAMPESINA. **Women of Via Campesina International Manifesto**. Site Oficial, 2013. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/2013/07/women-of-via-campesina-international-manifesto-2/>. Acesso em: 24 de mar. de 2025.

VIA CAMPESINA. **Global Forum for Food and Agriculture: La Via Campesina defends seed diversity, calls for stricter regulation of genetic engineering**. Site Oficial, 2023. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/2023/01/global-forum-for-food-and-agriculture-berlin-la-via-campesina-defends-seed-diversity-and-calls-for-stricter-regulation-of-genetic-engineering/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

VOLTAIRE, F. M. A. **Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas**. Tradução de Paulo Neves. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WEZEL, A. et al. **Agroecology as a science, a movement and a practice. A review**. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 29, p. 503-515, 2009.

ZANETTI, C; MENASCHE, R. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, R. **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

APÊNDICE A – Questionário utilizado na pesquisa de campo no movimento de mulheres camponesas do planalto norte catarinense



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)
MESTRADO PROFISSIONAL EM AGROECOLOGIA – PROFAGROEC/UEM**

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

TAMANHO DA PROPRIEDADE:	
SEÇÃO 1 – COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
NOME:	
IDADE:	PARENTESCO:
GRAU DE INSTRUÇÃO:	
NOME:	
IDADE:	PARENTESCO:
GRAU DE INSTRUÇÃO:	
NOME:	
IDADE:	PARENTESCO:
GRAU DE INSTRUÇÃO:	
NOME:	
IDADE:	PARENTESCO:
GRAU DE INSTRUÇÃO:	

SEÇÃO 2- USO DA TERRA E PRÁTICAS PRODUTIVAS	
VOCÊ UTILIZA ALGUM PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL OU ESTADUAL PARA AJUDAR SUAS PLANTAÇÕES? (PRONAF, DESENROLA RURAL OU OUTRO SUBSÍDIO?)	☐ SIM ☐ NÃO EXPLIQUE POR QUE NÃO UTILIZA.
QUANTOS CULTIVOS E CRIAÇÕES HÁ NA PROPRIEDADE COM A FINALIDADE DE GERAR RENDA?	☐ NENHUM ☐ ATÉ DOIS ☐ DE TRÊS A CINCO ☐ MAIS DE CINCO ESPECIFICAR O QUE MARCAR:
QUAIS DESTES INSUMOS SÃO ADQUIRIDOS COM CUSTO?	☐ FERTILIZANTES QUÍMICOS ☐ FERTILIZANTES ORGÂNICOS ☐ SEMENTES
DE QUE FORMA É COMERCIALIZADA A SUA PRODUÇÃO?	<u>INDIVIDUAL:</u> ☐ PARA INTERMEDIÁRIAS ☐ DIRETO AO CONSUMIDOR ☐ MERCADO INSTITUCIONAL <u>COLETIVA</u> ☐ PARA INTERMEDIÁRIAS ☐ DIRETO AO CONSUMIDOR ☐ MERCADO INSTITUCIONAL
QUEM DOS MORADORES DA PROPRIEDADE TRABALHA FORA DA	☐ MARIDO ☐ FILHOS ☐ OUTROS

UNIDADE PRODUTIVA PELO MENOS 3 MESES POR ANO?	
UTILIZA ALGUMA ADUBAÇÃO QUÍMICA DO SOLO NOS CULTIVOS?	☐ NÃO ☐ SIM ☐ DE VEZ EM QUANDO ☐ SEMPRE
COMPRA SEMENTES CERTIFICADAS OU SELECIONADAS NO CULTIVO PARA COMERCIALIZAÇÃO?	☐ NÃO ☐ SIM ☐ DE VEZ EM QUANDO ☐ SEMPRE
UTILIZA ALGUM TIPO DE IRRIGAÇÃO NO CULTIVO DOS ALIMENTOS?	☐ USA O CONVENCIONAL ☐ NÃO USA ☐ DE GOTEJAMENTO
COMO É A ALIMENTAÇÃO DAS CRIAÇÕES?	☐ NÃO POSSUI ANIMAIS ☐ USA RAÇÃO PRODUZIDA NA PROPRIEDADE ☐ USA RAÇÃO INDUSTRIALIZADA ☐ USA RAÇÃO INDUSTRIALIZADA E COMPLETA COM RAÇÃO PRODUZIDA NA PROPRIEDADE
TEM ACESSO AOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS PÚBLICOS? EMATER, UDR, EPAGRI, ETC.	☐ NÃO TEM ☐ SIM, UMA VEZ AO ANO ☐ ATÉ DUAS VEZES AO ANO ☐ SEMPRE QUE NECESSITA
TEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRIVADA POR PARTE DOS VENDEDORES DE INSUMOS?	☐ NÃO TEM ☐ SIM, UMA VEZ AO ANO ☐ ATÉ DUAS VEZES AO ANO ☐ SEMPRE QUE NECESSITA

FAZ COMPOSTAGEM?	☐ NÃO FAZ ☐ SIM, E UTILIZA NA PRODUÇÃO QUE COMERCIALIZA E QUE CONSOME
FAZ BIOFERTILIZANTE?	☐ SIM ☐ NÃO
QUAL É O PERCENTUAL DE SEMENTES UTILIZADAS NA PLANTAÇÃO QUE SÃO PRODUZIDAS NA PROPRIEDADE?	☐ DE 1% ATÉ 15% ☐ DE 15% ATÉ 30% ☐ DE 30% ATÉ 50% ☐ MAIS QUE 50%
UTILIZA ALGUM TIPO DE AGROTÓXICO NA PROPRIEDADE?	☐ NÃO UTILIZA ☐ SIM, EM ALGUM CULTIVO ☐ DE VEZ EM QUANDO ☐ SE UTILIZA ESPECIFIQUE EM QUE:
QUAL É O DESTINO, NA PROPRIEDADE, DOS DEJETOS DOS ANIMAIS?	ESPECIFIQUE ONDE É UTILIZADO:
O LIXO PRODUZIDO NA PROPRIEDADE: QUAL É O DESTINO DELE?	<u>SEPARA:</u> ☐ SIM, ORGÂNICO E SECO SÃO SEPARADOS- JOGA O SECO NOS ARREDORES ☐ SIM, ORGÂNICO E SECO SÃO SEPARADOS – QUEIMA O SECO ☐ SIM, ORGÂNICO E SECO SÃO SEPARADOS – COLOCA NA LIXEIRA PARA QUE A PREFEITURA FAÇA O RECOLHIMENTO. <u>NÃO SEPARA:</u>

	☐ JOGA NOS ARREDORES ☐ QUEIMA ☐ ENTERRA ☐ COLOCA TUDO JUNTO PARA QUE FAÇAM O RECOLHIMENTO PELA PREFEITURA.
--	---

SEÇÃO 3 - PARTICIPAÇÃO NO MMC E PAPEL COMO GUARDIÃ DE SEMENTES

- 1) NOME:
- 2) IDADE:
- 3) COMO VOCÊ GOSTARIA DE SER IDENTIFICADA NA PESQUISA?
- 4) SUA FAMÍLIA É DE ORIGEM CAMPONESA?
- 5) COMO COMEÇOU A PARTICIPAR DO MMC?
- 6) PARTICIPA OU JÁ PARTICIPOU DE OUTRO MOVIMENTO FEMININO CAMPONÊS?
- 7) QUANTAS VEZES AO ANO, PARTICIPA DAS REUNIÕES REALIZADAS NO MMC?
- 8) COMO SUA COMUNIDADE E SEUS VIZINHOS ENXERGAM SUA PARTICIPAÇÃO NO MMC?
- 9) JÁ COLETAVA, GUARDAVA E PLANTAVA SEMENTES CRIOULAS ANTES DE CONHECER O MMC?
- 10) O QUE MUDOU EM SUAS ATIVIDADES, NA UNIDADE DE PRODUÇÃO, DEPOIS QUE COMEÇOU A PARTICIPAR DO MMC?
- 11) VOCÊ SE CONSIDERA UMA GUARDIÃ DE SEMENTES CRIOULAS? O QUE SIGNIFICA PARA VOCÊ SER UMA GUARDIÃ DE SEMENTES CRIOULAS?
- 12) JÁ TEVE DIFICULDADES EM ACESSAR AS EMENTAS CRIOULAS? POR QUÊ?
- 13) JÁ PERDEU VARIEDADES DE SEMENTES CRIOULAS POR ALGUM MOTIVO? QUAL?
- 14) VOCÊ PERCEBE A DIFERENÇA ENTRE O CULTIVO DAS PLANTAS E AS SEMENTES CRIOULAS?
- 15) QUAIS TIPOS DE SEMENTES CRIOULAS VOCÊ MAIS MANIPULA?
- 16) QUAIS VARIEDADES DE PLANTAS EXISTEM EM SUA UNIDADE DE PRODUÇÃO QUE SÃO ORIGINÁRIAS DAS SEMENTES CRIOULAS?
- 17) ESSAS VARIEDADES SÃO DESTINADAS A QUÊ? (CONSUMO PRÓPRIO, COMERCIALIZAÇÃO, TROCA, ETC.)
- 18) VOCÊ CULTIVA OUTRAS PLANTAS PARA SEU AUTOSSUSTENTO? QUAIS?
- 19) QUAL A ORIGEM DAS SEMENTES? SUA PRODUÇÃO É AGROECOLÓGICA OU ORGÂNICA?
- 20) QUAIS ESPAÇOS SÃO UTILIZADOS PARA A TROCA OU VENDA DE SEMENTES CRIOULAS? VOCÊ PARTICIPA DE FEIRAS E DE ENCONTROS DE TROCAS DE SEMENTES? QUAIS?
- 21) QUAL É O PROCEDIMENTO UTILIZADO PARA A ARMAZENAGEM DAS SEMENTES CRIOULAS?

- 22) AS SEMENTES CRIOULAS QUE SÃO SEPARADAS POR VOCÊ SÃO TODAS UTILIZADAS NA PRODUÇÃO DE AUTOSSUSTENTO?
- 23) QUAIS PRODUTOS VOCÊ COSTUMA COMPRAR FORA DA PROPRIEDADE? COMO VÊ O CONSUMO DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS HOJE?
- 24) COMO VOCÊ SE DESCREVE HOJE COMO MULHER CAMPONESA E GUARDIÃ DE SEMENTES CRIOULAS? QUAL A IMPORTÂNCIA DESSE TRABALHO PARA O FUTURO?
- 25) DESCREVA COMO É SER UMA GUARDIÃ DE SEMENTES CRIOULAS DENTRO DO MMC, CONTRIBUINDO PARA A PRESERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS E PARA A DISSEMINAÇÃO DA AGROECOLOGIA.
- 26) O QUE VOCÊ GOSTARIA DE ENSINAR ÀS GERAÇÕES FUTURAS SOBRE AS SEMENTES CRIOULAS?

SEÇÃO 4 – PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO, COMUNIDADE E AUTONOMIA

- 27) VOCÊ PERCEBE A DIFERENÇA ENTRE O SEU TRABALHO E A FORMA COMO SUAS FILHAS FAZEM HOJE?
- 28) COMO SE DIVIDEM AS TAREFAS ENTRE OS MEMBROS DA FAMÍLIA DENTRO E FORA DA CASA?
- 29) VOCÊ PERCEBE UMA DIVISÃO DE TAREFAS ENTRE HOMENS E MULHERES DENTRO DE SUA PROPRIEDADE? COMO ISSO AFETA SEU DIA A DIA?
- 30) QUAL A OPINIÃO DE SUA FAMÍLIA SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO NO MMC?
- 31) NA SUA OPINIÃO, O TRABALHO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR É VALORIZADO? POR QUÊ?
- 32) O QUE ACHA QUE AINDA PRECISA SER MELHORADO PARA QUE AS MULHERES SEJAM MAIS VALORIZADAS NO CAMPO?
- 33) AS DECISÕES SÃO TOMADAS EM CONJUNTO ENTRE OS MEMBROS DA FAMÍLIA? A SUA OPINIÃO É OUVIDA?
- 34) QUAIS DIFICULDADES VOCÊ ENFRENTA COMO MULHER DO CAMPO?

SEÇÃO 6 – ECONOMIA DOMÉSTICA E CONSUMO

- 35) QUAL A PRINCIPAL FONTE DE RENDA DA FAMÍLIA?
- 36) QUAL O MAIOR GASTO MENSAL?
- 37) A RENDA OBTIDA COM A PRODUÇÃO DE SEMENTES TRADICIONAIS OU CRIOULAS CONTRIBUI PARA O ORÇAMENTO FAMILIAR?

APÊNDICE B – Relatório do Guia dos direitos e práticas para as Guardiãs do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

1. INTRODUÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO

O presente Relatório Técnico tem como objetivo apresentar o processo de elaboração, construção e fundamentação do Guia dos Direitos e Práticas para as Guardiãs de Sementes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), instrumento desenvolvido para fortalecer a autonomia sociopolítica, técnica e jurídica das mulheres que preservam e manejam sementes crioulas. O desenvolvimento deste Guia parte do entendimento de que as sementes tradicionais ou crioulas são bens comuns, patrimônio biocultural, e elementos centrais para a soberania alimentar e para os sistemas agroecológicos.

Como afirma Miguel Altieri (2012, p. 28-31), a conservação da agrobiodiversidade depende diretamente das práticas de agricultoras e agricultores tradicionais, que mantêm a diversidade genética por meio de seus sistemas locais de manejo, seleção e circulação de sementes.

A relevância do desenvolvimento do Guia Prático está inserida no contexto das lutas históricas do MMC, que atua na defesa do campesinato, na construção da autonomia das mulheres e na manutenção das sementes como herança coletiva. O avanço dos monocultivos, a dependência de sementes industriais, o risco de contaminação genética e a erosão dos conhecimentos tradicionais configuram um cenário de ameaças que exige instrumentos de fortalecimento político, técnico e jurídico. Segundo Juliana Santilli (2009, p. 136-137), os agricultores e agricultoras tradicionais são guardiões da biodiversidade e “detentores de direitos originários sobre seus saberes e práticas”, devendo ser protegidos contra a apropriação indevida e a perda dos recursos genéticos que conservam.

A construção deste produto técnico está alinhada às diretrizes formativas do Mestrado Profissional em Agroecologia, entendendo a agroecologia como ciência transdisciplinar, prática social e movimento político. Consoante afirma Sevilla Guzmán (2013), a agroecologia possui caráter emancipatório e deve promover o protagonismo das comunidades rurais na gestão de seus territórios e bens comuns. Assim, o Guia busca responder às demandas concretas das guardiãs, integrando saberes locais, práticas comunitárias e diretrizes jurídicas, de modo a fortalecer protocolos de manejo,

estratégias de proteção e mecanismos de acesso às políticas públicas, especialmente ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e aos instrumentos de apoio às sementes crioulas.

Ao desenvolver a formulação do Guia, buscou-se fortalecer o conhecimento técnico e jurídico das mulheres guardiãs de sementes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), por meio de informações e saberes, práticas agroecológicas e instrumentos legais, visando a defesa das sementes tradicionais ou crioulas enquanto bem comum e patrimônio cultural.

As sementes tradicionais ou crioulas, hoje reconhecidas por lei como sementes, proporcionam aos agricultores maior autonomia no campo, pois estes podem usar, multiplicar, trocar e doar tais sementes sem necessidade de registro (BRASIL, 2003). Com essa abertura, o desenvolvimento do Guia reconhece e valoriza o papel exercido pelas guardiãs do MMC, ajuda na informação de práticas seguras de manejo, conservação, armazenamento e criação de um banco caseiro de sementes, que de acordo com Catiane Cinelli (2012, p.5), são ações que empoderam as mulheres do campo e proporcionam visibilidade ao trabalho das mesmas.

A elaboração deste Guia resultou de um processo metodológico qualitativo e participativo, construído em diálogo direto com as guardiãs de sementes do MMC, do Planalto Norte Catarinense. O trabalho envolveu momentos de escuta, trocas de experiências, oficinas e observação das práticas produtivas nas unidades familiares, permitindo compreender de forma aprofundada as dinâmicas de conservação, partilha e manejo das sementes tradicionais. As informações coletadas foram posteriormente analisadas e sistematizadas de acordo com procedimentos científicos adequados à pesquisa social aplicada, garantindo rigor, coerência e relevância ao produto técnico apresentado.

Dessa forma, este Relatório Técnico apresenta o contexto, os fundamentos, os procedimentos e as escolhas metodológicas que orientaram a elaboração do Guia, demonstrando sua pertinência para o fortalecimento das mulheres camponesas e para a defesa dos sistemas de sementes crioulas no campo da Agroecologia.

Alinhando-se a pesquisa aos requisitos do Mestrado Profissional em Agroecologia, segue a introdução do presente relatório, dividida em 03 (três) partes.

1.1. Contextualização e Justificativa do Problema

O presente relatório técnico-científico tem por objeto detalhar a concepção e o desenvolvimento do produto final da pesquisa de Mestrado Profissional em Agroecologia, intitulado “Guia de Direitos e Práticas para as Guardiãs do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)”, com foco no Planalto Norte Catarinense. O referido Guia visa promover o fortalecimento da conservação e da preservação de sementes tradicionais (crioulas), que são o alicerce da soberania e da segurança alimentar das famílias camponesas. A relevância deste trabalho se manifesta na necessidade de traduzir a complexa legislação pertinente ao tema (incluindo a Lei de Sementes, as políticas de Agricultura Familiar e as normas de Previdência Social) em um instrumento prático e acessível, garantindo o pleno exercício da cidadania e dos direitos legais das guardiãs.

1.2. Objetivos da Pesquisa e do Produto Técnico

O objetivo central desta pesquisa é analisar o contexto da conservação de sementes e o papel das mulheres camponesas. Consequentemente, o objetivo do produto técnico é o desenvolvimento de um Guia que funcione como ferramenta de empoderamento e informação, assegurando que as guardiãs do MMC tenham o conhecimento necessário para: a) aprimorar suas práticas agroecológicas de manejo de sementes; e b) exercer seus direitos e benefícios legais em função de sua atividade. A natureza interdisciplinar do Guia, ao conciliar a Agroecologia com o Direito Agrário, é reforçada pela participação do Coorientador, Prof. Dr. Marcelo Negri Soares, cuja notória expertise em Ciências Jurídicas garante a precisão e a adequação da orientação sobre os direitos legais das guardiãs.

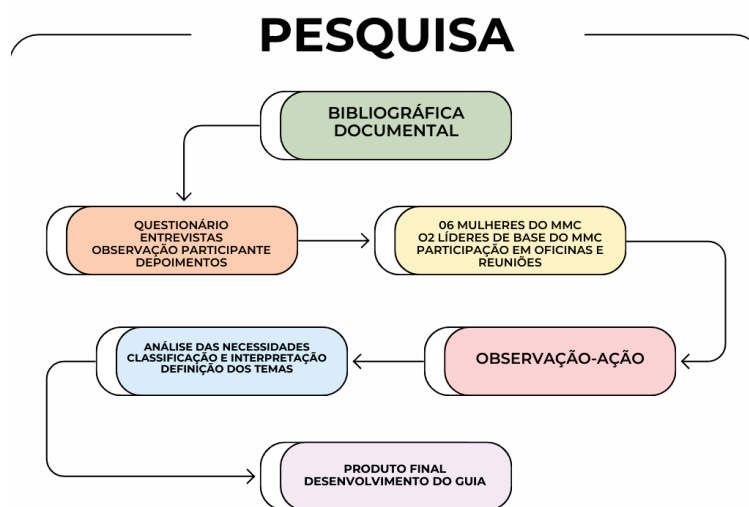
1.3. Metodologia e Caráter Aplicado

A elaboração do Guia baseou-se na metodologia qualitativa e participativa, com foco na pesquisa-ação, que, conforme Michel Thiollent (2011, p. 14), não é a mesma coisa que pesquisa participante, pois, além da participação, a pesquisa-ação, conforme o próprio nome esclarece, envolve uma ação planejada de caráter social, educacional ou técnico, para a qual muitas vezes não se encontram respostas apenas

na pesquisa participante. O desenvolvimento metodológico envolveu escutas, rodas de conversa, oficinas e análise de práticas de campo em suas unidades de produção.

A interpretação e sistematização das informações seguiram a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2009), permitindo organizar categorias como conservação, partilha, contaminação e direitos das guardiãs. A análise documental seguiu as orientações de André Cellard (2012), com rigor crítico e contextualizado, especialmente ao examinar legislações e marcos normativos sobre agrobiodiversidade, sementes e povos tradicionais. Com a utilização da triangulação metodológica, conforme Flick (2009), a pesquisa não se limitou a um único método, teoria ou fonte de dados, possibilitando o confronto das informações, com a finalidade de minimizar riscos e aumentar a credibilidade, combinando narrativas das guardiãs, literatura especializada e marcos normativos, garantindo retidão, coerência e relevância social ao produto técnico.

O fluxograma representado abaixo apresenta as etapas do desenvolvimento da pesquisa:



Fonte: O Autor (2025).

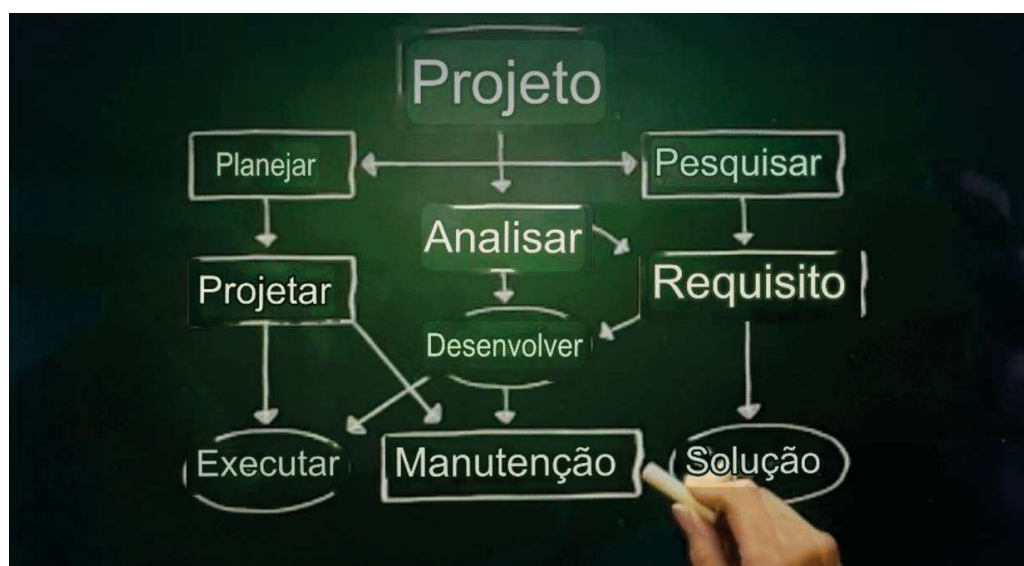
Para tal fim, a coleta de dados primários se deu por meio de entrevistas semiestruturadas e de grupos locais com as 06 guardiãs do Movimento de Mulheres Camponesas, permitindo a identificação das necessidades e do perfil de conhecimento da população investigada. A análise dos dados qualitativos foi realizada com o apoio de técnicas sistemáticas de tratamento de conteúdo, possibilitando a

construção das categorias e a estruturação do teor do Guia de maneira a garantir que o produto atenda diretamente às demandas práticas e informacionais da comunidade.

Durante a exploração do material coletado, que consistiu na separação das entrevistas em partes, chegou-se à definição dos temas propostos para desenvolver o Guia de Práticas. Essa pré-análise, segundo Bardin (2009, p. 39), “é um método que categoriza a pesquisa em espécies de gavetas, que permitem a classificação da mensagem que se espera”. Como o grupo pesquisado era pequeno, cada fala, ou depoimento, foi validada como um interesse de todo o grupo, em que inquietações e relevância de falas e discursos foram escolhidas para representar os temas a serem discutidos no Guia Prático.

Nessa etapa, a metodologia utilizada foi de caráter aplicado e exploratório-descritivo, fundamentada na pesquisa participativa, essencial para o engajamento e a validação do conhecimento junto às comunidades. Conforme Gil (2019), a pesquisa exploratória busca proporcionar maior familiaridade com o problema, enquanto a pesquisa descritiva tem por objetivo caracterizar, analisar e registrar as particularidades do fenômeno estudado. Já Michel Thiollent (2011) destaca que a pesquisa participativa envolve a atuação direta dos sujeitos sociais na produção do conhecimento, integrando a análise e a ação coletiva.

Abaixo está um demonstrativo das etapas de elaboração de um projeto.



Fonte: Rede de Internet.

Por ser uma pesquisa qualitativa participativa, buscou-se ter o cuidado de não distorcer as informações e de ser coerente com as opiniões, depoimentos e

entrevistas, para que o produto final – Guia Prático – pudesse atender às demandas das Mulheres Camponesas do Movimento de Mulheres do MMC, do Planalto Norte Catarinense.

2. PRODUTO DA PESQUISA: DETALHAMENTO DO GUIA TÉCNICO

A propositura do produto final, resultado da pesquisa, foi a elaboração de um Guia de Direitos e Práticas para as guardiãs de sementes tradicionais ou crioulas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), organização que atua na luta pela vida, pela justiça e por dias melhores no campo, em formato impresso e *on-line*.

O material servirá para divulgar as atividades que envolvem o trabalho como guardiãs de sementes, com informações às mulheres camponesas, militantes ou não do MMC, com o propósito de que novas guardiãs de sementes crioulas venham a participar dessa relevante tradição que é conservar e preservar as sementes usadas na alimentação diária.

Dentro desse contexto, tornar-se-á pública e divulgada a pesquisa realizada com as mulheres camponesas do MMC do Planalto Norte Catarinense, proporcionando que o Guia técnico seja distribuído em escolas de ensino, feiras, e em eventos de trocas de sementes, de produtos orgânicos e agroecológicos. Como estratégia de resultados, a validação será realizada apenas com as guardiãs do MMC (amostra pesquisada), e a distribuição ao público externo (escolas, feiras) será a fase de aplicação/extensão do produto, e não a de validação.

Através da Portaria nº 47/1995 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – institui-se o Mestrado Profissional como uma modalidade de Pós-Graduação *stricto sensu*, que, de acordo com o Ministério da Educação e Cultura – MEC – são cursos de graduação em mestrado e doutorado que têm por objetivo a qualificação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, e visam atender as demandas sociais, econômicas e organizacionais da sociedade. Atualmente, os mestrados profissionais são regulamentados pela Portaria CAPES nº 60/2019 (BRASIL, 2019).

Nos termos da Portaria 60/2019, artigo 11, os trabalhos de conclusão dos cursos profissionais devem atender às demandas da sociedade alinhados aos objetivos do programa, adotar a metodologia científica, seguir os princípios da ética, além de facilitar a transferência do conhecimento sempre visando o desenvolvimento.

De acordo com a CAPES, os mestrados profissionais precisam gerar produtos, com base na pesquisa, que possam ser aplicados na comunidade pesquisada, além de serem validados posteriormente, trazendo, assim, uma proposta de articulação entre a teoria e a prática no campo da profissionalização.

O Guia de Direitos e Práticas para as Guardiãs do MMC será direcionado à comunidade de mulheres camponesas do MMC ou participantes de outros movimentos sociais rurais, bem como para a comunidade externa que demonstre interesse sobre as sementes tradicionais ou crioulas, pois o Guia aborda questões relevantes em relação à conservação das sementes em todas as fases (o plantio, colheita, secagem, armazenagem e durabilidade das sementes) que são cuidadas em bancos de sementes caseiros que cada guardiã mantém em sua unidade de produção.

A proposta de um produto técnico, como um Guia de Direitos e Práticas para as Guardiãs do MMC, surgiu a partir da verificação da necessidade informacional acerca das legislações que amparam o universo referente às sementes tradicionais ou crioulas e sobre as políticas públicas que podem ser acessadas pela guardiã e pela produtora de alimentos com sementes crioulas. Esta proposta vai de encontro ao objetivo de contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável e o autossustento alimentar na comunidade pesquisada, motivando outras mulheres camponesas a fazer um quintal produtivo, voltar a ter uma horta e um “cantinho” com ervas medicinais, e, dessas plantas, extrair as sementes; despertando e disseminando, assim, o interesse em conhecer e aprender o processo das guardiãs, levando a uma consciência ambiental aliada à transformação e conservação desses saberes.

O Guia de Direitos e Práticas para as Guardiãs do MMC apresenta um texto de fácil entendimento e autoexplicativo, com linguagem simples e coloquial que eliminam as barreiras impostas pela tecnicidade do tema, contribuindo efetiva e consideravelmente para a acessibilidade e entendimento dos conhecimentos transmitidos pelas guardiãs pesquisadas.

Cada página contém um texto e apresenta uma imagem real, extraída de fotos coletadas na pesquisa de campo. Com esse produto, as mulheres camponesas e demais agentes interessados aprenderão, com muito mais autonomia e segurança, como ser uma guardiã(o) de sementes.

Nesse contexto, o Guia Prático torna-se uma ferramenta para oportunizar e integrar a comunidade local às questões como a preservação do meio ambiente de maneira sustentável, com uma produção alimentar que utiliza técnicas limpas de manejo; além de transmitir saberes e conhecimentos que os agricultores familiares e camponeses carregam por gerações. Além de contribuir para a reflexão crítica acerca da conservação e preservação das sementes tradicionais ou crioulas e sobre como elas têm mudado regiões e cenários de fome, possibilitando a produção de alimentos em qualquer “pedacinho” de terra.

Os mestrados profissionais permitem o desenvolvimento de pesquisas aplicadas que envolvam um senso crítico sobre determinado assunto, vivido dentro da pesquisa realizada. Rita Caregnato e Regina Mutti (2006) descrevem que, na pesquisa aplicada, deve-se analisar as problemáticas e dificuldades que se manifestam na realidade da comunidade pesquisada, considerando a experiência do pesquisador e privilegiando metodologias que promovam a participação e a colaboração da amostra.

Respeitando tal perspectiva, o Guia de Direitos e Práticas para as Guardiãs do MMC, é um produto desenvolvido a partir de pesquisa com caráter aplicado e exploratório-descritivo, utilizando metodologia participativa, conforme a abordagem de Rita Caregnato e Regina Mutti (2006), e Antônio Carlos Gil (2008), sendo uma proposta dinâmica e interativa que valoriza a participação das mulheres camponesas na guarda das sementes tradicionais ou crioulas, proporcionando a elas a preservação e transmissão do conhecimento, e disseminando os saberes a outras guardiãs.

A natureza e abrangência do produto técnico, Guia de Direitos e Práticas, são diretamente influenciadas pela interdisciplinaridade da pesquisa. A inclusão de temas como Lei de Sementes, Legislação Agrária e Previdência Social justifica-se e é tecnicamente robustecida pela participação do Coorientador, Prof. Dr. Marcelo Negri Soares, cuja indubitável expertise em Ciências Jurídicas garante a precisão e a adequação da orientação sobre os direitos e a cidadania das guardiãs do MMC.

Segundo Gil (2008), de acordo com os objetivos gerais das pesquisas, é possível classificá-las em três níveis: exploratórias, descritivas e explicativas. As pesquisas de caráter exploratório têm como finalidade principal “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

O referido autor ensina que as pesquisas descritivas e exploratórias são as mais utilizadas pelos pesquisadores de campo que se preocupam com a atuação prática.

Ao longo do Guia, são apresentados temas atuais e questionamentos sobre a conservação das sementes tradicionais ou crioulas, abordando a importância da informação sobre os direitos e as legislações que as amparam, bem como a necessidade de perpetuar espécies cada vez mais suscetíveis a serem contaminadas, transformadas, e, em muitos casos, até extintas. Discutem-se as legislações e políticas públicas à disposição das mulheres camponesas, abordando e informando no que se refere aos seus direitos sociais como cidadãs, e sobre onde buscar a aposentadoria rural e outros benefícios que dizem respeito a quem faz parte da agricultura familiar e camponesa.

O desenvolvimento das primeiras páginas do Guia apresenta depoimentos e informações sobre as guardiãs, as legislações e a forma de conservação e preservação das sementes no cotidiano dos bancos caseiros, tendo como base as legislações existentes sobre sementes e mudas, bem como pesquisas que retratam a problemática da contaminação e perda de sementes por mutações genéticas, que vem ocorrendo em plantações com sementes crioulas por todo o país. As legislações tratadas no Guia foram: A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Lei 8.213/1991 – Lei dos Benefícios da Previdência Social, Lei 10.711/2003 – Lei das Sementes e Mudas, Lei 11.326/2006 – Lei da Agricultura Familiar, Lei 11.947/2009 – Lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Lei 14.628/2023 Lei do Programa de Aquisição de Alimentos, e o Decreto nº 11.582/2023 – que retoma a PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) com o incentivo do uso de sementes crioulas.

O objetivo do Guia de Direitos e Práticas para as Guardiãs do MMC é transmitir, de forma clara e acessível, por meio de uma ferramenta prática e útil, informações relevantes sobre direitos, legislação e políticas públicas que envolvem o tema, a fim de que mais mulheres possam proteger as sementes e fortalecer a agroecologia em suas comunidades.

Portanto, o material desenvolvido servirá para a disseminador do conhecimento e dos saberes das guardiãs de sementes, permitindo que novas agricultoras sejam impactadas, aumentando o número de guardiãs e consequentemente promovendo a soberania alimentar tanto no meio rural quanto nas cidades, com o plantio de alimentos provenientes de suas próprias sementes.

O Guia foi criado de forma interativa e dinâmica, com um visual que facilita a compreensão do conteúdo e chama a atenção do leitor para o tema. A fim de alcançar esse propósito, foram utilizados textos mais curtos, além da inclusão de gravuras e cores que remetam ao MMC e às camponesas. Ao todo, são 30 páginas, nas quais se encontram vários títulos tabulados em um sumário.

No layout do guia, foram utilizadas cores e imagens que são do cotidiano das camponesas, tendo como referencial o MMC e a paleta de cores que remetem ao aconchego e serenidade, os temas foram trazidos por conta das necessidades que as mulheres camponesas colocavam em cada encontro da pesquisa, sabendo que a divulgação da informação feita através do Guia poderá ajudar a comunidade pesquisada, que é pautada ainda em uma agricultura convencional como a fumicultura, a refletir mais sobre preservação ambiental, sustentabilidade, alimentação saudável e de qualidade, bem como sobre as leis existentes que amparam o agricultor familiar e camponês.

Os temas foram catalogados para ampliar as informações sobre as guardiãs de sementes tradicionais ou crioulas e, assim, instrumentalizar a comunidade pesquisada nas práticas de conservação e preservação de sementes que muitas agricultoras já praticam, mesmo sem a consciência da importância e da relevância de seu trabalho para as futuras gerações.

No contexto dos mestrados profissionais, no referente à avaliação, aplicação e validação do produto técnico criado, no primeiro momento serão analisados pela Banca de defesa final; após será implementada a publicação e distribuição do material, tanto em forma impressa como na forma *on-line*, e colocado à disposição do grupo de base do MMC do Planalto Norte Catarinense, para que as guardiãs possam ter o material e usá-lo como fonte de divulgação e informação do trabalho realizado.

O presente Guia foi desenvolvido com o objetivo de promover uma reflexão sobre as necessidades identificadas e dialogadas com a amostra participante da pesquisa, a fim de informar melhor sobre o que é ser uma guardiã de sementes, como se tornar uma guardiã, como desenvolver esse trabalho e as legislações pertinentes, e como manter seu banco de sementes, bem como os cuidados ao coletar, armazenar e cuidar do banco caseiro de sementes crioulas.

Após a avaliação e validação do Guia, será feita a aplicação do mesmo, onde será apresentado na próxima reunião do MMC no Planalto Norte Catarinense, levando o produto impresso para distribuição entre as camponesas e visitantes, encaminhando

às líderes do MMC a versão *on-line* para que possam compartilhar via *e-mail* ou *WhatsApp* com outras pessoas interessadas, e permitindo que se faça a impressão do mesmo quando forem efetuar visitas em escolas do Ensino Fundamental e Médio levando informação sobre as sementes tradicionais ou crioulas, bem como em feiras e eventos de trocas de sementes crioulas.

O que se espera do Guia desenvolvido vai além do exigido pelo mestrado profissional ao almejar que o material traga novas reflexões, questionamentos, trocas de experiências, desenvolvimento sustentável e mudanças perceptíveis na comunidade e nas próximas gerações, no que se refere ao plantio agroecológico e orgânico de alimentos nos quintais produtivos e pequenas hortas, trazendo uma alimentação mais equilibrada e saudável, além do primordial que é a conservação e preservação do conhecimento dessas mulheres camponesas, agricultoras rurais, que guardam sementes e saberes por décadas.

O desejo é que mais mulheres possam continuar desenvolvendo a coleta e conservação de sementes crioulas e que seja aumentado significativamente o número de sementes produzidas, para que a agricultura familiar possa se desenvolver e ter a liberdade de produzir com as suas próprias sementes; que essas agricultoras possam continuar se informando e caminhando sempre em direção ao exercício da visibilidade como guardiãs de sementes e como cidadãs, usufruindo de todos os direitos das leis postas e das políticas públicas que as beneficiam.

3. CONCLUSÃO

O presente relatório confirma a conclusão exitosa do produto técnico "Guia de Direitos e Práticas para as Guardiãs do MMC", resultado direto de uma pesquisa aplicada e exploratória-descritiva. O Guia cumpre com seu objetivo de ser uma ferramenta de empoderamento, promovendo a articulação inédita entre as práticas de conservação de sementes crioulas e o acesso aos direitos legais (Lei de Sementes, Previdência) essenciais à soberania e à segurança alimentar camponesa. A relevância da pesquisa reside em sua efetiva contribuição social, ao fornecer às guardiãs do Movimento de Mulheres Camponesas um instrumento prático que visa reduzir a vulnerabilidade jurídica e fortalecer o exercício da cidadania no Planalto Norte Catarinense. Desta forma, o produto demonstra a plena aderência aos pilares do Mestrado Profissional e recomenda-se sua disseminação institucional imediata e

contínua, consolidando o compromisso da academia com a responsabilidade social e a transformação do contexto agrário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009

BRASIL. **Portaria nº 60, de 20 de março de 2019: Dispõe sobre o Mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-060-2019-03-20.pdf>. Acesso em 27 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.711. Cria o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências**. Brasília, 05 de agosto de 2003. DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.711.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto & Contexto – Enfermagem, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679–684, out./dez. 2006.

CELLARD, A. **A Análise Documental**. In: J. Poupart. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Ed. Vozes, 2012.

CINELLI, C. **Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças: Experiência e Identidades no Movimento de Mulheres Camponesas**. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, 112 p., 2012.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GUZMÁN, E. S.; WOODGATE, G. **Agroecologia: fundamentos do pensamento social agrário e teoria sociológica**. Agroecologia. v. 8, n. 2, 2013, p. 27-34.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANEXO 1 – Imagens das reuniões realizadas nas unidades de produção das entrevistadas

1º Encontro na Unidade de Produção da entrevistada 3.

Data: 16/02/2025

Presença de 03 participantes e 02 visitas.

Tema da reunião: 40 anos do MMC – Uma história de lutas, conquistas e resistência!



2º Encontro na Unidade de Produção da entrevistada 2.

Data: 08/03/2025

Presença de 04 participantes e 02 visitas.

Tema da reunião: Relembrando o marco do Movimento de Mulheres e as conquistas de direitos!



3º Encontro na Unidade de Produção da entrevistada 1.

Data: 06/04/2025

Presença de 06 participantes e 05 visitas.

Tema da reunião: Quintais Produtivos: Cultivando a soberania alimentar!



4º Encontro na Unidade de Produção da entrevistada 4.

Data: 20/07/2025

Presença de 06 participantes e 06 visitas.

Tema da reunião: Na luta por direitos sociais!



5º Encontro na Unidade de Produção da entrevistada 6.

Data: 03/08/2025

Presença de 06 participantes e 01 visita.

Tema da reunião: Não a todos os tipos de violência contra a mulher!



6º Encontro de Sementes Crioulas em Papanduva – entrevistada 5

Data: 15/09/2025

Presença de 04 participantes e de muitas pessoas na feira de troca.

Tema da reunião: Cultivando saberes com as mulheres do MMC!



Vem aí

IV Encontro sobre Sementes Crioulas em Papanduva

Data: 14 e 15 de Setembro de 2025
(domingo e segunda-feira)
a partir das 9:00h

- Troca e venda de sementes, ramas e mudas
- Café da manhã e Almoço: convidamos os participantes a trazerem seu alimento para fazermos a partilha (levar copo, prato e talher)

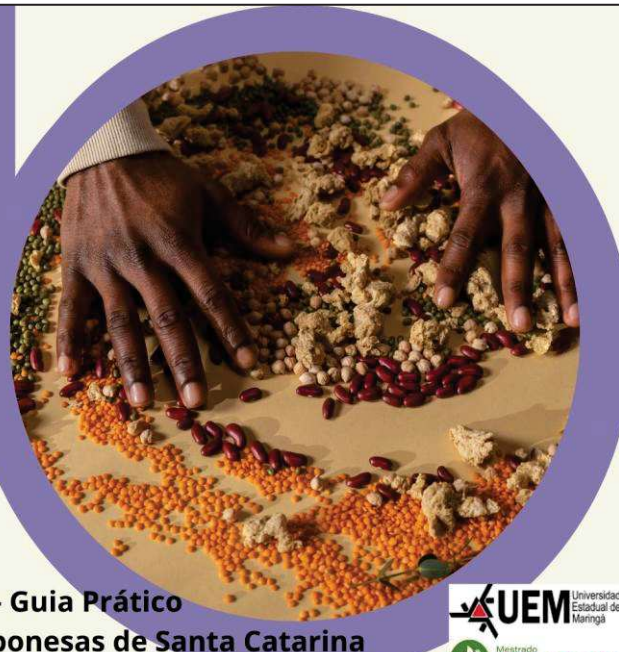
LOCAL: Sítio Agroecológico de Valdemir e Maria (Lila)
Rua Mafra 1314 - fundos
Bairro Passo da Cruz próximo ao CTG Vaqueanos

Informações whatsapp: 47 3647-0344 (Epagri) ou 47 99159-3620 (Lila)

APÊNDICE C – Guia de Direitos e Práticas para Guardiãs do MMC

SEMENTES LIVRES

Guia de Direitos e Práticas para Guardiãs do MMC





Produto Técnico - Guia Prático

Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina



APRESENTAÇÃO

Por Alieti Torres Gonçalves
Autora e Pesquisadora - UEM/Profagroec

ESTA CARTILHA NASCEU DO ENCONTRO COM **SEIS MULHERES GUARDIÃS DE SEMENTES** DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA. DURANTE NOSSA PESQUISA, CONHECI SUAS HISTÓRIAS, SEUS DESAFIOS E, PRINCIPALMENTE, SUA **SABEDORIA** NA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS. ALMEJA-SE COM ESSE MATERIAL QUE SUA DIFUSÃO PELAS COMUNIDADES DA REGIÃO POSSA APROFUNDAR E AMPLIAR O TRABALHO DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS SEMENTES TRADICIONAIS OU CRIOULAS E O USO DA AGROBIODIVERSIDADE, CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA, PARA A AUTONOMIA DAS MULHERES AGRICULTORAS, AUMENTANDO ASSIM, A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS.

"MEU OBJETIVO É TRANSFORMAR TODO ESSE CONHECIMENTO QUE APRENDI COM ELAS EM UMA FERRAMENTA PRÁTICA E ÚTIL PARA TODAS AS CAMPONESAS. QUE ESTE GUIA AJUDE VOCÊS A CONHECEREM SEUS DIREITOS, PROTEGEREM SUAS SEMENTES E A FORTALECER A AGROECOLOGIA EM SUAS COMUNIDADES."

Nossa Missão

Valorizar o trabalho das guardiãs, garantir o acesso aos direitos e fortalecer a agricultura familiar e camponesa agroecológica em Santa Catarina e no Brasil.



2

INTRODUÇÃO

Este guia surgiu como um instrumento de informação para as mulheres do campo sobre seus direitos sociais e jurídicos relacionados à conservação e preservação de sementes crioulas, tomando como referência o trabalho das mulheres camponesas do MMC.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é um movimento feminista, camponês e popular que fortalece o protagonismo das mulheres no campo, incentivando a produção de alimentos agroecológicos e a guarda, conservação e multiplicação de sementes crioulas.

Ao realizar pesquisas com o grupo de mulheres do MMC no Planalto Norte Catarinense, observei, em cada visita, as unidades de produção, que demonstram o profundo compromisso que elas têm com a biodiversidade e suas iniciativas na conservação das sementes crioulas. Essas mulheres mantêm, com dedicação, uma tradição herdada desde a infância.

Assim, este guia, baseado em experiências, depoimentos, entrevistas e vivências dessas mulheres, tem como propósito identificar, valorizar e fortalecer a conservação e preservação das sementes crioulas, assegurando aos agricultores e agricultoras o direito ao seu livre uso.

Aqui, abordaremos os direitos conquistados pelas mulheres camponesas e todos os benefícios que podem acessar enquanto produtoras rurais. Também trataremos das mudanças na Lei de Sementes e Mudanças, que garantiu aos agricultores familiares e camponeses o direito de usar, multiplicar, trocar e doar as sementes crioulas que coletam e conservam.

Nas reuniões realizadas com o grupo, discutimos as leis que protegem seus direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como as políticas públicas atualmente vigentes em benefício da agricultura familiar e camponesa. Desse processo nasceu este guia, pensado especialmente para orientar as novas guardiãs que chegarem às reuniões do MMC.

Ele também servirá para divulgação em escolas, feiras de troca e demais encontros, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre legislações referentes a sementes e cultivos, além de orientar sobre como acessar seus direitos quando necessário.

Mulheres camponesas, façam uso deste material para que novas guardiãs de sementes floresçam. Que este guia seja um ponto de partida para que conheçam seus direitos e as políticas públicas existentes, fortalecendo a continuidade da conservação, preservação, cultivo, multiplicação e doação das sementes crioulas que mantêm vivas nossa biodiversidade e nossa história.

3

DEPOIMENTO DA LÍDER DO MMC/SC DO PLANALTO NORTE CATARINENSE.

"Eu acho muito importante ter um guia para incentivar a coleta de sementes, pois temos nossos grupos de base do MMC que ainda não tem essa prática de conservar as sementes, para guardar nossas sementes tem todo um processo que tem que ser feito, e nós mulheres temos essa prática, mas isso precisa ser passado para outras pessoas e é interessante ter um material teórico. Essa cartilha será muito bem vinda pra nós fazermos a divulgação do trabalho com as sementes crioulas, a alimentação saudável através de nossos quintais produtivos e a saúde alimentar. Esse guia, vai fortalecer nosso trabalho e a Regional de Mafra com o MMC."

Tereza Auersvaldt - Mafra SC.





DEPOIMENTO DA LIDER DO MMC/SC DO PLANALTO NORTE CATARINENSE.

"Nós mulheres do Planalto Norte de SC, integrantes do MMC Regional de Mafra, buscamos o resgate, a conservação e a reprodução das sementes crioulas aumentando a diversidade e a soberania alimentar. Também fazemos biofertilizante e Caldas repelentes de maneira ecológica e econômica. Acreditamos que podemos contribuir com a cartilha para que possa ajudar outras mulheres a desenvolver seus trabalhos de forma sustentável ecológica e soberana"

Marilda Tereza Gelbeck - Itaiópolis SC.



SUMÁRIO

Apresentação.....	02
Introdução.....	03
Depoimento.....	04
Depoimento.....	05
Mensagem da 5ª Jornada de Agroecologia.....	07
Sementes Tradicionais ou Crioulas.....	08
Quem são as Sementes Tradicionais ou Crioulas.....	09
Quem são as Guardiãs de Sementes Tradicionais ou Crioulas.....	10
Programas e Políticas Públicas de Apoio ao Campo.....	11
Leis de Proteção: Entendendo seus Direitos.....	12
O Reconhecimento e o Valor das Sementes Crioulas.....	13
Como isso te ajuda na prática?.....	14
As Sementes Tradicionais ou Crioulas e a Agroecologia.....	15
A Importância das Sementes Tradicionais ou Crioulas.....	16
Banco de Sementes e Autonomia no Campo.....	17
Sou Produtora Rural: Quais meus Direitos?.....	18
Onde Procurar Ajuda para Acessar seus Direitos?.....	19
Como ser uma Guardiã de Sementes Tradicionais ou Crioulas?.....	21
Como Cuidar das Sementes para Armazenar?.....	22
Ficha de Identificação e Controle das Sementes Crioulas.....	24
Banco Caseiro de Sementes Tradicionais ou Crioulas.....	25
Ficha de Controle de Entrada de Sementes.....	26
Ficha de Controle de Saída de Sementes.....	27
Considerações Importantes.....	28
Agradecimento.....	29
Bibliografia.....	30



**As Sementes são Patrimônio dos Povos
a Serviço da Humanidade**

Todas as plantas que cultivamos e todos os animais domésticos que criamos, são frutos da evolução da natureza e do trabalho de diferentes povos pastores e agricultores. Nenhuma planta cultivada e nenhuma criação doméstica foi desenvolvida pelos cientistas modernos que trabalham para as empresas. Os cientistas modernos trabalham com a biodiversidade mantida e conservada pelos camponeses e camponesas ao longo de toda a história da agricultura.

Veja que para seu trabalho, eles lançaram mão de plantas e animais que os camponeses e camponesas já haviam trabalhado a muito mais tempo. Com o cruzamento do centeio e do trigo, os cientistas modernos criaram o Triticale, e também modificaram muitas outras plantas na sua estrutura de florescimento, e outras características.

Desenvolveram o milho híbrido e tantas outras plantas híbridas e nos últimos anos, chegaram ao desenvolvimento de plantas transgênicas.

Nos últimos 10 a 15 mil anos, os povos pastores e agricultores, em diferentes partes do mundo, trabalharam com muita sabedoria criando e selecionando os animais e plantas. É deste trabalho e perseverança que a humanidade se valeu para alcançar a abundância na produção de alimentos e de tantas outras matérias primas necessárias à sua sobrevivência. Desde a produção comercial do primeiro milho híbrido por volta de 1930, nos Estados Unidos da América, empresários passaram a investir cada vez mais no controle das sementes e dos animais como negócio.

Agora com as tecnologias de produção de transgênicos, o poder dos empresários chegou ao extremo da capacidade de intensionarem controlar as sementes em todo o planeta. Essa possibilidade tem levado a uma acelerada formação de poucas grandes empresas mundiais que controlam as sementes, os agrotóxicos, os medicamentos veterinários, os fertilizantes, as máquinas agrícolas, a industrialização e a comercialização. É um grandioso poder que quer por todo meio sufocar os povos camponeses de todo o mundo e implantar a todo o custo o latifúndio do agronegócio. É uma grande ameaça para a humanidade.

A sabedoria e a resistência camponesa de mais de 10 mil anos gerando plantas e animais, cuidando do seu cultivo e multiplicação e assegurando fartura de alimentos em todo o mundo é grandioso ensinamento a ser preservado.

Texto extraído da Cartilha da 5ª Jornada de Agroecologia.



7



SEMENTES TRADICIONAIS OU CRIOULAS



1

É livre e
dissemina
saberes e
cultura

2

Dá autonomia e
renda extra

3

Promove a
segurança
alimentar



8



QUEM SÃO AS SEMENTES TRADICIONAIS OU CRIOULAS

As Sementes tradicionais ou Crioulas são as sementes que não sofreram modificações genéticas, seja por técnicas de melhoramento, seja por transgênia. É o resultado de décadas de seleção e manejo realizado pelos agricultores e comunidades tradicionais.

São sementes que foram evoluindo naturalmente ao longo dos anos, fazendo a seleção natural, onde somente as mais fortes se desenvolvem. Vale dizer que, sementes Crioulas não se referem somente as sementes, mas as raízes, tubérculos, manilhas, brotos, estacas, etc.

A Seleção natural das sementes tradicionais ou crioulas, acontece pelos diversos cruzamentos naturais entre as variedades. Essa diversidade possibilita que as plantas fiquem adaptadas a condições ambientais gerando sua identidade genética.

Com isso, resgata-se a prática da agricultura tradicional e ancestral, transmitidas por gerações, sempre selecionando as melhores sementes para o plantio da próxima safra, esse processo define que apenas os tipos com determinada características possam ser plantados, ocasionando esse melhoramento natural.

9



QUEM SÃO AS GUARDIÃS DE SEMENTES TRADICIONAIS OU CRIOULAS

As guardiãs de sementes, geralmente são mulheres e agricultoras, que preservam, multiplicam e compartilham sementes crioulas e tradicionais. Elas mantêm viva a diversidade genética e cultural da agricultura, atuando como protetoras da soberania alimentar e da identidade rural. Fazer parte de um movimento social rural, ajuda a entender seus direitos como agricultora familiar ou camponesa.

As mulheres camponesas do MMC, desempenham um papel essencial na preservação da agrobiodiversidade, na soberania alimentar e na manutenção de práticas agrícolas sustentáveis e culturais, como a agroecologia.

Fique atenta sobre seus direitos jurídicos e as políticas públicas disponíveis, como PRONAF, PNAE, PAA e PNAPO.

O PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é a principal política de crédito rural para agricultores familiares, incluindo as guardiãs de sementes. Oferece linhas de financiamento com juros reduzidos e prazos ampliados para custeio e investimento.

- Onde buscar: Agências do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e cooperativas de crédito credenciadas.

- Documentação: CAF (Cadastro da Agricultura Familiar) emitido pela Emater ou órgão municipal.

10



PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO E INCENTIVO AO CAMPO.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, garante que pelo menos 30% dos alimentos comprados para a merenda escolar venham da agricultura familiar. As guardiãs podem fornecer alimentos tradicionais e sementes crioulas.

• Base legal: Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 06/2020.

• Onde buscar: Secretarias Municipais de Educação ou Agricultura.

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, incentiva a compra de produtos da agricultura familiar, priorizando mulheres e comunidades tradicionais. É uma política importante para a geração de renda e valorização das guardiãs de sementes.

• Onde buscar: Verificar se a Prefeitura ou o Estado ao qual pertencem aderiu ao programa. Se sim, é preciso buscar informações sobre editais de chamada pública na Prefeitura ou na secretaria de agricultura local.

PNPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, apoia práticas agroecológicas e a conservação da biodiversidade, incentivando o uso de sementes crioulas e fortalecendo a autonomia das comunidades rurais.

As guardiãs podem se organizar em associações ou cooperativas para fortalecer sua atuação e acesso a políticas públicas. É importante buscar apoio em órgãos como:

- Defensoria Pública
- Sindicatos Rurais
- Universidades e núcleos de extensão rural

Eles podem te auxiliar em questões jurídicas, elaboração de projetos e acesso a editais públicos.

11



LEIS DE PROTEÇÃO: ENTENDENDO SEUS DIREITOS

O conhecimento é o primeiro passo para sua autonomia. Para vocês, Guardiãs do MMC, que preservam a vida em cada semente, é fundamental entender que a lei brasileira não apenas permite, mas incentiva e protege o trabalho com as sementes crioulas.

Muitas vezes, a legislação é escrita pensando nas grandes empresas do agronegócio, que vendem sementes certificadas e geneticamente uniformes. Contudo, através da mobilização da sociedade e dos movimentos sociais, a lei mudou e trouxe o reconhecimento e o valor da agricultura familiar, camponesa e indígena.

Essa é a base de seus direitos!

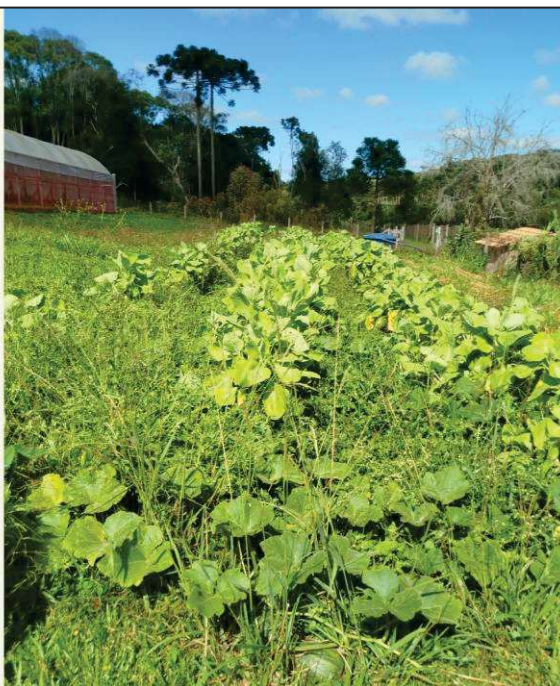
Existe uma Lei Federal de nº 10.711/2003, chamada de Lei das Sementes e Mudanças, onde ela diz que: para fins comerciais, toda semente deve ser registrada no Ministério da Agricultura (MAPA).

Isso é o que garante o controle de qualidade e a rastreabilidade das grandes empresas de sementes.

A Lei de Sementes, no seu Art. 8º, § 2º e 3º, abre uma exceção importante:

Art. 8º, § 2º e 3º. O pequeno produtor rural, conforme definido em regulamento, poderá produzir e multiplicar sementes e mudas para fins de doação, troca, multiplicação ou comercialização entre si, desde que para uso próprio e obedecendo às condições estabelecidas em regulamento.

12



O RECONHECIMENTO E O VALOR DAS SEMENTES CRIOULAS

Na Lei, as sementes são tratadas como um “Patrimônio Cultural e Genético do Povo Brasileiro”, então guardiã, fique tranquila, esse direito está amparado na Constituição Federal do Brasil, essa proteção é um dever do Estado e um direito de vocês!

As sementes crioulas, não são apenas “sementes”, elas são o conhecimento tradicional e os saberes preservados por gerações. Camponesa Guardiã, saiba que a Lei está protegendo as sementes crioulas, e preservando suas práticas de agricultura tradicional, que foram preservados ao longo do tempo.

Lembre -se:

Ao entender o artigo 8º, da Lei de Sementes e Mudas, veja que o seu trabalho está sendo amparado, e está buscando proteger o que não é industrial, mas aquilo que fruto da história da agricultura, para que vocês mulheres Camponesas, possam se empoderar, reivindicar, resistir e continuar semeando e preservando a diversidade no campo.



COMO ISSO TE AJUDA NA PRÁTICA?

. O RECONHECIMENTO E IMPORTÂNCIA DA CULTURA CAMPONESA.

Mais liberdade para que você guardiã, possa trocar e doar suas sementes crioulas, dentro do MMC e também entre outros agricultores familiares, pois você não precisa registrar suas sementes e nem fazer a certificação no Ministério da Agricultura (MAPA).

. MAIS RENDA E AUTONOMIA NO CAMPO.

Vocês conquistaram o reconhecimento de poder conservar e multiplicar as sementes crioulas e obter renda extra, poder participar dos programas de fornecimento de alimentos como PNAE e PAA, entre outros, tendo a autonomia de decidir o que produzir e onde vender.



AS SEMENTES TRADICIONAIS OU CRIOULAS E A AGROECOLOGIA

"As Sementes são patrimônio da Humanidade e um direito fundamental para a vida e a produção de alimentos." de acordo com a RESA - Rede de Sementes da Agroecologia (2021). Seu trabalho como Guardiãs de Sementes, vai muito além de apenas plantar, vocês carregam saberes e resgatam a agricultura agroecológica, com técnicas utilizadas antes da agricultura industrial.

As técnicas da Agroecologia, fortalecem sua autonomia no campo, valorizam a diversidade que vocês preservam e permite que vocês trabalhem de forma sustentável, valorizando e respeitando o solo e os ciclos naturais de produção. Isso retorna em forma de autossustento com mais alimentos em sua mesa, e com qualidade!

Guardiãs, vocês aprenderam a cuidar e amar as sementes ainda na infância, tendo os pais como exemplo, essas sementes antigas, são produzidas por muitas décadas, contribuindo para que a agrobiodiversidade seja preservada dentro de sua unidade produtiva.

O MMC, exerce um papel importante nessa conservação e preservação de sementes crioulas. As guardiãs, quando trocam sementes, fazem o melhoramento das sementes, tornando - as mais fortes, resistentes a pragas e doenças e com características de adaptação genética em cada ambiente produzido (solo, clima e temperatura).

15



A IMPORTÂNCIA DAS SEMENTES CRIOULAS

Guardiã, saiba que as Sementes Crioulas, são sementes que não passaram por modificações genéticas sejam por empresas ou por instituições. Juliana Santilli (2009, p. 101), explica que a agricultura moderna, visualiza a guarda de sementes como um retrocesso, mas na verdade, ao manter e multiplicar as variedades, vocês provam para as empresas sementeiras comerciais, que é possível produzir alimentos com suas próprias sementes.

Vocês garantem uma alimentação de qualidade para suas famílias, alcançando a soberania alimentar, preservam o meio ambiente com a produção agroecológica e ainda, contribuem para o saber científico com suas tradições e cultura.

16



BANCO DE SEMENTES E AUTONOMIA NO CAMPO

Por isso é tão importante conservar e preservar as sementes, as mulheres camponesas do MMC, utilizam o método de conservação de sementes on farm, ou seja, conservam e mantem a diversidade das sementes diretamente em seus locais de produção.

Ao manter esses Bancos de Sementes Caseiros, vocês já demonstram a sua autonomia no meio rural. Catiane Cinelli (2012, p.05), já enfatizou em suas pesquisas o quanto essas ações empoderam e dão autonomia para a mulher do campo.

Com o armazenamento caseiro, as guardiãs conseguem monitorar a quantidade, qualidade e variedades de sementes que produzem e cultivam, transformando seus lares em minibanco genético.

Você observou como seu trabalho é importante Guardiã?



SOU PRODUTORA RURAL: QUAIS MEUS DIREITOS?

As mulheres camponesas têm muitos direitos como cidadãs brasileiras. A Constituição Federal garante que todas têm direito à saúde, educação, igualdade e participação nas decisões da comunidade. No campo, esses direitos são reforçados pela Lei nº 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar. Ela reconhece a importância das agricultoras e garante acesso a políticas públicas como crédito, assistência técnica, programas de compra de alimentos e apoio para produzir e vender o que é plantado na roça.

Na área da Previdência Social, as mulheres do campo são consideradas seguradas especiais pela Lei nº 8.213/1991, que trata dos benefícios do INSS. Isso significa que vocês têm direito a aposentadoria rural, salário-maternidade, auxílio-doença, pensão por morte e outros benefícios, mesmo sem pagar contribuição mensal. Para isso, precisam apenas comprovar que trabalham na agricultura familiar, junto com a família, de forma contínua.

Por isso, é muito importante que cada mulher camponesa conheça seus direitos e saiba que pode e deve acessá-los sempre que precisar. Participar das reuniões do MMC, das associações e dos grupos de mulheres ajuda a tirar dúvidas, aprender mais e fortalecer a luta por melhorias no campo. Quando as camponesas conhecem seus direitos, ficam mais fortes para garantir proteção, segurança e uma vida digna para si e para suas famílias.



ONDE PROCURAR AJUDA PARA ACESSAR SEUS DIREITOS?

Caso você precise de ajuda para acessar seus direitos, entre em contato com os seguintes órgãos através do QR Code ao lado:

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, são ótimos para tirar suas dúvidas sobre: Aposentadoria, Salário-Maternidade, auxílios do INSS, comprovação de Atividade Rural e Direitos Trabalhistas e Sociais.



No INSS ou no Aplicativo 135 do Meu INSS, para as Seguradas Especiais, solicitarem seus benefícios.



EMATER/EPAGRI/IDR ou outros órgãos de assistência técnica, para ajuda com a Declaração de Aptidão ao PRONAF, acesso ao PNAE, PAA, e outras políticas públicas, também auxiliam com a regularização da produção familiar e com projetos e orientações técnicas.



Secretarias de Agricultura, Assistência Social e Mulher, das Prefeituras Municipais, auxiliam nos programas municipais, apoio jurídico básico, e cursos e capacitações.



19



ONDE PROCURAR AJUDA PARA ACESSAR SEUS DIREITOS?

Caso você necessite de ajuda com advogado e não possa pagar, procure a Defensoria Pública ou o Fórum de sua Comarca através dos QR Codes abaixo, para acesso a um advogado dativo que lhe orientará:

- Atendimento jurídico gratuito
- Ações contra negativa do INSS
- Apoio em casos de falta de documentação



Fazer parte de um movimento social, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), vai lhe dar instruções sobre:

- Formação sobre direitos
- Apoio coletivo
- Troca de experiências
- Indicação de caminhos para acessar políticas públicas



O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), vai lhe auxiliar com:

- Informações sobre programas nacionais de Apoio à produção agroecológica e sementes crioulas.



20



COMO SER UMA GUARDIÃ DE SEMENTES TRADICIONAIS OU CRIOULAS

Vamos aprender a cuidar das sementes?

Nas regiões rurais de economia familiar as sementes tradicionais ou crioulas são muito cultivadas. As guardiãs do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), exercem a função de guarda das sementes crioulas, são mulheres que possuem um grande respeito com a natureza e com a perpetuação das espécies.

Elas se envolvem no resgate, multiplicação, colheita, armazenamento e conservação das sementes tradicionais ou crioulas, e o fazem pensando em sua própria produção, mas também procuram partilhar, trocar ou até mesmo vender em pequenas feiras de sementes.

Esses espaços são excelentes locais para conseguir sementes tradicionais ou crioulas que o produtor não tem. Ao conservar uma semente, você deve ter o cuidado na coleta, separação e armazenamento, para que a semente mantenha sua qualidade de acordo com o Instituto Socioambiental (ISA, 2012).

21



COMO CUIDAR DAS SEMENTES PARA ARMAZENAR

NO PLANTIO:

Todo cuidado é bem vindo ao cuidar das sementes tradicionais ou crioulas. Para manter sua qualidade, ao fazer o plantio, as guardiãs devem ficar atentas para evitar os cruzamentos indesejáveis, que ocasionam novas características e perdas para a planta.

Esses cruzamentos ocorrem pela transferência do pólen de uma planta para outra. Por isso é muito importante cultivar variedades de mesma espécie de forma isolada, com uma distância considerável entre uma e outra planta ou até mesmo em épocas diferentes, isso evita que o florescimento ocorra no mesmo dia e evita a polinização entre as variedades. Isso ocorre muito com o milho crioulo, que tem uma polinização aberta.

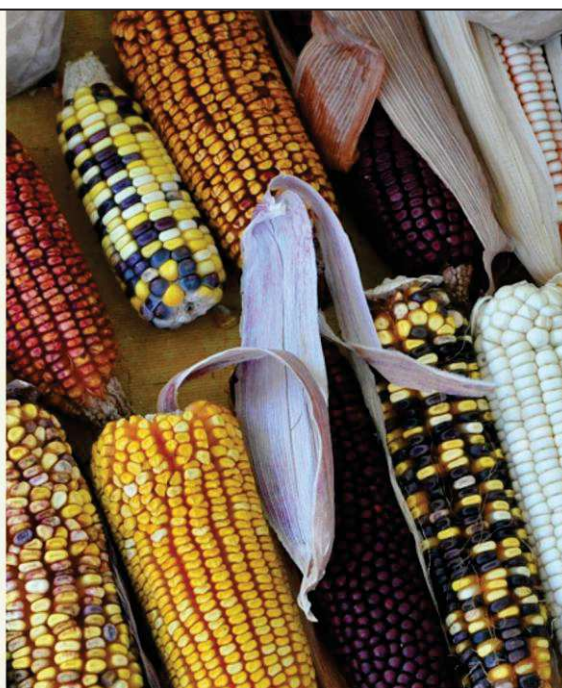
Cuidado! Sua variedade pode ser contaminada por outra espécie crioula que está próxima, ocasionando cruzamentos de variedades ou mesmo a perda da espécie, se for contaminada por sementes híbridas ou modificadas de propriedades vizinhas.

NA COLHEITA:

As guardiãs, tem um amplo conhecimento das fases da lua, da época da florada e dos frutos de cada espécie que produz, isso é muito importante na hora da coleta das sementes.

Devendo escolher as sementes e frutos mais bonitos, fortes e vistosos para a multiplicação dessas sementes.

22



COMO CUIDAR DAS SEMENTES PARA ARMAZENAR

NO PREPARO:

Depois da colheita as sementes devem ser limpas, retirando todas as cascas e impurezas que tiver, para que possam ser embaladas e preparadas para o armazenamento, a fim de evitar e reduzir ao mínimo as chances de estragar.

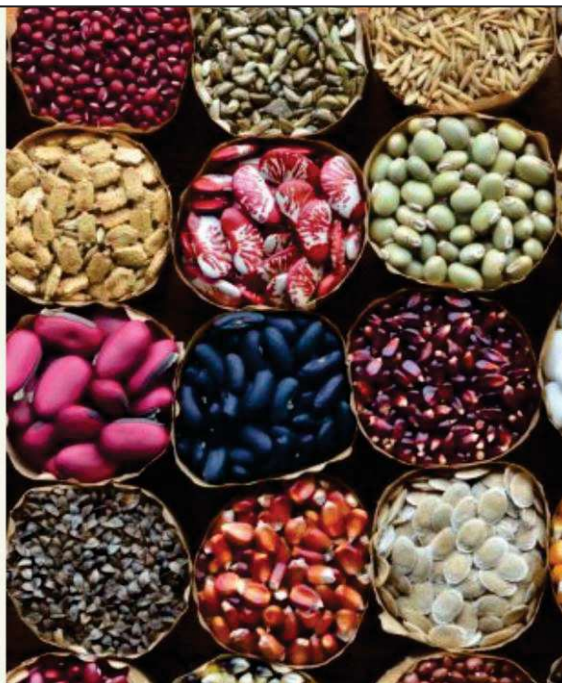
Não esqueça que a secagem das sementes é a garantia que irão ficar mais tempo armazenadas, mantendo seu poder de germinar. Usa-se fazer uma vedação do ar com uma chama, eliminando toda a umidade do recipiente. Também pode colocar cinzas junto com as sementes, isso evita a formação de carunchos. Vede bem a embalagem com cera de vela ou cera de abelha.

NO ARMAZENAMENTO:

Existem diversas formas de armazenar as sementes. Mas o ideal é que o local de armazenagem tenha pouca umidade para evitar fungos nos recipientes que serão usados para guardar as sementes (garrafas pet, potes, vidros, etc). Após isso, pode se armazenar as sementes em cômodos frescos e arejados, mas sem a luz direta do sol, também pode armazenar as sementes em freezer ou geladeiras.

As guardiãs geralmente tem um bloco de anotação, com a ficha da semente, onde consta o tipo da variedade, data que foi armazenada, e outras particularidades que queira anexar nessa ficha, isso ajuda a manter a organização do seu banco de sementes caseiro. Atenção, armazenar essas sementes por no máximo 02 anos.

23



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA SEMENTE TRADICIONAL OU CRIOLA

NOME DA GUARDIÃ: FLOR DE LIZ

ENDEREÇO: ESTRADA BONITA, KM 35

MUNICÍPIO : ITAIÓPOLIS SC

TELEFONE: (47) 123123123

EMAIL DE CONTATO: flordeliz@gmail.com

NOME DA ESPÉCIE: FEIJÃO

NOME DA VARIEDADE CRIOLA: RAJADINHO

CARACTERÍSTICAS (COR/FORMA): PEQUENO - BRANCO E ROXO

ORIGEM DA SEMENTE CRIOLA: DE FAMÍLIA

ANO DA OBTENÇÃO: FEVEREIRO DE 2001

DATA DA COLHEITA: 25/03/2025

TEMPO DE SECAGEM: 1 SEMANA AO SOL

TIPO DE RECIPIENTE: GARRAFA PET

LOCAL DE ARMAZENAMENTO: FREEZER

QUANTIDADE ARMAZENADA: 2 LITROS

PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE/INSETOS: EXTRAÇÃO DO AR COM FOGO E SELADA TAMPA COM CERA DE ABELHA.

DATA DO ARMAZENAMENTO: 15/04/2025

DATA DE VALIDADE ESTIMADA: 2 ANOS



BANCO CASEIRO DE SEMENTES CRIOLAS

ACORDANDO AS SEMENTES:

As sementes tem várias características ao ficar dormentes armazenadas, precisam ser ativadas para garantir a germinação. Por isso, precisa deixar ela em temperatura ambiente e semear em canteiros experimentais ou pequenas áreas antes de fazer a lavoura.

Não esqueça que a secagem das sementes é a garantia que irão ficar mais tempo armazenadas, mantendo seu poder de germinar.

BANCO CASEIRO DE SEMENTES CRIOLAS:

Existem diversas formas de armazenar as sementes. Mas o ideal é que o local de armazenagem tenha pouca umidade para evitar fungos nos recipientes que serão usados para guardar as sementes (garrafas pet, potes, vidros, etc). Faça inspeções periódicas para verificar sinais de mofo, insetos ou roedores.

Recomenda-se renovar as sementes anualmente através de novos plantios para garantir a viabilidade e a continuidade da variedade.

Um banco de sementes caseiro promove a autonomia alimentar, a preservação do patrimônio genético familiar e a possibilidade de compartilhar sementes com outras pessoas da comunidade.

Ao manter as sementes dentro de sua propriedade, lhe dá o controle de todo o cuidado diário do local, e dos agentes que possam prejudicar a armazenagem.

Guardiã, mantenha uma ficha de controle das sementes tradicionais ou crioulas que você possui, assim você terá um maior controle das sementes armazenadas para plantio, troca e doações, faça sempre um controle de entrada e outro de saída, conforme exemplo a seguir.

25



CONTROLE DE ENTRADA

FICHA DE CONTROLE DE ENTRADA – BANCO DOMÉSTICO DE SEMENTES

SEMENTE RESERVADA PARA PLANTIO: []

SEMENTE RESERVADA PARA TROCA/ DOAÇÃO: []

DISPONÍVEL EM ESTOQUE POR EMBALAGEM:

DESTINATÁRIO:

QUANTIDADE RECEBIDA:

DATA DA ENTRADA:

ENDEREÇO: ESTRADA BONITA, KM 35

MUNICÍPIO: ITAIÓPOLIS SC

TELEFONE: (47) 123123123

EMAIL DE CONTATO: flordeliz@gmail.com

NOME DA ESPÉCIE: FEIJÃO

NOME DA VARIEDADE CRIOLA: RAJADINHO

CARACTERÍSTICAS (COR/FORMA): BRANCO E ROXO

ORIGEM DA SEMENTE CRIOLA: DESDE 1997

26



CONTROLE DE SAÍDA

FICHA DE CONTROLE DE SAÍDA – BANCO DOMÉSTICO DE SEMENTES

SEMENTE RESERVADA PARA PLANTIO: []

SEMENTE RESERVADA PARA TROCA/ DOAÇÃO: []

DISPONÍVEL EM ESTOQUE POR EMBALAGEM:

DESTINATÁRIO:

QUANTIDADE RETIRADA:

DATA DA SAÍDA:

ENDEREÇO: ESTRADA BONITA, KM 35

MUNICÍPIO: ITAIÓPOLIS SC

TELEFONE: (47) 123123123

EMAIL DE CONTATO: flordeliz@gmail.com

NOME DA ESPÉCIE: FEIJÃO

NOME DA VARIEDADE CRIULA: RAJADINHO

CARACTERÍSTICAS (COR/FORMA): BRANCO E ROXO

ORIGEM DA SEMENTE CRIOLA: DESDE 1997



AVISO IMPORTANTE! FIQUE ALERTA.

Guardiãs, ao receber ou trocar as sementes crioulas, tenha cuidado ao plantar em sua unidade de produção. Antes de colocar a semente em contato com as demais plantas que possui, faça o plantio em potinhos separados e deixe germinar e ganhar uma estatura, depois faça o plantio em local preparado exclusivamente para essa planta, longe das demais que possui. Isso vai ajudar a observar como essa planta irá se desenvolver e se adaptar ao novo local que está sendo inserida.

Também irá ajudar a minimizar os riscos de contaminação entre espécies, principalmente de plantas que se polinizam sem auxílio de outros agentes, assim você preservará a identidade da planta e das sementes que irá selecionar.

Sabemos que esse trabalho de troca é muito importante, mas tenha cuidado, saiba de onde vem a sua semente!

Saiba a procedência e de quem você está adquirindo a semente para catalogar e conhecer as características corretas da planta que está adquirindo, e assim, não prejudicar as variedades que já possui.

